



Anais da VIII SemIC
Semana de Iniciação Científica do UNIFAA

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM ANDRÉ ARCOVERDE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VALENÇA - UNIFAA

DIRIGENTES

Antônio Carlos Arbex
Presidente da FAA

Prof. Dr. Antônio Celso Alves Pereira
Reitor do UNIFAA

Prof. Dr. Jose Rogério Moura de Almeida Neto
Vice-Reitor do UNIFAA

Prof. Me. Tauller Augusto Araújo Matos
Pesquisador Institucional do UNIFAA

Profa. Dra. Regina Célia Pentagna Petrillo
Pró-reitora de Ensino do UNIFAA

Prof. Dr. Marcio Martins da Costa
Pró-Reitor de Educação à Distância do UNIFAA

Profa. Dra. Ana Paula Munhen de Pontes
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação do UNIFAA

Profa. Dra. Ana Paula Aragão
Coordenadora de Iniciação Científica do UNIFAA

Ana Cristina Gasparete Barroso
Secretária Geral do UNIFAA

COMISSÃO AVALIADORA

Alessandro Menezes Paiva
Antônio Sérgio Netto Valadão
Carlos Antônio da Silva Carvalho
Carlos Fernando Araújo Lima de Oliveira
Daniel Nunes Pereira
Danilo de Castro Lopes Oliveira
Elisabeth Valente Carvalho
Fabrício Nascimento Gaudêncio
Flávia Sanna
Jorge Luiz Medeiros Junior
Lilia Brum
Lilian Cristina de Sousa Oliveira Batista Cirne
Lucimeri Maurício Ribeiro
Luiz Henrique Soares Alves
Márcio Martins da Costa
Mônica de Carvalho Teixeira
Polliana Henrique Martins
Stela Tannure leal
Willian Costa Rodrigues

Comissão de Pesquisa

Profa. Dra. Ana Paula Munhen de Pontes
Profa. Dra. Ana Paula de Aragão Gama
Prof. Dr. Márcio Martins da Costa
Prof. Dr. Fabrício Nascimento Gaudêncio
Prof. Dra. Stela Tannure Leal

Organização

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-graduação do UNIFAA
Coordenação de Iniciação Científica

PREFÁCIO

Em sua oitava edição, os anais da VIII SemIC, vem mantendo sua exímia qualidade nas publicações científicas apresentadas pela nossa comunidade acadêmica. Tive o privilégio de ter acompanhado de perto toda a organização do evento e me sinto orgulhoso por ter podido contribuir um pouco com este momento tão importante. Nesta edição, em meio às circunstâncias tão adversas nas quais nos encontramos, os pequenos gestos fizeram a diferença para que tivéssemos este resultado tão bonito. Nos pequenos simbolismos, na escolha dos nomes das salas virtuais, na cumplicidade, empatia e resiliência, pudemos nos sentir virtualmente abraçados por nossos queridos discentes e docentes, membros de nossa Instituição. Nossa publicação se manteve seguindo sua linha da multidisciplinariedade, conduzindo o leitor às diferentes áreas da Ciência sempre com enfoque em temas relevantes e contemporâneos. Na Administração, vemos uma interessante análise sobre o estudo da gestão da diversidade. No Direito, tivemos uma explanação a cerca das “fake news” e a inteligência artificial. Temas atuais como sustentabilidade, pelo Curso de Recursos Humanos e pedagogia ‘Queer’, pelo Curso de Pedagogia também estiveram em pauta nos trabalhos apresentados. Os cuidados com a criança foram pontos importantes abordados por três diferentes áreas de conhecimento: Educação Física, Enfermagem e Psicologia. Foram abordados temas como a prática de lutas e seus reflexos no IMC de crianças, a vacinação infantil e as percepções e vivências do luto infantil, respectivamente. Os Cursos de Medicina e Medicina Veterinária trouxeram alertas importantes quanto às resistências aos antimicrobianos. Ver todos estes diferentes temas sendo abordados por nossos alunos é uma grande satisfação e reforça o quanto os saberes se entrelaçam, se somam e transformam a quem os recorre.

Seguimos transformando vidas através da educação, unidos!

Editor-chefe
Fabrício N. Gaudêncio

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO	
AS MELHORES EMPRESAS PARA SE TRABALHAR NO BRASIL: UM ESTUDO DA GESTÃO DA DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES <i>Anne Jeferson C. da Silva; Heloísa Teixeira Assunção</i>	8
DIREITO	
A FORMULA DE SUCESSO DAS “FAKE NEWS” (2020) StefanyPizette Vicente; Maria Carolina Rodrigues da Cunha; Lilia Brum de Cerqueira Leite Ribeiro	11
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL: O ROBÔ LYRA E SUA APLICABILIDADE NO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ Lucas Valente Costa Pereira, Walace Da Silva Fonseca; Stela Tannure Leal	15
A POLÍTICA ESTATAL NEOLIBERAL E A FORMAÇÃO DO MODELO HOMEM-EMPRESA Eduarda Silva Rossi, Hector Luiz Martins Figueira	19
A RELAÇÃO ENTRE REINCIDÊNCIA E RESSOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE GÊNERO SOBRE A PRISÃO Amanda Santiago Ferreira de Assis; Gabriel Rosa Rios; Ana Luiza da Rocha Lima	25
MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS E O ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA PELOS HIPOSSUFICIENTES: UM ESTUDO JURISPRUDENCIAL VASCONCELOS, Stela Tannure Leal de; BARBOSA, Mariana Avila	29
EXECUÇÃO DE ALIMENTOS: QUAIS OS MEIOS MAIS EFICAZES PARA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA? (2020-2020) Karyn A.S. Cerqueira; Pedro A. M. Braga; Taíza H. S. Santanae Andréia dos Santos Cunha	32
O TRATAMENTO DA PUBLICIDADE INVISÍVEL NO BRASIL: UMA PESQUISA SOBRE A OBSERVAÇÃO DE POSTURAS DE INFLUENCIADORES DIGITAIS Stela Tannure Leal, João Batista de Carvalho Neto e Simoni de Souza Lima	37
EDUCAÇÃO FÍSICA	
ÍNDICE DE MASSA CORPORAL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO “LUTA QUE TRANSFORMA” Ramon Carlos Machado, Karine Marques, Diogo Pantaleão, Leandro Raider, Aline Aparecida de Souza Ribeiro	41
ENFERMAGEM	

AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DE INFECÇÃO HOSPITALAR E O PERFIL DE RESISTÊNCIA BACTERIANA AOS ANTIBIÓTICOS DAS CEPAS ISOLADAS NA UTI NEONATAL DA MATERNIDADE DE VALENÇA	47
Carolina Aguiar Barbosa, Manoela Rodrigues da Silva, Elisabeth Valente Carvalhoe Cíntia Valéria Galdino	
PERCEPÇÃO DAS MÃES USUÁRIAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA ACERCA DA VACINAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	50
Isabela Pimentel Furtado, Livia Rosa de Oliveira, Paloma Nascimento Valério	
MEDICINA	
ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE INTERNAÇÕES E ÓBITOS POR HEMICOLECTOMIA E COLECTOMIA TOTAL NO BRASIL NOS ANOS DE 2019 E 2020	54
Flávia Medeiros Lima; Daniela de Souza Andrade; Carlos Augusto Marques Batista	
TUMOR DE CÓLON COMO CAUSA DE INVAGINAÇÃO INTESTINAL EM ADULTO: RELATO DE CASO	57
Flávia Medeiros Lima, Arthur Ribeiro Ramos, Renan Caiafa Rocha Abreu, Bernardo Teixeira Pentagna, Carlos Augusto Marques Batista	
PREVALÊNCIA DE COMPLICAÇÕES PARA RECÉM-NASCIDOS EM GESTAÇÕES GEMELARES	61
Veronica Clemente Villar Martini, Fernanda Souza Leite; Maria Clara Vieira Teixeira	
PREVALÊNCIA DE INFECÇÃO HOSPITALAR E O PERFIL DE RESISTÊNCIA AOS ANTIBIÓTICOS DAS CEPAS ISOLADAS NA UTI DO HOSPITAL ESCOLA DE VALENÇA	64
Débora Comin; Vagner Aparecido Lima Pereira; Elisabeth Valente Carvalho	
PEDAGOGIA	
A REGULAMENTAÇÃO DOS CORPOS E A PEDAGOGIA QUEER: DISCUSSÕES SOBRE OS TRANSEXUAIS NA ESCOLA	68
Paloma Azevedo de Almeida; Eunice Aparecida Sampaio de Oliveira	
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: CENÁRIOS, CONQUISTAS E DESAFIOS	72
Edmara Alves R. de Souza, Eunice A. Sampaio de Oliveira; Júlio Cesar da Silva	
A IMPLEMENTAÇÃO DO MÉTODO EDUCACIONAL BILÍNGUE PARA ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (2017 – 2020)	76

Jefferson da Cunha Barbosa; Kátia Aparecida Rodrigues Alves; Adriana Gloria de Sant`anna da Rocha; Aline Aparecida de Souza Ribeiro	
PSICOLOGIA	
PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DO LUTO INFANTIL: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA BRASILEIRA¹	86
Glenda Ramos Ebert de Mello, Louizia Pinto Lima, Daniela Cristina Belchior Mota	
AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES DE SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA	93
Angélica da Silva Ângelo, acadêmica do 6º período do curso de Psicologia do Centro Universitário de Valença, Daniela Cristina Belchior Mota	
RECURSOS HUMANOS	
DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EVOLUÇÃO DIGITAL NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS: UM PANORAMA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS	98
Carlos Antonio da S. Carvalho, Drieli Tozzato da S. G. Lameira; Júlio C. da Silva	
DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONTRIBUIÇÕES DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VALENÇA (UNIFAA) À SUSTENTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE VALENÇA/RJ	102
Bruna Gonçalves Menezes; Carlos Antonio da Silva Carvalho	
QUALIDADE DE VIDA ENTRE ACADÊMICOS E EGRESSOS DO CURSO DE GESTÃO DE PESSOAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ	107
Anne Jeferson Corrêa da Silva, Fernanda Nunes de Sousa, Júlio Cesar da Silva; Rafael Pereira Guilherme	
UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DE TREINAMENTO ORGANIZACIONAL NO BRASIL NO PERÍODO 2019-2020	112
Eliana de Paiva Martins, Anne Jeferson C. da Silva; Júlio Cesar da Silva	
VETERINARIA	
ANÁLISE DO PERFIL DE RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA DE TAPHYLOCOCCUS SPP ISOLADOS DE DIVERSAS INFECÇÕES DE CÃES E GATOS ATENDIDOS NA POLICLÍNICA DA UNIFAA	117
Mariotini, A.B.; Valente, E. C.	

AS MELHORES EMPRESAS PARA SE TRABALHAR NO BRASIL: UM ESTUDO DA GESTÃO DA DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

Anne Jeferson C. da Silva¹; Heloísa Teixeira Assunção²

¹ Docente dos Cursos de Administração e Gestão de RH – Centro Universitário de Valença (UNIFAA);

² Discente do curso de tecnologia em Gestão de Pessoas – Centro Universitário de Valença (UNIFAA)

INTRODUÇÃO

O mundo dos negócios está em evolução. Modelos tradicionais de gestão já não funcionam, principalmente quando falamos sobre a gestão de pessoas, setor responsável por treinar, capacitar, desenvolver e manter colaboradores motivados para o alcance dos objetivos organizacionais. A globalização, a internacionalização de mercados, o aumento da concorrência e uma maior exigência dos clientes, fornecedores e funcionários têm orientado as empresas a adotarem novos modelos de gestão, bem como serem responsáveis sociais e ambientalmente. Empresas consideradas como “melhores empresas para se trabalhar” trazem uma preocupação primordial para o mundo atual: A Gestão da Diversidade.

Para Alves e Silva (2004), diversidade refere-se a uma variedade de atributos de indivíduos e grupos e inclui todos. De forma genérica, entende-se por gestão da diversidade a adoção de medidas administrativas que garantam que os atributos pessoais, ou de grupo, sejam considerados recursos para melhorar o desempenho da organização. Santos, (2008) propõe que o desafio chave para as organizações está em encontrar meios de lidar com a diversidade da força de trabalho neste mundo mutante.

Tratar sobre diversidade nas organizações é necessário para aquelas que buscam uma forma de lidar com suas equipes heterogêneas, e por essa razão, se norteará em analisar estratégias que possibilitam lidar com a diversidade em um mercado surpreendentemente evolutivo além de agregar habilidades comportamentais que motivem um desenvolvimento da responsabilidade social das organizações.

Justifica-se estudar este tema pois conforme Fleury (1999, p. 362) identifica que “no cenário de intensa competição econômica e busca da democratização das relações sociais, o tema da diversidade cultural é pouco explorado, no Brasil, e uma interessante agenda de pesquisas e de pesquisa-ação se delineia para os estudiosos do assunto”.

Para compreender como se caracteriza a gestão da diversidade nas organizações, o presente projeto tem como objetivo estudar as melhores práticas das 5 (cinco) melhores empresas para se trabalhar no Brasil em 2019 de acordo com a Great Place to Work, uma instituição que se dedica exclusivamente em observar e medir o grau de contentamento dos colaboradores no seu ambiente de trabalho. Trata-se de uma pesquisa exploratória e bibliográfica onde os dados serão coletados do site da Great Place to Work, ano de 2019, nos websites das empresas pesquisadas, livros e artigos científicos que tratam do tema diversidade nas organizações.

Este estudo tão necessário e recente irá entender como as organizações estão promovendo a inclusão das minorias em seu quadro de colaboradores, porém não somente incluir, mas em também em manter uma qualidade de vida e satisfação desses e demais colaboradores nos dias atuais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo constitui uma abordagem qualitativa, sendo do tipo documental e bibliográfica para identificação das práticas da Gestão da Diversidade nas 5 melhores empresas (de grande porte com 1000 ou mais funcionários) para se trabalhar no Brasil. As empresas pesquisadas serão do ranking da Great Place to Work ano 2019, instituição que se dedica exclusivamente em observar e medir o grau de contentamento dos colaboradores no seu ambiente de trabalho.

RESULTADOS PARCIAIS

Espera-se com o trabalho analisar e compreender as melhores práticas da gestão da diversidade e como o tema é abordado nas melhores empresas para se trabalhar estudadas. Realizar este estudo tão necessário e recente nos fará entender como as organizações estão promovendo a inclusão das minorias em seu quadro de colaboradores, porém não somente incluir, mas em também em manter uma qualidade de vida e satisfação desses e demais colaboradores.

Até o presente momento identificamos as 5 melhores empresas de grande porte para se trabalhar em 2019. São elas: Caterpillar, Tokio Marine, Mars, Magazine Luiza e Dell Technologies. Todas possuem mais de 2000 funcionários e possuem como um dos focos a gestão da diversidade designando alguém na organização responsável por combater a discriminação e promover a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o conceito de diversidade encontra-se em discussão e demanda atenção por parte de pesquisadores e gestores. É nítido que no Brasil a população é miscigenada, ou seja, a sociedade em questão é formada por pessoas diversas com características distintas. Nas organizações o tema passou a fazer parte da estratégia das organizações pois cumprem o papel social, garantindo a diversidade também em seu quadro de funcionários. De acordo com Fleury (2000), a composição predominante nas empresas é de pessoas com o estereótipo dominante: homem, branco, que não seja portador de deficiência, heterossexual e que não esteja no início e nem no fim da carreira.

Abrir as portas para a diversidade atinge todos os fatores de construção social: idade, nacionalidade, posição social e orientação sexual. Em um mercado cada vez mais globalizado, a diversidade vai além de respeitar e aceitar as diferenças. É fundamental entender que uma equipe com diversos perfis fica mais rica em talentos, melhora os resultados da empresa e contribui para o sucesso empresarial.

Palavras-Chave: Diversidade; melhores empresas para se trabalhar; gestão da diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M.A.; GALEÃO-SILVA, L.G. **A crítica da gestão da diversidade nas organizações**. Revista de Administração de Empresas. V.44, n.3, p.20-29, 2004.

FLEURY, Maria Tereza. **Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiências de Empresas Brasileiras**. RAE – Revista de Administração de Empresas, v. 40, nº3 p. 18-25, jul./Set. 2000.

GIL, Marta. (coord.) **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiências**. São Paulo: Instituto Ethos, 2002.

HANASHIRO, D. M. M.; CARVALHO, S. G. **Diversidade Cultural: panorama atual e reflexões para a realidade brasileira**. REAd. Revista Eletrônica de Administração, v. 11, n. 5, p. 1-21, 2005.

SANTOS, G. C. M et al. **Gestão da diversidade: um estudo entre as “melhores empresas para você trabalhar”**. In: Seminários de Administração, 11, 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2008. Disponível em: . Acesso em: 18 fev. 2011.

ENEGEP/2004 – **Conceituando a diversidade cultural**, Gestão da diversidade: além de responsabilidade social, uma estratégia competitiva. P. 3834 e 3838, Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2004_Enegep0707_0034.pdf >

A FÓRMULA DE SUCESSO DAS “FAKE NEWS” (2020)

Stefany Pizette Vicente¹; Maria Carolina Rodrigues da Cunha²; Lilia Brum de Cerqueira Leite Ribeiro³

¹ Discente – Curso de Direito, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

² Discente – Curso de Direito, Centro Universitário de Valença - UNIFAA

³ Docente – Curso de Direito, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

INTRODUÇÃO

As “Fake News” ingressaram no cotidiano de uma forma inesperada, pois com a grande produção tecnológica no século XXI a informação se dissemina cada vez mais rápido, sendo ela verdadeira ou não.

E afinal, que são “fake News”? As “Fake News” são um gênero de informação que difere de opinião, sendo voltadas a informações factuais. Etimologicamente, o termo *fake* em tradução para o português seria falso/falsa e *news* notícia/notícias, ou seja, notícias falsas. Esse fenômeno como conhecemos foi identificado a partir do ano de 2016.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto à metodologia, a pesquisa utilizou como fonte primária, a pesquisa metodológica, também em paralelo uma pesquisa teórica sobre as questões como o levantamento bibliográfico inerente ao tema, obtenção da legislação nacional pertinente, seleção das decisões jurisprudenciais relevantes para o desenvolvimento das questões trazidas à análise, obtenção de regras internas atuais e antigas da plataforma Instagram, análise detalhada de todo o material levantado, identificação dos aspectos controvertidos envolvendo a matéria, exposição de eventuais soluções pertinentes para os assuntos controversos.

RESULTADOS PARCIAIS

As “*fake News*” não vem totalmente da mentira, esta pode usar de um relato de fato falso, que não aconteceu ou o relato de um fato que realmente aconteceu sendo contado de forma distorcida. A grande diferença entre uma simples desinformação e a “*fakenews*” é o fato da mesma ser obrigatoriamente em um ambiente virtual.

As pessoas acreditam em notícias falsas quando elas parecem reais, sendo assim se usa um formato de verossimilhança com as notícias convencionais. O nível de rapidez em sua dissipação e fabricação é demasiadamente grande, pois com habilidades digitais, capturas de textos e imagens, “*fotoshop*” e todos os demais recursos que a era digital traz facilitando os meios para se conseguir um anonimato e assim agilizar sua propagação.

O alvo das Fake News constantemente envolve uma figura política, um determinado grupo ou um assunto e se usa uma declaração de uma liderança política para trazer e dar certa segurança à notícia.

Existem dois tipos básicos de criadores de conteúdos de Fake News; os nativos da rede (criadores de memes) e os sites informativos (que fazem artigos e reportagens). Esse compartilhamento tem toda uma organização em rede, a qual o menor puxa o maior. O “*Whatsapp*”, por exemplo, é muito utilizado para compartilhar links de outras plataformas, pois esse aplicativo tem em suas funções a criptografia tornando assim mais difícil chegar ao agente, dando certo anonimato a quem propagou a notícia.

Sendo assim, as estratégias mais utilizadas são de usar perfis falsos “bots” para fazer os compartilhamentos, propagandas utilizando o impulsionamento oferecidos pelas redes sociais para que mais pessoas vejam a postagem e, como já dito, envio por aplicativos de mensagens dos links e das mesmas publicações para conseguir o maior número de engajamentos e acessos possível.

Mas por que se faz “fake News”?

O objetivo central é manipular pessoas a fazer o que é de interesse do criador da notícia falsa, induzindo um sentimento com base em suas convicções e assim o confundindo e enganando o receptor.

As “fake News” tem sido muito utilizadas para satirizar a oposição/adversário dos criadores. Os ataques chegam a acabar com reputações de uma forma irreparável. Mas nem sempre o alvo das “fake News” são pessoas, também se vê ataques às instituições tradicionais de confiança epistêmicas como a própria ciência e a comunidade científica.

E como se faz isso? Com base na propaganda de *Technique in the word war* de Harold D. Lasswell de 1927, o intuito é encontrar um nicho de pessoas suscetível a um tipo de informação falsa (no caso do relato do livro, soldados propensos a deixar o campo de batalha) para operar, através dessas informações, uma frente relevante na sua estratégia ofensiva, quanto mais pessoas suscetíveis, mais disseminação.

Então em 2014, começou se a fazer isto nas eleições, de forma online, encontrando um grupo de pessoas (por exemplo) que abandonariam um candidato se tivessem contato com uma série de informações falsas.

Em conclusão parcial, compreendemos as Fake News não como desinformação, mas sim má informação.

O intuito central da pesquisa era achar formas de identificar e de controlar as “fakenews” com base em seu modo de compartilhamento e com isso descobrimos a ferramenta do “FactCheking”, que checa as notícias e dá etiquetas as reportagens checadas. As etiquetas de classificação são Falso, Exagerado e Verdadeiro.

No Brasil as organizações que fazem o *FactCheking* são: Aos Fatos, Estadão Verifica e a Lupa, estes seguem o código de princípios IFCN de 2015 para checagem. O trabalho de checagem é diferente da verificação (*Debunking*– desmentir fato falso) utilizando uma metodologia dos três questionamentos sobre a relevância do que é dito; Que barulho faz? O que fala? Quem fala?

Apesar deste controle, nem tudo é passível de checagem. É possível checar dados históricos, dados estatísticos, comparações e afirmações e legalidades, mas não é passível de verificação opinião, conceitos amplos (ex.: MAIOR crise, PIOR tragédia) e o futuro (Previsões).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas como podemos regular para se evitar *fakenews*?

Pode se usar a checagem para se descobrir a verdade sobre *fakenews* populares e assim conscientizando as pessoas que a notícia é falsa.

O legislativo criando leis pertinentes e o judiciário as fiscalizando é outra maneira de tentar mitigar os efeitos catastróficos dessas notícias.

Na pesquisa de acordo com o site do Senado Federal Brasileiro foi feito pelo Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) o projeto de Lei nº 2630, de 2020 conhecido como a Lei das “Fake News” que estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei.

Esse projeto foi aprovado pelo Plenário e foi a remetida à Câmara dos Deputados no dia 03/07/2020.

E, por fim, na iniciativa privada poderiam as plataformas se valer de termos de conduta que sejam rígidos em banir as *fakenews* e punir os usuários que as produzem.

O *Instagram*, por exemplo, tem feito ferramentas para reduzir a disseminação de informações falsas na plataforma e para isso as pessoas podem denunciar alguma publicação como *fakenews* ou o próprio sistema localiza e com ajuda de 45 verificadores de fatos terceirizados no mundo todo, que são certificados pela *International Fact-Checking Network* (uma organização que reúne verificadores de fatos e plataformas de checagem do mundo todo), eles dão uma etiqueta de *fakenews* quando a informação é falsa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instagram será principal fonte de fakenews na eleição de 2020, diz estudo; TAB; Tecnoblog; São Paulo; 06 de Setembro de 2019 às 13h10; Disponível em <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/09/06/instagram-e-considera-pior-rede-social-para-fake-news.htm>>; Acessado em 30 de Outubro de 2020.

Covid-19: Instagram coloca alerta de fakenews em postagem de Bolsonaro; Correio Braziliense; Tecnoblog; 12 de Maio de 2020 às 12:16; Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/12/interna_politica,853925/covid-19-instagram-coloca-alerta-de-fake-news-em-postagem-de-bolsonar.shtml>; Acessado em 30 de Outubro de 2020.

O Instagram é contra o bullying online; Instagram; Rede Social; Disponível em <<https://about.instagram.com/community/anti-bullying>>; Acessado em 30 de Outubro de 2020.

Diretrizes da Comunidade; Instagram; Rede Social; Disponível em <<https://help.instagram.com/477434105621119>>; Acessado em 30 de Outubro de 2020.

Entendendo Fake News; Google Classroom; 20 de Julho de 2020; Disponível em <<https://classroom.google.com/u/0/c/MTE3MjE3NzY5NjEw/m/MTE4MDAwMDYyND E2/details>> Acessado em 30 de Agosto de 2020.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL: O ROBÔ LYRA E SUA APLICABILIDADE NO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ

Lucas Valente Costa Pereira¹, Wallace Da Silva Fonseca² E

Stela Tannure Leal³

¹ Discente – Curso de Direito, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

² Discente – Curso de Direito, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

³ Docente – Curso de Direito, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

INTRODUÇÃO

A utilização de novas tecnologias no Direito, inegavelmente, propõe uma situação de ruptura com as bases antigas e sólidas historicamente construídas (NUNES, 2020), o que, por várias vezes, pode repercutir em um sentimento de desconfiança ou falta de referencial. Apesar dessa dificuldade humana em aceitar transformações, o que se dá pelo medo de arriscar e a encontrar-se com o desconhecido, por vários motivos, tais como desenvolvimento tecnológico e transformações sociais, os momentos disruptivos surgem à porta e não se pode frear sua entrada no Direito, o que pode se dar de forma irregular ou regulada a depender do interesse em sua absorção.

Como bem reflete sobre esse tema, Jordi NievaFenoll afirma que seria querer fechar os olhos para a realidade pensar que a inteligência artificial não pode ser aplicada em questões judiciais ainda mais do que já está implementada (NIEVA, 2018, p.14, tradução nossa)¹.

Desta maneira, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) inovou e desenvolveu, em parceria com profissionais de outros ramos, dois robôs alimentados por inteligência artificial para uso da instituição – os robôs Lyra e Zuleika². O primeiro, objeto da presente pesquisa, tem por objetivo mapear as principais queixas consumeristas propostas por meio de ações individuais, de modo a orientar uma atuação do MPRJ na tutela de interesses metaindividuais e coletivos através da aplicação de multa ou mesmo da propositura de uma Ação Civil Pública que aborde o tema identificado como recorrente.

A justificativa da importância do presente estudo fica evidente quando recursos públicos estão sendo empreendidos na criação e desenvolvimentos de robôs que tem a possibilidade de transformar o modo de agir das instituições jurídicas, de forma que um olhar crítico de um pesquisador fora do projeto pode ser essencial para apontar outras utilidades ou eventuais falhas e subutilizações.

Logo, conforme Rômulo Soares Valentini:

Em outras palavras: máquinas não precisam emular a totalidade dos elementos que compõem o cérebro humano (apresentar uma verdadeira inteligência artificial) para resolverem tarefas complexas. Um computador, por

¹ No original: Estrictamentehablando, sería querer cerrar losojos a larealidad pensar que lainteligencia artificial no puedeaplicarseenmateria judicial incluso enmayor medida a como ya está implantada.

² MPRJ, “MPRJ já utiliza robôs para identificação e atuação em causas coletivas dos consumidores”, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/74401/>>. Acesso em 23 de out. de 2020.

meio do processamento de dados que o oriente a seguir um procedimento de tarefas simples e pré-determinadas através de uma programação boa o suficiente, é capaz de apresentar uma performance de nível igual ou superior ao patamar minimamente aceitável para determinado trabalho. (VALENTINI, 2017, p. 52).

Os objetivos específicos que envolvem o robô Lyra são: i) buscar junto ao Ministério Público do Rio de Janeiro os resultados completos sobre as suas primeiras utilizações, ii) acompanhar os desdobramentos das violações identificadas e divulgadas pelo Ministério Público, iii) mapear as demandas consumeristas propostas no município de Valença no período compreendido entre 2017 e 2019, e iv) avaliar a possibilidade da sua aplicação útil na Comarca de Valença e se há alguma outra utilidade percebida pelos pesquisadores no decorrer do estudo.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos traçados, o mapeamento partirá das informações disponíveis sobre os resultados do robô Lyra de forma a se catalogar quais as principais temáticas identificadas e forma de atuação que tem se dado a este nesse momento inicial de implantação. Após a organização dos dados, passará a etapa de coleta das informações acerca das demandas consumeristas individuais propostas na Comarca de Valença no período de 2017 a 2019. Optou-se pelas demandas individuais uma vez que um dos interesses do robô Lyra é, justamente, permitir a coletivização das demandas, de forma que o mapeamento de ações coletivas tornaria ineficaz a pesquisa.

A reprodutibilidade do estudo será possível após a determinação precisa das palavras chaves pelos pesquisadores, o que será decidido em conjunto, e os dados tabelados serão organizados por interesse, ficando a pesquisa restrita a atuação no ramo consumerista, posto que é o de abrangência do mencionado robô.

Durante o mapeamento dos dados, os mesmos serão cruzados para a análise que se pretende no que toca às possibilidades do robô do MPRJ no município de Valença.

O presente projeto de pesquisa não precisa de autorização de comitê de ética para seu pleno desenvolvimento por não envolver seres humanos ou animais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa empreendida se encontra em sua fase de coleta de dados e, através de sua análise posterior, espera-se conseguir identificar em que medida o robô Lyra teria aplicabilidade no município valenciano, em seu âmbito de atuação – ações consumeristas – de modo que o estudo possa, ainda, contribuir com as discussões a respeito da implantação de projetos de Inteligência Artificial no processo civil brasileiro para que a absorção pelo Direito dessas novas tecnologias se dê através de procedimentos bem pensados e especializados.

Cumprido esclarecer que, os dados utilizados pelo robô Lyra provém de parcerias com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Secretaria de Saúde, Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares - CNCT, DATASUS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Censo Suas, Instituto de Segurança Pública - ISP, Relatório MCA, SARGSUS, Tribunal Superior Eleitoral - TSE e estudos e projeções feitos internamente no MPRJ, sendo, de tal forma, enviados requerimentos de acesso à informação tanto para o site do MPRJ, como para o CAO Consumidor e Contribuinte/MPRJ para que sejam fornecidos estes dados públicos, a fim de que sejam analisados.

Embora sejam divulgados relatórios e estudos sobre a utilização do robô no site do MPRJ, o acesso aos dados efetivamente utilizados nestes relatórios não é disponibilizado para consulta de maneira simplificada em qualquer plataforma de acesso ao público.

CONCLUSÕES

Conclui-se, portanto, que a pesquisa encontra-se apenas em sua fase inicial, como também a própria coleta de dados em si, tendo em vista que, como citado anteriormente, foram enviados requerimentos de acesso à informação para o site do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, bem como, para o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor e Contribuinte visando obter estes dados ou acessos a um portal de transparência utilizado pelo próprio órgão, e que possa apresentar um balanço das atuações do Robô Lyra até a presente data. Sendo utilizado como base, até então, dados fornecidos por meio de notícias no portal do site do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, para que possamos proceder com um mapeamento

detalhado torna-se necessário o acesso aos dados utilizados pelo robô Lyra, de forma que se possa acessar e catalogar as principais demandas e assim formarmos um banco de dados para visualizarmos sua aplicabilidade nas demandas consumeristas individuais entre o período de 2017 a 2019 no município de Valença-RJ.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Processo Civil; Pesquisa Empírica em Direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NIEVA FENOLL, Jordi. *Inteligencia artificial y proceso judicial*. 1 ed. Madrid: Marcial Pons, 2018.

NUNES, Dierle; WOLKART, Erik Navarro; LUCON, Paulo Henrique dos Santos; *inteligência artificial e direito processual: os impactos da virada tecnológica no direito processual civil (2020)*. 1ed. Salvador. Juspodivm. 2020.

VALENTINI, R. **Julgamento por computadores? As novas possibilidades da juscibernética no século XXI e suas implicações para o futuro do direito e do trabalho dos juristas**. Tese (doutorado em Direito) – Faculdade de direito da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte – Minas Gerais. 2017.

A POLÍTICA ESTATAL NEOLIBERAL E A FORMAÇÃO DO MODELO HOMEM-EMPRESA

Discente: Eduarda Silva Rossi³, Docente: Hector Luiz Martins Figueira⁴

INTRODUÇÃO

A ordenação trabalhista nasceu e se desenvolveu mediante o trabalho realizado nas grandes indústrias, marcada pela produção em massa, especialização das atividades, rigorosa organização hierárquica e contratos por tempo indeterminado. Em contrapartida, se houve certo avanço do número de desempregados e do trabalho informal, por outro havia a necessidade de novas formas de contratação, mais flexíveis e dinâmicas. Ademais, observou-se a ampliação do setor terciário, a formação de novas profissões e o advento de profissionais cada vez mais qualificados,

³Graduanda em Direito no UNIFAA, e-mail: ID Lattes:

⁴Discente do curso de Direito no UNIFAA, e-mail: hmartinsfigueira@gmail.com, ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6049290356793683>

fazendo com que o mercado valorizasse tal mão de obra mais capacitada. A realidade fática que fundamentou o surgimento do Direito do Trabalho modificou-se profundamente devido ao avanço tecnológico, a globalização e mudanças no modo de produção capitalista.

Apesar de o trabalho subordinado continuar sendo um meio importante de contratação, verifica-se o crescimento do trabalho autônomo e parassubordinado, estimulando certa adaptação do Direito do Trabalho brasileiro ao novo contexto social e econômico dos dias atuais. No entanto, tais trabalhadores que exercem essas funções mais independentes, estão excluídos da tutela estatal. Não há, no ordenamento jurídico, uma regulação sobre o trabalho autônomo, no que diz respeito a direitos que eventualmente podem ser estendidos a estes trabalhadores.

A Constituição Federal, em seu Capítulo II, do Título II, irá dispor sobre direitos sociais, direitos fundamentais do homem, visando proporcionar condições de vida decentes aos hipossuficientes. Previstos nas normas constitucionais, são direitos relacionados ao direito de igualdade, pois tendem a igualar situações socialmente desiguais. O disposto art. 7º, da Carta Magna, enuncia os direitos dos trabalhadores em suas relações individuais de trabalho. O caput do referido artigo apresenta a seguinte redação: *“São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:”*. Mediante a ausência de uma definição sobre o termo “trabalhador”, os destinatários dos direitos sociais constitucionalmente previstos neste artigo, correspondem aos trabalhadores subordinados, ou seja, aqueles que possuem vínculos de emprego, nos termos previstos pela legislação infraconstitucional, nos frisando, justamente, a necessidade de se ter um texto legal que resguarde os direitos de trabalhadores autônomos ou empreendedores de si.

O livro “A falácia do empreendedorismo” (2016) dos autores portugueses Adriano Campos e José Soeiro, ressalta que o marketing passou dos produtos para as pessoas, hoje em dia quem tem sucesso e quem sabe se destadar na multidão, por isso se faz importante o estudo da categoria homem-empresa.

Os valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e a dignidade da pessoa humana são princípios pelos quais o Estado Democrático de Direito Brasileiro se fundamenta (art. 1º, incisos III e IV, da CF).

Nota-se que o princípio da dignidade da pessoa humana reflete um valor que une todos os direitos fundamentais, agindo como ponto referencial, afim de que se aplique e interprete as normas constitucionais e infraconstitucionais, principalmente as trabalhistas. Trata-se de qualidade intrínseca de todo o ser humano, irrenunciável e inalienável, que é violada quando o indivíduo é usado como instrumento para alcançar certas vontades e desejos de outrem.

No trabalho, a pessoa percebe uma possibilidade de se desenvolver, de crescer na vida, de evoluir, trabalhando em seu caráter e personalidade. No momento em que é colocado à margem do sistema, desprovido de proteção legal e perdendo seus referenciais básicos, se transforma em mero objeto da atividade econômica. Para PEDRO PROSCURCIN, um novo modelo legal deverá abranger todas as formas de trabalho socialmente úteis, com objetivo de promover coesão e sentido inclusivo ao mercado laboral. Seu objetivo é regular as relações de trabalho ou de emprego, o trabalho atípico, a intermitência entre atividades, a formação profissional, a transição de estados profissionais ou atividades independentes, as diversas formas de mutação profissional derivadas de novas técnicas, tecnologia e gerenciamento da produção. A formulação do contrato de atividade visa à inclusão de todos os trabalhadores que queiram se inserir na vida ativa e se dedicar ao trabalho socialmente útil. Sendo assim, iria abranger os trabalhadores autônomos, informais, voluntário, que hoje são ignorados pelo sistema.

Cuida-se de meios para a precarização do contrato de trabalho, cujo enfoque está na redução de custos, burlando a legislação trabalhista. Logo, a fraude surge como um caminho capcioso, realizada com a finalidade de obtenção de vantagens a qualquer preço, indevidas.

Portanto, a constituição de pessoa jurídica, quando encobre uma relação de emprego, pode ser considerada expressão desta nova informalidade, uma vez que esta se refere à conjuntura moderna de alteração das relações de trabalho, em detrimento à contratação formal empregatícia. Esta nova face da informalidade envolve profissionais de elevada qualificação, ao contrário dos antigos informais caracterizados pela baixa renda, pouca qualificação e pequena produtividade. MARCUS DE OLIVEIRA KAUFMANN (2012) chama de "desresponsabilização do capital" o processo em que as empresas periféricas, não tendo condições de manter elevadas cifras de produção em face da competitividade exacerbada, contratam na

informalidade, muitas vezes exigindo que o trabalhador se transforme em uma empresa unipessoal, fomentando o trabalho autônomo.

Por último, os objetivos gerais da pesquisa, residem em analisar de que forma as sociedades contemporâneas precarizam seus funcionários para que eles produzam cada vez mais e ganhem cada vez menos e ainda, avaliar a narrativa do modelo econômico neoliberal posto em nosso sistema social e político e seus discursos políticos e jurídicos.

MATERIAL E MÉTODOS

Pretende-se que esta pesquisa seja realizada por coleta de dados coletados nos bancos da FGV e IBGE. Bem como, uso de doutrina e leis afetas a temática e transversais que possam corroborar para a discussão e a síntese da problemática apresentada.

A metodologia utilizada neste trabalho é de pesquisa documental, de fontes bibliográficas nacionais e internacionais, bem como artigos disponibilizados em sites acadêmicos reconhecidos internacionalmente. Ressalta-se o emprego de categorias abstratas, puramente analíticas de uso bastante comum e disseminado na área do Direito. Assim, as noções aqui trabalhadas são inteiramente conceituais, pensadas e escritas a partir de seus significados históricos, sociais e políticos demarcadas em um local e tempo determinados, quais sejam, no estado do Rio de Janeiro. O recorte deste artigo consiste na apresentação desta categoria homem-empresa e suas diversas facetas, inerente às sociedades capitalistas. Atualmente, no ocidente, a economia de mercado, impulsionada por sistemas econômicos mais dinâmicos de consumo, avança no sentido de criar uma nova ordem estatal que impacta relações de trabalho e relações empresariais e econômicas. Assim, todo o material utilizado como fonte direta e indireta de pesquisa entrará na bibliografia apresentada e a metodologia será de análise doutrinária, legal e jurisprudencial.

RESULTADOS PARCIAIS

As mudanças nas leis trabalhistas de 2017, não cumpriram sua principal promessa: gerar muitos empregos. A taxa geral de desemprego mudou pouco depois da aprovação da reforma era de 12,2%, em outubro de 2017, e hoje está em 11,8%. (UOL, 2019).

A alterações na lei trabalhista, levaram muitas pessoas a tornarem-se pessoas jurídicas, em muitos casos na figura do microempreendedor, entretanto, dependendo da posição social do microempreendedor, ele pode ser até considerado um proletariado ou um burguês. Mas no contexto brasileiro, o que se percebe com essa “lógica empreendedora” é um sistema de opressão e de trabalho irrestrito de auto-exploração, sem qualquer tipo de direito trabalhista e previdenciário. Não se trata de um discurso para o passado, mas sim de respeito a conquistas democráticas importantes do país.

De acordo com Vasapollo, o crescimento de postos de trabalhos atípicos, autônomos, impulsionam o microempreendedorismo no século XXI e resulta da diminuição dos postos de trabalho formal nos setores da economia. “Assim, vêm sendo criados novos tipos de trabalho autônomo que aparentam ser independentes, mas representa, na realidade, a nova fronteira do trabalho assalariado pós-fordista.” (VASAPOLLO, 2005, p.381)

Por fim, o aumento das terceirizações, pode ser compreendido em parte, como processo que engendra a transferência de parte das atividades da grande empresa para os pequenos negócios, e que pode ser entendida como um mecanismo de extração da mais valia de forma indireta, em que a força de trabalho que exerce atividade no pequeno negócio é precária e explorada pela grande empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão parcial, infere-se que, no nosso país, acerca dos trabalhadores autônomos, existe uma longa jornada e degraus a serem galgados, para que se possa ter um cenário pelo qual, trabalhadores parassubordinados possam ter voz e respaldo normativo, a fim de que se obtenham normas pelas quais possam transferir a eles, o mínimo de dignidade e liberdade para efetuar seus serviços honestamente.

No mais, o movimento de terceirização desenfreado, a desproteção da justiça labora perante os trabalhadores, e novo conceito de empreendedor disseminado na esteira da meritocracia, leva a um aprofundamento de desigualdades e empobrecimento da população brasileira nunca vistos na história.

Assim, adentrar no processo de reflexão de quem são estes microempresários que estamos fomentando para dentro do mercado, é mais do que uma preocupação jurídica, econômica e política, é o cuidado com nossos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo, capitalismo, exploração, trabalho degradante, violação de direitos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIN, Daniel. *A Superestrutura da Dívida: Financeirização, Classes e Democracia no Brasil Neoliberal*. Editora Alamenda, 2017.

BOITO JR. Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, Editora Xamã. 1999.

CAMPOS, Adriano & SOEIRO, José. *A falácia do empreendedorismo*. Bertrand Editora. Lisboa. 2016.

DARDOT, Pierre et al. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Editoria Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2014^a

KAUFMANN, Marcus de Oliveira. *Da solidariedade Sindical internacional a democracia nos locais de trabalho*. Tese de Doutorado em Direito, PUC, 2012.

UOL, Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/reforma-trabalhista-completa-dois-anos-/#page21> Acesso em 09/11/2020

PROSCURCIN,

VASAPOLLO, Luciano. *A precariedade como elemento estratégico determinante do capital*.

In: Revista Pesquisa e Debate, São Paulo, v.16, n.2, p.368-386, 2005.

A RELAÇÃO ENTRE REINCIDÊNCIA E RESSOCIALIZAÇÃO: UM ESTUDO DE GÊNERO SOBRE A PRISÃO

¹ Discentes: Amanda Santiago Ferreira de Assis e Gabriel Rosa Rios – Curso de Direito – Centro Universitário de Valença UNIFAA

² Docente: Ana Luiza da Rocha Lima – Curso de Direito – Centro Universitário de Valença UNIFAA

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Este texto se propõe a tratar de alguns dos conceitos mais primordiais acerca do assunto: O que é a prisão; qual sua função, a análise de sua natureza, dos propósitos mascarados pelos discursos mais superficiais de ressocialização, e, finalmente, a ligação entre reincidência e ressocialização em prol de entender a relação entre estes institutos, tendo como pano de fundo o sujeito mulher.

A pesquisa tem como objetivo analisar o porquê o gênero é uma categoria relevante no estudo do sistema punitivo, além de entender como a seletividade penal se relaciona com o tema da justiça e da prisão. As mulheres tem a maior taxa de crescimento dentre os sujeitos encarcerados nos Estados Unidos (DAVIS, 2018). É de conhecimento geral a desigualdade de gênero e o esforço das mulheres para obter o reconhecimento de seus direitos tais como os homens, sejam eles direitos civis e políticos. Como consequência natural, as prisões refletem os mesmos problemas de gênero sofrido pelas mulheres historicamente na sociedade. Mulheres são diferentes de homens, mulheres se relacionam em comunidade diferente de homens, mulheres estatisticamente delinquem diferente de homens, mas a prisão parece ignorar isso. O gênero é fundamental, pois é em si uma diretriz de como tratar, reabilitar e respeitar. Como no resto da sociedade é espaço feminino, tanto quanto é masculino, e como no resto da sociedade, a mulher ainda é marginalizada, mesmo enquanto sujeito encarcerado, duplamente punido.

Mulheres e prisão são um binômio à primeira vista estranho, isso se dá devido a uma cultura que naturaliza a relação do gênero feminino com docilidade e benevolência. A transgressão feminina é duplamente punida: enquanto infração e como punição pela ousadia de ser uma mulher criminosa.

As mulheres, sujeitas de segunda classe durante séculos, ainda hoje ficam fora dos grandes debates sobre encarceramento, o que é totalmente discrepante ao pensarmos que esse é o substrato da sociedade que vem mais alimentado as prisões ao longo dos últimos anos. Por fim, cabe à mulher o esquecimento, a invisibilidade e a acessoriedade, pois as prisões, assim como a sociedade no geral, são projetadas para homens e, assim como ocorre fora das grades, continuam a existir marcas do preconceito de gênero que se duplicam no ambiente da prisão. Dessa forma, é necessário trazer a encarcerada como sujeito de pesquisa, bem como as questões que perpassam sua condição.

MATERIAL E MÉTODOS

Utilizou-se como base de dados estudos quantitativos e qualitativos. Inicialmente, optou-se pela literatura de ativistas negros (majoritariamente mulheres) cujo condão de experiência ativa e empírica no assunto concede legitimidade aos aspectos mais gerais e acessíveis sobre o tema. Utilizou-se também dados de artigos científicos, a principal base de dados foi uma pesquisa do IPEA unida ao CNJ em 2015, acerca do tema da reincidência e ressocialização em nível nacional que aliou métodos quantitativos de coleta de dados e qualitativos sobre a exploração das questões específicas por meio de entrevistas de funcionários do sistema prisional

RESULTADOS PARCIAIS

A partir da delimitação do sujeito e do recorte temático, passou-se ao estudo do fenômeno da prisão, feminismo, feminismo negro e as mulheres enquanto sujeito encarcerado com questões próprias do gênero.

O estudo do IPEA de 2015 oferece um perfil de reincidentes que demonstra que, quando comparados com outros grupos etários, a dos sujeitos com 25 anos é maior, equivalendo a um terço dos reincidentes, sendo eles majoritariamente homens. Ao falarmos da raça e cor, a população reincidente branca é a maioria. A escolaridade é baixa, pois a maioria (71,1%), tem apenas ensino fundamental completo, e por fim, 88,9% dos apenados declaram ter um emprego ou profissão.

O perfil etário deste reincidente é de homem com média de 25 anos, o que nos indica que a carreira criminosa se iniciou em sua juventude. Ao falarmos de sua etnia, os caucasianos tendem a reincidir mais que os outros substratos sociais, apesar da população carcerária ser constituída em sua maioria de negros e pardos. Por fim, estes agentes delitivos possuem nível de escolaridade baixa, a maioria tem o ensino médio incompleto, mas que alegam terem em sua maioria ocupação profissional, ainda que muitas vezes não seja dentro do mercado de trabalho formal.

A política de ressocialização aplicada nas prisões estudadas nos artigos é feita por meio do trabalho e do estudo. Os detentos podem trabalhar dentro ou fora da prisão, a depender do regime. Os estudos são realizados internamente, onde é feito o papel da escola, visto que muitos deles não terminaram o ensino médio.

A taxa de reincidência criminal fica na média dos 30% (trinta por cento), diferente daquele comumente divulgado na mídia (que chega a falar em 70%). A pesquisa atualmente se encontra na fase de cruzamento de dados da reincidência e do gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se debruça a entender o processo prisional, suas complexidades e paradoxos, suas propostas e ideologias. Para além disso, propusemos explorar a influência da raça, classe e gênero sobre os números que apontam os sujeitos que constituem o complexo prisional, focando neste último aspecto, tendo em vista que a mulher é um sujeito duplamente marginalizado, segundo os preconceitos de gênero e enquanto sujeito delitivo que possui necessidades e singularidades próprias. Sobre todo esse fenômeno deseja-se entender a correlação entre reincidência e a eficiência de políticas ressocializadoras (quando existem) sobre os sujeitos prisionais, em geral, e sobre as mulheres, em particular para trazer luz à questão, tecer críticas devidamente respaldadas e propor soluções.

PALAVRAS-CHAVE: Prisão. Reincidência. Ressocialização. Mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Juliana. O que é: encarceramento em massa?. Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2018.

ALEXANDRE, Dayse de Resende Silva; ROCHA, Thays Nogueira e FIGUEIREDO, Namar Oliveira Silva. O FENÔMENO DA REINCIDÊNCIA NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: A realidade do presídio de Três Corações MG. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 13, n. 1, p. 03-14, 2015.

BORGES, Juliana. O que é: encarceramento em massa?. Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2018.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FOUCAUL, Michel. Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

IPEA. Relatório de Pesquisa: Reincidência Criminal no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, Roberta Fernandes; SAPORI, Luís Flávio. Fatores determinantes da reincidência criminal – dos percursos do crime após a prisão. In: 39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2015, Caxambu. Anais eletrônicos. Caxambu, MG: Anpocs, 2015. [s/p]. Disponível em < <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/spg/spg07> > Acesso em: 27 de julho de 2020.

APORI, Luis Flávio; SANTOS, Roberta Fernandes e Lucas Wan Der Maas. Fatores Sociais Determinantes da Reincidência Criminal no Brasil o Caso de Minas Gerais. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 32 N° 94, 2017.

SOUZA, Rafaelle Lopes; SILVEIRA, Andréa Maria. Mito da ressocialização: programas destinados a egressos do sistema prisional. SER Social, Brasília, v. 17, n. 36, p. 163-188, jan.-jun./2015.

MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS E O ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA PELOS HIPOSSUFICIENTES: UM ESTUDO JURISPRUDENCIAL

VASCONCELOS, Stela Tannure Leal de⁵ ; BARBOSA, Mariana Avila⁶

Palavras-chaves: Medidas executivas atípicas; acesso à justiça; pesquisa empírica em Direito.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

As medidas executivas atípicas representam a aplicação do espaço de criatividade judicial permitido pelo inciso IV do art. 139 do Código de Processo Civil de 2015. Exemplificativamente, têm sido corriqueiras as situações em que se anunciam medidas executivas atípicas como a suspensão de CNH (Carteira Nacional de Habilitação) ou Passaporte de devedores – a intenção desta *execução indireta* é induzir o devedor a proceder a quitação do débito.

Contudo, como instituto jurídico de relativa novidade em nosso ordenamento jurídico, há ainda alguma incerteza sobre sua aplicação, “Afim, se ele tem potencialidade para promover a efetividade da tutela, também pode provocar lesões graves.” (ROCHA; SILVA; SOUSA, 2016, p.2).

Nota-se, portanto, que o objetivo geral deste projeto de pesquisa é a investigação do tratamento jurisprudencial das medidas executivas atípicas pelo Judiciário, analisando se estas contribuem para o favorecimento da efetividade das decisões judiciais ou se representam situações de violação de direitos para devedores ou incremento de riscos da execução para credores, pois “Nesses casos, o credor terá que ressarcir o executado ou terceiros pelos eventuais danos causados, o que faz com que a atividade executiva – em última instância – possa trazer prejuízos para o exequente” (LAMÊGO, 2019, p.3)

Destarte, seus objetivos específicos são: a) Levantar dados jurisprudenciais a respeito da fixação de medidas executivas atípicas no TJ-RJ, no período

⁵Doutora e mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense, Centro Universitário de Valença (UNIFAA), stela_tannure@hotmail.com, orientadora do Projeto de Iniciação Científica “Medidas executivas atípicas e o acesso à ordem jurídica justa pelos hipossuficientes: um estudo jurisprudencial”.

⁶Bacharelada em Direito pelo Centro Universitário de Valença (UNIFAA). Atualmente participa do Projeto de Iniciação Científica “Medidas executivas atípicas e o acesso à ordem jurídica justa pelos hipossuficientes: um estudo jurisprudência”.

compreendido entre 2016 e 2019; b) Investigar quais são as espécies de medidas executivas atípicas utilizadas nas decisões judiciais; c) Mapear a frequência da fixação de cada medida atípica indicada no levantamento de dados jurisprudenciais; d) Avaliar a adequação de cada espécie de medida atípica identificada para casos concretos que envolvam hipossuficientes econômicos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é realizada por coleta de dados do repositório de jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Os critérios de busca ficaram adstritos às decisões de 2ª instância proferidas em Câmaras Cíveis, que contemplam as temáticas de Direito Civil e, especificamente, Direito de Família. As Câmaras de Direito do Consumidor foram excluídas da coleta de dados por envolverem a condenação de pessoas jurídicas, o que não se apresenta pertinente ao presente estudo.

Assim, foram selecionadas as decisões judiciais entre os anos de 2016 e 2019 que estavam relacionadas aos *proxy* “medida executiva atípica”, “medida atípica”, “medida executiva inominada” e “medida executória inominada” e “medida executória atípica”.

Após esta seleção, excluídas as decisões repetidas, os dados coletados foram categorizados por ano (2016, 2017, 2018 e 2019) e por espécie de medida atípica fixada na decisão em questão (como, por exemplo, a suspensão da CNH), o que permite identificar qual é a frequência de fixação de cada espécie e se há tendência de aumento ou diminuição da utilização desta ferramenta processual ao longo do período pesquisado.

Passou-se, finalmente, à análise qualitativa das espécies de medidas executivas atípicas fixadas em situações hipotéticas de hipossuficiência econômica do devedor e/ou do credor, de forma a observar se a fixação de medidas executivas atípicas pode vir a representar uma restrição desproporcional ao direito (do ponto de vista do devedor) ou um incremento de risco da execução (para o credor).

RESULTADOS PARCIAIS

Em análise dos dados coletados, que ainda está em andamento, constatou-se que apesar da inovação trazida pelo Código de Processo Civil, com a possibilidade da adoção de medidas coercitivas atípicas para atender a tutela satisfativa, a relação daquelas com os jurisdicionados hipossuficientes é de difícil investigação, tendo em vista a ausência nos acórdãos da indicação de parte nesta condição.

Percebe-se, também, uma limitação de medidas adotadas/ requeridas, resumindo-se em suspensão da CNH, passaporte ou cartões de crédito; as quais podem não atender à execuções envolvendo hipossuficientes.

Além disso, analisou-se que apesar da vigência do CPC/15 ter início em 2016, a maioria dos acórdãos data de 2019, indicando a adoção recente pelos juízes do art. 139, IV, e a construção de uma jurisprudência sobre a aplicabilidade em cada caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estando a jurisprudência sobre o uso tais medidas ainda em discussão, não é possível saber com precisão quais critérios e limites serão adotados para a aplicação de medidas executivas atípicas envolvendo devedor hipossuficiente, ou se de fato esse mecanismo será utilizado em tais situações.

Ressalta-se que a presente pesquisa se encontra na fase de análise de dados, e, portanto, ainda será feita uma categorização dos dados obtidos na coleta, onde se espera conseguir inferir qual a adequação das medidas em controvérsias que envolvam hipossuficientes.

REFÊRENCIAS

BRAGA, Paula Sarno; CUNHA, Leonardo Carneiro da; DIDIER JR, Fredie; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. “Diretrizes para a concretização das cláusulas gerais executivas dos arts. 139, IV, 297 e 536, §1º, CPC”. **Revista de Processo n. 267**. São Paulo: Revista dos Tribunais, mai./2017, pp. 227-272.

DOUTOR, Mauricio Pereira. “Medidas executivas atípicas na execução por quantia certa: o recurso à ponderação como técnica de solução das colisões e a

constitucionalidade da regra do art. 139, IV, do CPC/2015”. **Revista de Processo n. 286**. São Paulo: Revista dos Tribunais, dez./2018, pp. 299-324.

LAMEGO, Guilherme Cavalcanti. “Risco da execução e direitos fundamentais do credor: a proteção do exequente na escolha das medidas executivas atípicas””. **Revista de Processo n. 298**. São Paulo: Revista dos Tribunais, dez./2019, pp. 123 – 142.

LEMONS, Vinicius Silva. “A penhora e sua função neutralizadora ao art. 139, IV do CPC e as medidas atípicas”. **Revista de Direito Privado n. 87**. São Paulo: Revista dos Tribunais, mar./2018, pp. 123-148.

ROCHA, Jorge Bheron; SILVA, Bruno Campos; SOUSA, Diego Crevelin. **Medidas indutivas inominadas: o cuidado com o fator Shylokiano do art 139 IV CPC**. Disponível em https://www.academia.edu/31996395/Medidas_indutivas_inominadas_o_cuidado_com_o_fator_Shylokiano_do_art_139_IV_CPC_Por_Jorge_Bher Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS: QUAIS OS MEIOS MAIS EFICAZES PARA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA? (2020-2020)

Karyn A.S. Cerqueira¹; Pedro A. M. Braga¹; Taíza H. S. Santana¹ e Andréia dos Santos Cunha²

¹ Discente – Curso de Direito, Centro Universitário de Valença –UNIFAA 2.

² Docente – Curso de Direito, Centro Universitário de Valença –UNIFAA

INTRODUÇÃO

A pandemia do COVID – 19 intensificou a crise econômica, causando fechamentos de empresas, desemprego, redução de renda e conseqüentemente, o aumento do inadimplemento das pensões alimentícias e da busca pela tutela jurisdicional.

No entanto, a decisão proferida no *Habeas Corpus* Coletivo nº 568.021, juntamente com a resolução 313 e recomendação 62, ambas do CNJ, adotaram como medida de combate a nova pandemia o cumprimento da prisão civil em regime domiciliar. Tal determinação fez com que a prisão civil perdesse seu caráter coercitivo e, conseqüentemente, sua eficácia. Isso gerou graves prejuízos aos alimentandos, que perderam a principal medida de satisfação dos créditos alimentares.

Diante deste cenário, o principal questionamento por parte dos operadores do direito foi: quais os meios coercitivos disponibilizados pela legislação processual seriam eficazes para satisfação do crédito alimentar em meio a pandemia?

Restaram poucas opções realmente eficazes dentro do ordenamento jurídico, tais como a penhora e a inserção do nome do devedor no cadastro de inadimplentes, todavia, ambas as possibilidades já se demonstravam pouco eficientes fora da pandemia, certamente, sua aplicabilidade em períodos de crise dificilmente atenderiam as necessidades dos alimentandos.

A possível solução estaria, portanto, em mecanismos desenvolvidos especificamente para o período de pandemia ou então, mesclar estes mecanismos com aqueles já disponibilizados pela legislação processual. Surgem então, como recursos viáveis a possibilidade de pagamento parcial da pensão alimentícia, trazida pelo projeto de lei nº 1627/2020, e a penhora do auxílio emergencial disponibilizado pelo governo. O pagamento parcial seria um mecanismo desenvolvido exclusivamente para o período de pandemia, segundo o qual o alimentante pagaria apenas uma parte do valor fixado como pensão alimentícia e o restante devido seria parcelado, com início do adimplemento em uma data futura. Por sua vez, a penhora de auxílio emergencial é um meio já disponibilizado pela lei processual, cuja eficácia seria garantida, uma vez que o devedor não poderia se furtar da obrigação.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar os meios mais eficazes para satisfação do crédito alimentar. Como objetivo específico buscou compreender as dificuldades práticas do processo de execução de alimentos no cenário atual; oferecer aos operadores do direito alternativas válidas como métodos coercitivos para execução de alimentos; apontar novos métodos coercitivos a serem contemplados em uma legislação futura.

MATERIAL E MÉTODO

O trabalho em questão teve como finalidade a pesquisa básica estratégica, a fim de aprofundar o conhecimento científico sobre o tema, alcançando conceitos jurídicos sólidos que possam ser utilizados como base de dados para solucionar as demandas jurídicas em execução de alimentos.

Teve como objetivo metodológico a pesquisa descritiva, selecionando e categorizando o conhecimento jurídico já publicado sobre a questão supra descrita e aplicando o método hipotético-dedutivo, buscando alcançar possíveis soluções para a garantir a satisfação do crédito alimentar.

Através do procedimento bibliográfico foram coletadas informações literárias já publicadas sobre o tema artigos, tais como artigos científicos, livros, periódicos e, através do procedimento documental foram analisadas leis, projetos de lei e jurisprudências sobre o tema.

RESULTADOS

A análise dos resultados foi realizada mediante a abordagem qualitativa, a fim de conhecer as medidas coercitivas disponibilizadas para satisfação do crédito alimentar, bem como para compreender quais delas são realmente eficazes.

Os métodos coercitivos para execução de alimentos analisados foram: Penhora, inserção do nome do devedor no cadastro de inadimplentes e o Pagamento Parcial da pensão alimentícia.

A penhora é o ato expropriatório, pelo qual é realizada coercitivamente a transferência de bens do patrimônio do alimentante para o do alimentando, a fim de satisfazer o crédito alimentar. Embora possa ter como objeto bens, em demandas alimentares a preferência é pela penhora de ativos financeiros por ser mais célere. Conhecida como penhora online, tal expropriação é realizada através do sistema BACENJUD, nos termos do art. 584 do CPC. Tal mecanismo se demonstrou pouco eficaz quando aplicado em casos em que o devedor não possui ativos financeiros ou bens em seu nome. Todavia, em casos em que o devedor é indivíduo de baixa renda, se demonstrou como o mais eficaz dentre os analisados, pois surge como possibilidade a penhora do Auxílio Emergencial concedido pelo governo, em razão da pandemia de COVID 19, nos termos do art. 833, §2º do CPC. Tal mecanismo propicia uma forma garantida de satisfação do crédito alimentar, pois o desconto do valor devido é feito

diretamente na fonte, impedindo que o devedor dê outra destinação aos valores recebidos ou alegue falta de renda, conforme demonstrado no Processo: 0147559-23.2017.8.06.0001.

A inscrição do nome do devedor de alimentos no cadastro de inadimplentes, tanto pelos serviços de proteção ao crédito quanto pelo protesto do título executivo também se apresenta como uma medida constritiva viável em tempos de Pandemia, todavia se demonstrou pouco eficaz, já que, em razão da crise, tal restrição não vem gerando efeitos práticos, pois o aumento da inadimplência gerou uma necessidade de uma nova ótica sobre débitos pretéritos para que as atividades negociais prossigam com o giro natural da economia.

Por fim, o pagamento parcial da prestação de alimentos foi objeto de um projeto de lei apresentado pela Senadora Soraya Thronicke cuja validade seria exclusiva para o período de pandemia. Tal projeto previa que o alimentante, mediante prévio acordo e preenchimento de alguns requisitos, efetuará o pagamento da pensão alimentícia em valor menor ao invés do valor integral durante um período de tempo e, o pagamento do valor remanescente seria feito de forma parcelada em data posterior.

O lado positivo deste método é que a obrigação alimentar segue adimplente, ainda que não quitada em sua integralidade, atendendo as necessidades financeiras tanto do alimentando quanto do alimentante. No entanto, o projeto de lei não foi adiante, de maneira a aplicação de tal hipótese somente seria possível mediante a utilização dos métodos auto compositivos já previstos pelo código de processo civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisados três métodos coercitivos para satisfação de crédito alimentar. Cada mecanismo possui os seus prós e contras, sendo certo que a solução ideal para satisfação do crédito alimentar somente pode ser encontrada mediante a análise do caso concreto.

No entanto, como substitutivo da prisão civil, em grau de eficácia, a penhora online do auxílio emergencial disponibilizado pelo governo foi o mais satisfatório dentre os mecanismos analisados.

Palavras-chave: Execução de alimentos; Penhora do auxílio emergencial; Negativação; Pagamento parcial; Pensão alimentícia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Marcelo. **Execução de alimentos e as medidas judiciais atípicas**. Jus.com.br, Dezembro2017.

Disponível em:<https://jus.com.br/artigos/62854/execucao-de-alimentos-e-as-medidas-judiciais-atipicas>. Acesso em: 9 set. 2020.

BRASILIA. **Projeto de Lei nº 1627, de 7 de abril de 2020**. Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito de Família e das Sucessões no período da pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV2 (CoVid 19). Senado Nacional, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141455>. Acesso em: 9 set. 2020.

TARTUCE, Fernando. **PROCESSO CIVIL NO DIREITO DE FAMÍLIA: Teoria e Prática**. 4ª. ed. rev. atual. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

COMBATE À INADIMPLÊNCIA: Devedor de pensão alimentícia pode ser incluído em serviços de restrição ao crédito. Consultor Jurídico, [s. l.], 13 mar. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-mai-13/devedor-pensao-alimenticia-nome-negativado-stj>. Acesso em: 9 set. 2020.

Lei nº 13105, de 11 de fevereiro de 2021. Código de Processo Civil. [S. l.], 2017. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccj Código de Processo Civil.vil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccj/Codigo%20de%20Processo%20Civil.vil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 9 set. 2020.

O TRATAMENTO DA PUBLICIDADE INVISÍVEL NO BRASIL: UMA PESQUISA SOBRE A OBSERVAÇÃO DE POSTURAS DE INFLUENCIADORES DIGITAIS

Stela Tannure Leal⁷, João Batista de Carvalho Neto⁸ e Simoni de Souza Lima⁹

INTRODUÇÃO

A globalização e o avanço tecnológico ressignificaram conflitos e atingiram o mundo todo. O advento da internet emulou novos métodos de solução, entretanto criou também novos problemas que necessitam do Direito para ajudar a resolvê-los. Um deles está no tocante à identificação publicitária. Da mesma forma que avança o mundo, crescem também os meios de vendas de produtos e serviços, por meio das redes sociais.

Promulgado em 1990, o Código de Defesa do Consumidor se preocupou com as propagandas *enganosas* ou *abusivas*, oriundas da máquina feroz chama “livre-mercado”, que, sem regulamentação, pode levar o consumidor ao erro. Por este motivo, o artigo 37 do CDC disciplina a proibição de publicidade enganosa ou abusiva.

Contudo, embora seja claro e objetivo, o Código de Defesa do Consumidor não poderia imaginar tais avanços, tampouco como seriam na prática. Novos agentes sugerem com o avanço desenfreado da internet e das redes sociais - os chamados *digitais influencers*. Eles trabalham divulgando serviços e produtos em suas redes, como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, etc., e recebem um determinado valor por isso, da mesma forma que os contratados de comerciais de outrora recebiam. Porém, por terem contato direto com este público que os considera seus “ídolos”, o nível de influência para que comprem aquele determinado produto/serviço é extremamente considerável, e, por isso, cada vez mais as divulgações destes tornam-se sutis, de maneira a naturalizar a ação e facilitar a venda daquilo que é proposto.

⁷ Docente - Curso de Direito, Centro Universitário de Valença – UNIFAA.

⁸ Discente - Curso de Direito, Centro Universitário de Valença – UNIFAA.

⁹ Discente - Curso de Direito, Centro Universitário de Valença – UNIFAA.

Observa-se que daí surge a importância e objetivo primordial deste projeto de pesquisa. Os padrões comportamentais destes influenciadores digitais em relação ao público-consumidor e a falta de indicação de que o produto e/ou serviço em suas postagens trata-se de publicidade criam os novos conflitos deste tecnológico século XXI.

Os novos padrões de comportamentos dos agentes publicitários nas redes fizeram com que, obviamente, o artigo 37 ganhasse nova roupagem e interpretação mais ampla, que agora englobe este novo momento e a incidência de novas reclamações de consumidores que virão em decorrência deste avanço tecnológico.

O Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária (CONAR), estrutura não-governamental formada por profissionais do campo da Publicidade e Propaganda, baseado nisso, objetiva prevenir que essas posturas publicitárias abusivas ou enganosas cheguem a um número elevado de consumidores lesados, e possui também condições para estudar e mapear as reclamações que daí surgirem, de forma atualizada.

Diante deste cenário, questiona-se a possibilidade de interpretação do nosso ordenamento jurídico – em especial, dos dispositivos existentes no Código de Defesa do Consumidor e do Código Brasileiro de Auto-regulamentação Publicitária – para a consideração desta postura publicitária, apresentando-se, desta forma, a justificativa desta pesquisa.

Com o surgimento deste novo instituto jurídico, as incertezas permeiam até mesmo o próprio Direito, que precisa adequar-se a esse novo momento e demanda, bem como correlacionar fato e providência. Não apenas em relação ao CONAR, mas, principalmente, nos Tribunais Superiores, que, com certeza, julgarão novos casos do tipo em alguns meses ou anos, a depender da capacidade preventiva dos órgãos de regulamentação publicitária e também interesse dos influenciadores digitais em seguir estas normas, sem lesar o consumidor.

Nota-se, portanto, que o objetivo geral deste projeto de pesquisa é a investigação do tratamento de posturas de publicidade invisível em decisões judiciais e do CONAR, analisando se (1) o tema chega a ser tratado por estas instâncias decisórias; (2) as decisões contribuem para a prevenção de posturas análogas no futuro ou se (3) a repressão à publicidade invisível ainda é incipiente, fazendo com que os riscos envolvidos nestas práticas sejam produtivos para influenciadores digitais e empresas contratantes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Adotou-se como metodologia a coleta de dados jurisprudenciais, de precedentes do Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária (CONAR), além, claro, de pesquisas bibliográficas, que levaram a um amplo e profundo estudo do impacto da Publicidade Invisível nos Tribunais Superiores e na sociedade em geral.

Com os dados já coletados, foram realizados gráficos para efeito comparativo, de modo a identificar os casos e suas providências, como bem ocorreu. A análise aprofundada levou o estudo a conclusões mais acertadas sobre o assunto, assim como os reflexos sociais e temporais em cada reclamação e providência.

RESULTADOS PARCIAIS

Durante a coleta de dados foram selecionadas decisões de STJ e STF que apreciaram a matéria, de maneira a avaliar os julgados entre os anos de 2016-2019 que se utilizem, em sua fundamentação, dos dispositivos constantes da Seção III do Capítulo V do Código de Defesa do Consumidor (arts. 36-38, CDC), passando a compor a base de dados somente aqueles julgados que se refiram expressamente às expressões “publicidade invisível”, “identificação publicitária”, “publicidade clandestina” ou “publicidade velada”. No entanto, durante o mapeamento do tratamento da publicidade invisível nas instâncias superiores foi concluído que o tema ainda não foi debatido amplamente e que não há incidência do mesmo em instâncias superiores, tampouco decisões proferidas.

Em relação às decisões proferidas pelo CONAR, foram analisados os casos registrados no lapso temporal ocorrido entre os anos de 2016-2019, inclusos no sítio eletrônico do Conselho sob o grupo temático “identificação publicitária”, com o intuito de observar qual foi a origem do processo decisório e se foi encaminhado por representação ou queixa de consumidor, bem como quais providências foram indicadas na decisão, uma vez que no caso no CONAR as decisões sobre o tema são mensuradas mensalmente, o que forneceu dados quantitativos relevantes para a pesquisa. Com isso, verificou-se com os dados coletados que o tema é expressivamente enfrentado pelo CONAR, com maior incidência de queixa pelo consumidor, sendo a maior parte das providências tomadas no sentido de advertir o

“dono da postagem”, sendo determinada, em sua maioria, a alteração da publicação e, com menor frequência, multa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, concluiu-se que o tratamento do tema nas instâncias decisórias competentes tem a finalidade de amenizar os danos causados e evitar a sua reincidência, visando a proteção do consumidor de publicidades enganosas e veladas. No entanto, com o mapeamento feito pela coleta de dados sistematizadas em gráficos, verificou-se que o tema ainda não foi enfrentado nos tribunais superiores como deveria, e, embora enfrente-o, as denúncias no CONAR ainda são insatisfatórias para a integral proteção do consumidor, como bem visa o CDC, uma vez que não há diminuição da repetição dos casos e nem dos danos causados. Isto porque a advertência, dada como providência na maioria dos casos para quem viola os artigos do CDC, não demonstram eficácia e/ou resposta concreta e de repreensão à sociedade e a estes agentes publicitários.

PALAVRAS-CHAVE: Direito do Consumidor; Publicidade Abusiva; Publicidade Enganosa; Publicidade Invisível; Pesquisa empírica em Direito.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, Lais Ramos. “A (im)possibilidade de responsabilização civil de ‘digital influencers’ pela realização de publicidade velada à luz do Código de Defesa do Consumidor”. Revista da AGU v. 18, n. 2. Brasília: abr.-jun. 2019, pp. 247 ss.

BERGSTEIN, Lais; EFING, Antonio Carlos; GIBRAN, Fernanda Mara. “A ilicitude da publicidade invisível sob a perspectiva da ordem jurídica de proteção e defesa do consumidor.” Revista de Direito do Consumidor v. 81. São Paulo: RT, jan. 2012, pp. 91 ss.

KARHAWI, Issaf; PERES, Luana Guimarães. “Influenciadores digitais e marcas: um mapeamento exploratório”. In: Anais do X Simpósio Nacional da ABCiber -

Conectividade, Híbridação e Ecologia das Redes Digitais. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2017, pp. 1675 ss.

KHAUAJA, Pedro Odebrecht; MARTINS, Plínio Lacerda; NASCIMENTO, Amanda Perlingeiro Guisã do. “O Direito e os influenciadores digitais: como conciliar o Código de Defesa do Consumidor e as novas formas de publicidade”. In: Caderno de artigos da IV Jornada Internacional sobre Ética, Justiça e Gestão Institucional. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2019, pp. 347 ss.

OLIVEIRA, Jordan Vinicius. “Hashtag Publi? Influenciadores Digitais, o CONAR e a Regulação da Publicidade Velada na Rede”. Revista Vianna Sapiens v. 10, n. 2. Juiz de Fora: jul.-dez. 2019, pp. 293 ss.

ÍNDICE DE MASSA CORPORAL DOS PARTICIPANTES DO PROJETO “LUTA QUE TRANSFORMA”

Ramon Carlos Machado¹, Karine Marques¹, Diogo Pantaleão², Leandro Raider²,
Aline Aparecida de Souza Ribeiro².

¹ Discentes - Curso de Educação Física - Centro Universitário de Valença - UNIFAA

² Docentes - Curso de Educação Física - Centro Universitário de Valença - UNIFAA

Apoio: PROINC/UNIFAA

INTRODUÇÃO

O Centro Universitário de Valença - UNIFAA começou a desenvolver, em 2018, o projeto de extensão “Luta que transforma” que tem como base pedagógica os fundamentos do judô. O projeto ocorre no CIEP Luciano Gomes Ribeiro. Este projeto beneficia meninos e meninas de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social na cidade de Valença- RJ. O termo vulnerabilidade é originário da área de advocacia internacional pelos Direitos Humanos, e designa sua origem, grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia dos seus direitos de cidadania (AYRES *et al.*, 2006). Todos os beneficiados neste projeto são alunos do 1º e 5º ano do CIEP Luciano Gomes Ribeiro.

Avaliar a composição corporal é relevante, pois através das medidas antropométricas pode-se avaliar o estado nutricional e detectar distúrbios relacionados à composição corporal, tais como desnutrição e obesidade. Assim, a partir dos resultados pode-se realizar intervenções necessárias para uma melhor qualidade de vida dos meninos e meninas avaliados (KAY, 2005). Assim, Oliveira *et al.* (2003) apontam que a obesidade e o sobrepeso na infância e na adolescência são influenciados por fatores biológicos, psicológicos e sócio econômicos.

OBJETIVO

O objetivo do presente estudo é apresentar alguns dados de outras produções científicas nacionais e compará-los com os achados do presente estudo para procurar as relações de semelhança ou de disparidade que entre eles.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo contou com a participação de 84 alunos, integrantes do projeto do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental do CIEP Luciano Gomes Ribeiro, localizado no Bairro de Fátima em Valença/RJ. A coleta de dados empíricos obedeceu ao seguinte critério de inclusão dos participantes: ser participante do projeto “Luta que Transforma”; e ter a autorização dos responsáveis por meio da assinatura no Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

Os critérios de exclusão foram presença de deficiências físicas (permanentes ou temporárias) que impossibilitassem as avaliações, uso de medicamentos que possam interferir na composição corporal, a não concordância dos pais ou dos alunos, ou não comparecimento na avaliação.

O peso foi aferido em quilogramas (Kg) utilizando-se uma balança portátil digital com precisão de 0,1 Kg, da marca Tanita, modelo BF-682w. A altura foi medida utilizando estadiômetro digital, com faixa de medida de 50 a 200 centímetros, com faixa de erro de $\pm 0,5$ centímetros da marca HM-210D; Ottoboni, Rio de Janeiro, Brazil. A partir destas medidas foi calculado o índice de massa corporal ($IMC = \text{peso}/\text{altura}^2$).

Conforme as recomendações da OMS para a avaliação do perfil antropométrico nutricional de populações de adolescentes, o índice utilizado foi o IMC (peso em kg dividido pelo quadrado da altura em metro), expresso em score z, que corresponde ao valor padronizado deste índice em relação a uma distribuição de referência (ONIS

et al., 2007). Foi diagnosticado como baixo peso os estudantes que obtiverem índices antropométricos inferiores a -2 escores z da distribuição de referência, eutróficos (peso normal) expresso em escore z entre -2 e 1, sobrepeso os que obtiveram índices superior ou igual a 1 escore z e inferior a 2 escores z, e obesidade foram diagnosticados por valores do IMC-para-idade superior a 2 escores z (ONIS *et al.*, 2007).

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Valença/RJ e aprovado sob o parecer nº 10142719.6.0000.5246.

RESULTADOS

Um total de 84 integrantes, sendo 41 (sexo masculino) e 43 (sexo feminino) do projeto “Luta que Transforma” foram avaliados. Sendo crianças do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental do CIEP Professor Luciano Gomes Ribeiro – Valença/RJ.

A figura 1 representa a Classificação dos alunos do sexo masculino avaliados, segundo a OMS, nos apresentando que 73,2% estão com peso normal, 17,1% estão com sobrepeso e 9,8% estão com obesidade. Além disto, a figura expressa a Idade média dos indivíduos $11,4 \pm 1,57$ (MÉDIA \pm DP) anos, sendo a idade mínima 8,9 anos e a idade máxima 15,4 anos.

Figura 1 – Classificação OMS, idade média, desvio padrão (\pm), idade mínima, idade máxima para indivíduos do sexo masculino avaliados.

Masculino		
Classificação OMS (2007)	Qtd	%
Baixo peso	0	0,0%
Normal	30	73,2%
Sobrepeso	7	17,1%
Obesidade	4	9,8%
SOMA	41	
IDADE MÉDIA		11,4
DP		1,57
IDADE MÍNIMA		8,9
IDADE MÁXIMA		15,4

A figura 2 representa a Classificação dos alunos do sexo feminino avaliadas, segundo a OMS, nos apresentando que 2,3% estão com baixo peso, 65,1% estão com peso normal, 23,3% estão com sobrepeso e 9,3% estão com obesidade. Além disto, a figura expressa a Idade média dos indivíduos $11,1 \pm 1,21$ (MÉDIA \pm DP) anos, sendo a idade mínima 9,7 anos e a idade máxima 14,7 anos.

Figura 2– Classificação OMS, idade média, idade mínima, idade máxima para indivíduos do sexo feminino avaliadas.

Feminino		
Classificação OMS (2007)	Qtd	%
Baixo peso	1	2,3%
Normal	28	65,1%
Sobrepeso	10	23,3%
Obesidade	4	9,3%
SOMA	43	
IDADE MÉDIA		11,1
DP		1,21
IDADE MÍNIMA		9,7
IDADE MÁXIMA		14,7

DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo verificar o índice de massa corporal dos meninos e meninas participantes do projeto de extensão “Luta que transforma” através do IMC. O estudo contou com a participação de 84 alunos e alunas, sendo 43 do sexo feminino e 41 do sexo masculino do 4° e 5° ano do Ensino Fundamental do CIEP Professor Luciano Gomes Ribeiro. Notou-se que a maioria dos jovens participantes da pesquisa possuem o IMC normal, dentre os meninos 73,2% encontra-se com peso normal e as meninas 65,1% estão com o peso normal.

Vasconcelos e Levandosk (2019) realizaram estudo com 109 alunos, de idade entre 6 e 13 anos em uma escola de Dourados-MS, mostrando que 21,10% do total de alunos daquela escola estavam com sobrepeso. Os números da escola avaliada em Valença-RJ são semelhantes, atingindo 20,24% da amostra. No entanto, se compararmos a classificação de baixo peso e obesidade, as diferenças são impressionantes, sendo os valores da escola de Dourados-MS muito superiores. 32,11% e 20,19% em baixo peso e obesidade, respectivamente, enquanto na escola avaliada em Valença-RJ os números atingiram 1,19% e 9,2%, na mesma ordem.

Este resultado é semelhante ao observado por Piber *et al.* (2020) que em seu estudo com 318 crianças de 6 a 10 anos, do sexo masculino e feminino, matriculadas no 1° ao 5° ano do ensino fundamental, de uma escola pública municipal de São Paulo observaram distribuição semelhante. Segundo o estudo, no diagnóstico antropométrico dado pelo IMC, a prevalência de obesidade foi de 24,5%; de sobrepeso, 30,2% e de eutrofia 45,3%.

No estudo de Rodrigues *et al.* (2019) efetuado em uma escola particular localizada na cidade de São Bernardo do Campo - SP, com amostra constituída por

escolares entre 6 a 11 anos de idade de ambos os sexos, os resultados foram estatisticamente diferentes aos aqui observados, onde 18,18% do sexo feminino apresentaram sobrepeso, e a mesma porcentagem obesidade, e 11,76 % do sexo masculino foram classificados com sobrepeso e 5,88% com obesidade. Pedreros *et al.* (2019), em um estudo parecido, realizado com 180 alunos com idades de 9 a 17 anos de ambos os sexos em uma escola privada de Manaus-AM, indicaram prevalência de sobrepeso e de obesidade em especial em alunos do sexo masculino com 10 e 11 anos, diferentemente do que não foi observado neste estudo.

CONSIDERAÇÕES

O resultado da pesquisa, explicitado nas figuras, nos guiará para auxiliar as crianças que estão com a classificação normal para IMC e peso a manter o estado de saúde e aos que não estão dentro da classificação normal de IMC e peso, nós iremos auxiliar e orientar sobre os riscos e por meio das aulas de judô ajudar os alunos. Com este estudo, os fatos mostram a importância do ensino de Judô ao grupo, já que a prática esportiva exige um grande esforço físico de forma ordenada e metódica para proporcionar um corpo forte e saudável, prevenindo doenças e condicionando o corpo a reagir reflexivamente para evitar acidentes. Podemos dizer que o projeto “Luta que Transforma” tem contribuído significativamente para a manutenção do IMC tanto para o sexo masculino quanto para o feminino como normal. A intenção é através da pesquisa acompanhar o peso corporal e o IMC dos integrantes do projeto visando proporcionar uma melhor qualidade devida para todos.

Palavras-Chave: Judô; Índice de Massa Corporal; Crianças e Adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, José Ricardo De Carvalho Mesquita et al. Vulnerability, human rights, and comprehensive health care needs of young people living with HIV/AIDS. **American Journal of Public Health**, v. 96, n. 6, p. 1001-1006, 2006.

CIACCIA, Maria Célia Cunha et al. A alta prevalência de obesidade em adolescentes de escolas da rede municipal de Santos e fatores associados. **RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 12, n. 72, p. 486-494, 2018.

KAY, S. A. A psicologia e a antropometria da imagem corporal. **Antropométrica, Porto Alegre**, p. 231-252, 2005.

LEÃO, Leila SC et al. Prevalência de obesidade em escolares de Salvador, Bahia. 2003.

OLIVEIRA, Ana Mayra A. de et al. Sobrepeso e obesidade infantil: influência de fatores biológicos e ambientais em Feira de Santana, BA. **Arq Bras Endocrinol Metabol**, p. 144-150, 2003.

ONIS, Mercedes de et al. Development of a WHO growth reference for school-aged children and adolescents. **Bulletin of the World health Organization**, v. 85, p. 660-667, 2007.

PAIVA, Ana Carolina Teixeira et al. Obesidade Infantil: análises antropométricas, bioquímicas, alimentares e estilo de vida. **Revista Cuidarte**, v. 9, n. 3, p. 2387-2399, 2018.

RODRIGUES et al. *Análise da circunferência abdominal e do índice de massa corporal de escolares de uma escola privada em são bernardo do campo – SP.* Revista UNILUS Ensino e Pesquisa, v. 16, n. 44, jul./set. 2019, p. 60

PEDREROS, S.; GOMES, G.; ALENCAR, P. *Avaliação antropométrica de escolares do Ensino Básico de uma escola particular em Manaus, AM, Brasil.* Lecturas: Educación Física y deportes, v. 24, n. 255, p. 85–100, 19 ago. 2019.

PIBER, L. DE S. et al. *Concordância entre métodos antropométricos índice de massa corpórea e circunferência da cintura no diagnóstico de sobrepeso e obesidade em escolares. * p. 10, 2020.

VASCONCELOS, B. R. DE; LEVANDOSKI, G. *Incidência de sobrepeso e obesidade em crianças de 6 a 13 anos em uma escola de Dourados-MS.* Revista Stricto Sensu, v. 4, n. 1, p. 31–39, 30 jun. 2019.

AVALIAÇÃO DA PREVALÊNCIA DE INFECÇÃO HOSPITALAR E O PERFIL DE RESISTÊNCIA BACTERIANA AOS ANTIBIÓTICOS DAS CEPAS ISOLADAS NA UTI NEONATAL DA MATERNIDADE DE VALENÇA

Carolina Aguiar Barbosa¹, Manoela Rodrigues da Silva¹, Elisabeth Valente Carvalho² e Cíntia Valéria Galdino².

¹ Discente – Curso de Enfermagem, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

² Docente – Curso de Enfermagem, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

INTRODUÇÃO

As infecções hospitalares são mais frequentes e, geralmente mais graves em recém-nascidos do que em crianças e em adultos. Isso se deve a imaturidade do sistema imunológico, bem como a um número crescente de recém-nascidos prematuros, que permanecem por muito tempo em unidade de terapia intensiva neonatal, onde são submetidos a procedimentos invasivos e ao uso de antibióticos de largo espectro (PINHATA e NASCIMENTO, 2001).

A resistência bacteriana aos antibióticos é um fenômeno multifatorial. O uso indiscriminado desse medicamento tanto na medicina humana quanto na veterinária, durante os últimos anos, é um dos responsáveis pelo rápido aumento de cepas resistentes aos antibióticos. Este fenômeno tornou-se o principal problema de saúde pública no mundo, afetando todos os países, desenvolvidos ou não (WANNMACHER *et.al.*, 2004).

A prevalência de resistência bacteriana aos antibióticos é especialmente alta em unidades de terapia intensiva, com surtos de micro-organismos multirresistentes frequentemente relatados, o que pode prejudicar muito o tratamento da infecção neonatal. Segundo pesquisas desenvolvidas por de Goulart *et al.*, (2006), em situações endêmicas, a contaminação de artigos, superfícies ambientais e equipamentos está associada a maior risco de aquisição de patógenos resistentes aos antimicrobianos. As infecções neonatais podem ocorrer por diversos fatores decorrentes da assistência incluindo desde falhas no pré-natal, condições de saúde materna e do neonato, além de questões socioeconômicas e culturais.

Este estudo tem como objetivo avaliar a prevalência de infecções neonatais na maternidade escola da UNIFAA, bem como identificar os principais micro-organismos envolvidos e analisar o perfil de resistência aos antibióticos das cepas isoladas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo retrospectivo e prospectivo com abordagem descritiva utilizando procedimento de análise dos exames de cultura e antibiograma de infecções de neonatos internados na UTI do Hospital Escola de Valença.

Serão incluídas no estudo, todas as culturas e antibiogramas de material biológico de neonatos internados na UTI do Hospital Escola de Valença no período de junho a dezembro de 2020.

O teste de sensibilidade aos antimicrobianos será realizado através do teste de disco difusão, segundo os padrões determinados internacionalmente tendo como base a técnica de Kirby-Bauer (CLSI 2008a, 2008b). Serão utilizados antibióticos: Penicilinas (penicilina G e amoxicilina), Cefalosporinas (cefalexina, cefotaxima, ceftiofur), Fluorquinolonas (ciprofloxacina e enrofloxacina), Aminoglicosídeos (estreptomicina e gentamicina), cloranfenicol, tetraciclina, nitrofurantoína e sulfadiazina+trimetoprim (cotrimazol).

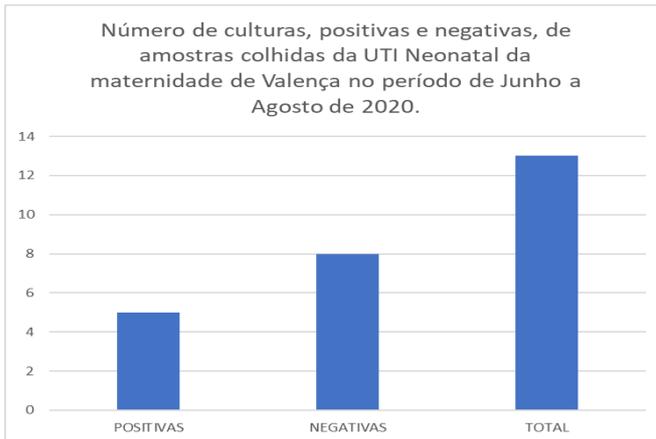
A análise dos dados coletados ao longo do desenvolvimento do projeto será feita utilizando-se frequências absolutas e percentagens. Para tabulação dos dados será utilizado o programa Microsoft® Office Excel e a ferramenta utilizada para análise e visualização dos dados será Software Epi Info na versão 7.1.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Valença sendo aprovado pelo nº 3.917.866

RESULTADOS PARCIAIS

Nos meses de junho, julho e agosto a maternidade do hospital escola registrou um total de 216 partos. Destes 57 necessitaram de internação na UTI neonatal. Nesse período foram realizadas 57 culturas com antibiogramas sendo que 5 apresentaram crescimento de micro-organismos como apresentado no gráfico 1.

Através desses dados será possível traçar o perfil microbiológico e a taxa de infecções hospitalares que ocorrem na UTI neonatal.



Os principais microrganismos isolados de infecções dos pacientes da UTI neonatal foram *Escherichia coli*, Staphylococcuscoagulase negativo, Enterococcus sp. e Enterobacter sp.

A análise da sensibilidade bacteriana aos antibióticos mostrou que apenas o Enterococcus sp. apresentou sensibilidade a todos os antibióticos testados. Destaca-se uma cepa de Staphylococcuscoagulase negativo proveniente de hemocultura que apresentou resistência à levofloxacina, cefoxitina, ciprofloxacina, clindamicina, eritromicina e levofloxacina. Esses dados representam 50% de todos os antibióticos testados. A análise do antibiograma da cepa de *E. coli* também mostrou alto perfil de resistência aos antibióticos analisados. A cepa de Enterococcus sp. proveniente de urocultura apresentou resistência a 8 dos 17 antibióticos testados.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os resultados parciais mostram o número de infecções e os principais microrganismos isolados dos bebês internados na UTI neonatal da maternidade do hospital escola. Vale ressaltar que foi observado cepas bacterianas com alto perfil de resistência aos antibióticos o que dificulta o tratamento empírico das infecções. Cabe ressaltar que o perfil traçado das infecções é particular da UTI neonatal do hospital Escola de Valença, variando de acordo com as características do próprio estabelecimento. Desse modo, a partir dos resultados obtidos até a conclusão da pesquisa, será possível traçar um perfil microbiológico próprio da UTI neonatal, sendo possível orientar quais os antimicrobianos devem ser utilizados empiricamente. Conseqüentemente, pode-se obter uma maior eficácia no tratamento e menor

tendência ao aparecimento de micro-organismos multirresistentes, bem como redução do tempo de internação dos pacientes e de gastos do hospital. Os resultados serão importantes também para o planejamento e a avaliação dos serviços de saúde, bem como para a identificação de fatores determinantes das doenças com vistas a permitir sua prevenção.

Palavras-chave: Infecção hospitalar; UTI Neonatal, Bactérias multirresistentes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PINHATA, MMM; NASCIMENTO, SD; Infecções neonatais hospitalares. *Pediatr (Rio J)* 2001;77(Supl.1):s81-s96.

WANNMACHER, LENITA et, al. Uso indiscriminado de antibióticos e resistência microbiana: Uma guerra perdida? **Uso racional de medicamentos:** temas selecionados, Vol. 1, Nº 4, mar.2004. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/rede_rm/2007/2_060807/opas_1_uso_indiscriminado.pdf Acesso em: 10 mar 2019.

GOULART, A. P. et al. Fatores de risco para o desenvolvimento de sepse neonatal precoce em hospital da rede pública do Brasil. *Rev. bras. ter. intensiva*, v. 18, n. 2, p. 148-153, 2006.

PERCEPÇÃO DAS MÃES USUÁRIAS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA ACERCA DA VACINAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Isabela Pimentel Furtado¹, Livia Rosa de Oliveira², Paloma Nascimento Valério³

¹ Graduanda em Enfermagem – Centro Universitário de Valença;

² Graduanda em Enfermagem – Centro Universitário de Valença;

³ Mestranda e Docente no curso de Enfermagem – Centro Universitário de Valença.

INTRODUÇÃO

Dentre os meios de promover cuidado de enfermagem, a vacinação é um importante procedimento para manutenção da Saúde Pública, atuando sobre os

fatores condicionantes e determinantes de saúde. Esse processo é considerado um pilar na prevenção e controle de doenças imunopreveníveis. Não é à toa que Stanley Plotkin disse: “Com exceção da água potável, nenhuma outra modalidade, nem mesmo antibióticos, teve tanto efeito na redução da mortalidade e crescimento da população como as vacinas”.

Para alcançar o êxito no serviço de vacinação são essenciais a informação, a orientação e o acolhimento da equipe de enfermagem, pois o usuário sente-se acolhido pelo profissional e seguro em relação ao procedimento que será realizado. Concomitantemente os pais tornam-se melhores preparados, orientados e seguros em relação à administração da vacina, sua finalidade, seus possíveis efeitos adversos e cuidados pós-vacinais, abrangendo assim toda cobertura vacinal e erradicando doenças (CARDOSO *et al*, 2018).

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura que teve como objetivo conhecer a produção científica acerca da percepção das mães usuárias da atenção primária sobre vacinação infantil. Sua relevância é evidenciada através da crescente importância da prevenção de doenças e promoção da saúde na região Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro, visto que doenças antes controladas voltaram a ocorrer.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma Revisão Integrativa (RI) da literatura. Segundo Sousa, Silva e Paiva (2019), esse método de estudo faz parte da Prática Baseada em Evidência (PBE), tendo como objetivo agrupar e sintetizar resultados de pesquisa baseado em tema ou questões a fim de auxiliar no aprofundamento do conhecimento do tema e identificar pontos que necessitam de mais estudo.

Usando a estratégia PVO, em que P é a população, V é a variável e O é o objetivo/desfecho, foi elaborada a seguinte pergunta norteadora “Quais são as evidências científicas acerca da percepção das mães usuárias da atenção primária em relação a vacinação infantil?”

A seleção dos artigos foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2020, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), tendo como resultados as bases de dados LILACS, BDNF e MEDLINE. Após uma consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), ficaram definidos os seguintes descritores para a pesquisa atual: mães; imunização; atenção primária à saúde; percepção. Os resultados obtidos em

cada base de dados, utilizando os termos de pesquisa combinados com os operadores booleanos estão representados no quadro 1.

Foram definidos como critérios de inclusão: artigos disponíveis de forma completa, recorte temporal de 5 anos (2015-2020) e nos idiomas inglês, português e espanhol. Os critérios de exclusão ficaram definidos como: artigos que não respondem à questão norteadora, artigos repetidos e artigos que não falem sobre vacinação infantil. No desenvolvimento da análise, foi utilizado pelas autoras um formulário com os seguintes itens: título, revista, ano de publicação, método, objetivo, resultados e local de busca.

Bases de Dados				
Descritores	BVS			Total
Mães AND Imunização AND 'Atenção Primária à Saúde'	Lilacs 13	Bdenf 3	Medline 22	38
Mães AND Imunização AND Percepção	Lilacs 5	Bdenf 3	Medline 15	23
Total				61

Quadro 1. Estratégia de busca nas bases de dados.

RESULTADOS

A amostra final utilizada na revisão incluiu 04 artigos, sendo 03 provenientes de publicação internacional (75%) e 01 proveniente de publicação nacional (25%). Em relação a origem das publicações, são de diversos países: Holanda (25%), Nigéria (25%), Espanha (25%) e Brasil (25%). Os anos de publicação variaram entre 2015 e 2018, com ênfase para o ano de 2015 (50%). Quanto aos métodos dos artigos, 01 artigo (25%) é uma revisão integrativa da literatura, 01 (25%) é um estudo transversal descritivo, 01 estudo (25%) é de corte transversal e (25%) é 01 estudo de grupo de foco.

A partir da leitura e análise dos artigos, destacaram-se três pontos de grande relevância para o processo de vacinação infantil: criação de vínculo entre mães e profissionais de saúde, necessidade de fornecer informações para as mães sobre a vacinação, e questões relacionadas a obrigatoriedade desse processo.

É de extrema importância uma criação de vínculo entre as mães e os profissionais de saúde, para que haja uma continuidade no cuidado. É necessário educar as mães para que elas vejam a unidade básica como um local acolhedor em que ela pode confiar. Para o Ministério da Saúde (2013), no processo de vacinação essa criação de vínculo se faz importante pois caso aconteça qualquer efeito adverso a mãe procura o profissional com quem ela tem um vínculo estabelecido, já que a relação de confiança foi formada.

Uma das formas de criar e manter o vínculo é através do fornecimento de orientações sobre o processo de vacinação. Em contrapartida, a falta de informação pode gerar nas mães entendimentos equivocados e até mesmo uma visão de que a vacinação não é importante. Para muitos, as doenças são processos naturais que auxiliam no fortalecimento e desenvolvimento dos filhos (BLANDÓN et al, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que é necessária uma maior capacitação dos profissionais para sanar as dúvidas e suprir as necessidades das mães, fornecendo melhores informações sobre os cuidados realizados com seus filhos. É necessário ainda que o processo de vacinação seja visto pelas mães como algo essencial para a promoção da saúde de seus filhos e prevenção de doenças.

Acerca da obrigatoriedade vacinal, foram achados resultados contrastantes. Algumas mães sequer sabiam que a vacinação não é obrigatória, enquanto outras afirmaram que não vacinariam seus filhos em um cenário hipotético de obrigação. Portanto, foi concluído que a chave para a elevação das taxas de vacinação pode ser efetivada através de ações educativas com as mães. É preciso que elas desenvolvam um senso crítico para decidir o melhor para seus filhos, não por obrigação, mas porque possuem todas as informações e realmente compreendem as etapas do processo e sua relevância.

Através do estudo realizado percebeu-se uma escassez de estudos sobre o tema o que nos leva a refletir a necessidade de mais investimentos em pesquisas nessa área, pois a percepção das mães é crucial para o sucesso das campanhas de vacinação infantil e para o aumento da cobertura vacinal.

Palavras-chave: Imunização, Percepção, Mães e 'Atenção Primária à Saúde'

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANDÓN J. A. P. *et al.* O Movimento Anti-vacina como Problema de Saúde Pública: Uma Revisão Integrativa da Literatura. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 8, n. 4, p. 812-828, out/dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Programa Nacional de Imunizações 40 anos – 1º ed – Brasília**, 2013.

BROWN, V. B.; OLUWATOSIN, A.; OGUNDEJI, M. O. Experiências, Percepções e Preferências de Mães em Relação ao Lembrete de Imunização Infantil em Ibadan, Nigéria: Um Estudo Transversal. **PanAfrican Medical Journal**. 2015;20:243. doi:10.11604/pamj.2015.20.243.6019

CARDOSO, A.C.G. *et al.* Acolhimento Na Sala De Vacina: A Chave Para O Êxito Da Vacinação. **GEP NEWS**, Maceió, v.1, n.1, p. 105-109, jan./mar. 2018.

HARMSSEN I. A. *et al.* Pais Imigrantes na Holanda e suas Decisões Sobre Vacinação: Um Estudo de Grupos de Foco. **BMC Public Health**, Londres, dez. 2015.

MACEDO, L.M. *et al.* Atraso Vacinal No Município de Barbacena (MG): Contextualizando o Problema. **Revista interdisciplinar de estudos experimentais. Animais e humanos**. Juiz de Fora/MG, 2017.

SOUSA, A. D. R. S.; SILVA, L. F.; PAIVA, E. D. Intervenções de enfermagem nos cuidados paliativos em Oncologia Pediátrica: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2019;72(2):531-40. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0121>

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DE INTERNAÇÕES E ÓBITOS POR HEMICOLECTOMIA E COLECTOMIA TOTAL NO BRASIL NOS ANOS DE 2019 E 2020.

Flávia Medeiros Lima¹; Daniela de Souza Andrade¹; Carlos Augusto Marques
Batista²

¹ Discente do curso de Medicina do UNIFAA e membro da Liga Acadêmica de Cirurgia do curso de Medicina do UNIFAA.

² Docente do Departamento de Cirurgia do curso de Medicina do UNIFAA.

INTRODUÇÃO

O câncer colorretal (CCR) é considerado uma doença de indivíduos idosos, com pico de incidência na sexta década de vida. É uma enfermidade onde a prevalência é maior em homens (3 homens / 1 mulher). No Brasil, o CCR é a 5ª neoplasia maligna mais diagnosticada (ocupando 2º lugar na região Sudeste) e a 4ª causa de morte por câncer.

O tratamento do CCR ainda é eminentemente cirúrgico, com as terapias adjuvantes pouco alterando a mortalidade e contribuindo para melhora da qualidade de vida. A mortalidade e a morbidade são baixas nos pacientes operados eletivamente, porém há um aumento desses índices naqueles operados em situação emergencial. Algumas das cirurgias que os pacientes podem ser submetidos são a hemicolectomia e a colectomia total dependendo das indicações e condições dos pacientes. A sobrevida global em cinco anos de pacientes submetidos a tratamento cirúrgico gira em torno de 50%.

A ressecção cirúrgica é a chave para o tratamento curativo do câncer de cólon, sendo que os resultados finais são relacionados à extensão da doença. Em países desenvolvidos cerca de 80% dos casos são operados eletivamente, já em relação aos países da latino-americana, há um predomínio das cirurgias em caráter de urgência, o que pode levar a maiores complicações pós-operatórias e a maior número de óbitos.

Objetivos: Realizar análise retrospectiva dos casos de internações e óbitos por hemicolectomia e colectomia total no Brasil nos anos de 2019 e 2020.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo retrospectivo, transversal e descritivo, cujas informações foram obtidas por meio de consulta ao DATASUS, no período de janeiro de 2019 a julho de 2020 onde foram pesquisados: região, ano de processamento, internações, taxa de mortalidade, número de cirurgias emergências e eletivas.

RESULTADOS PARCIAIS

De acordo com dados da plataforma DATASUS, o número de autorização de internação hospitalar (AIH) por colectomia parcial (hemicolectomia) e total em oncologia foi crescente nos últimos anos. No período de janeiro de 2019 a julho de 2020 houve um total de 7.145 AIH por colectomia parcial e total em oncologia, sendo 4.169 procedimentos eletivos e 2.976 de urgência. Do total das AIH, 6.528 foram por

hemicolectomia, destas, 3.791 eletivas e 2.737 de urgência. No período de 2019 a julho de 2020, o número de AIH por colectomia total foi de 617, inferindo-se 378 procedimentos eletivos e 239 de urgência.

Em relação à taxa de mortalidade mesmo período foi de 5.35%, sendo 5.22% por hemicolectomia e 6,65% por colectomia total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ressecção cirúrgica é a chave para o tratamento curativo do câncer de cólon, sendo que os resultados finais são relacionados à extensão da doença. Em países desenvolvidos cerca de 80% dos casos são operados eletivamente, já em relação aos países da latino-americana, há um predomínio das cirurgias em caráter de urgência. Apesar de o Brasil ser um país presente na América-latina, o estudo citado acima, se contrapõe aos dados encontrados, o presente estudo evidenciou maior número de cirurgias eletivas. Um estudo realizado por Ramos et al (2017), foram analisados 130 pacientes submetidos a cirurgia de emergência e o mesmo demonstrou que a técnica mais realizada foi a colectomia parcial, ocorrendo menor número de mortalidade nos pacientes, o que vem de encontro com nossos dados analisados.

Com os dados descritos acima, observamos que o número de autorizações de internações hospitalares para colectomia, tanto parcial como total, subiu progressivamente, sendo a forma eletiva a mais realizada. Percebemos que a colectomia total apresenta uma maior taxa de mortalidade quando comparada a hemicolectomia.

Palavras-Chave: Câncer colorretal; ressecção cirúrgica; mortalidade;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Deand GT, Heatley M, Patterson CC, Moorehead RJ, Parks TG, Rowlands BJ, Spence RAJ. Colorectal carcinoma: importanceofclinicalandpathologicalfactors in survival. Ann R Coll SurgEngl1994;76:59-64.

Averbach M; BorgesJLA. Diagnóstico de câncer colorretal. In: ROSSI, BM; et al. Câncer de cólon, reto e ânus. 1ª. Ed. São Paulo: Lemar e Tecmedd Editora, 2004. p. 63 – 75.

Borba MR, Brochado MCCRT, Alcantrara PSM, Lima TMA, Arantes TS, OtochJP. Ressecções eletiva e de urgência para tratamento de neoplasia maligna do cólon em hospital universitário: estudo de 66 casos. *RevbrasColoproct*, v. 31, n. 2, 2011.

Ramos RF, Dos-Reis LCS, Teixeira BEB, Andrade IM, Sulzach JS, Leal RA. Cirurgia no câncer de cólon em pacientes operados de emergência. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v. 44, n. 5, p. 465-470, 2017.

Burgos DV, Vallejos CL, Rodríguez ES, Truan HC, Barrios JS, Carrasco UH. Cáncer de sigmóides: comparación entre presentación de urgencia y electiva. *RevchilCir*2003;55(1):50-4.

TUMOR DE CÓLON COMO CAUSA DE INVAGINAÇÃO INTESTINAL EM ADULTO: RELATO DE CASO

Flávia Medeiros Lima¹, Arthur Ribeiro Ramos¹, Renan Caiafa Rocha Abreu¹,
Bernardo Teixeira Pentagna^{2,3}, Carlos Augusto Marques Batista^{2,3}

¹ Aluno(a) do Curso de Medicina da UNIFAA.

² Docente do Departamento de Cirurgia do Curso de Medicina da UNIFAA.

³ Médico do Serviço de Cirurgia Geral do Hospital Escola de Valença (HEV) – UNIFAA.

INTRODUÇÃO

Intussuscepção refere-se ao evento no qual um segmento proximal do intestino é atraído para o lúmen de um segmento adjacente, geralmente mais distal, em formato semelhante a um telescópio, o que pode causar obstrução ou estrangulamento, evoluindo nesses casos com isquemia e necrose¹.

Em geral têm sido descritas como condições primariamente pediátricas, compondo a segunda causa mais frequente de emergências pediátricas abdominais. Apenas 5% das intussuscepções ocorrem em adultos, representando 1-5% das causas de obstrução intestinal após a adolescência ^{2,3,4}.

Sua etiologia nesta faixa etária é variada e geralmente inclui algum tipo de lesão orgânica desencadeante, como hamartomatose, divertículo de Meckel, aderências pós-operatórias, tumores benignos e lesões iatrogênicas. Entretanto sua causa mais comum é malignidade^{3,4,6,7,8}.

O presente estudo tem como objetivo relatar um caso incomum de invaginação sigmoide-retal decorrente de uma neoplasia de sigmóide.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo de um relato de caso de tumor de cólon como causa de invaginação intestinal em adulto em paciente atendido no Hospital Escola de Valença (HEV), embasado em prontuário e entrevista com o paciente, fundamentado na pesquisa bibliográfica estruturada em periódicos, artigos e monografias (nas bases do LILACS e Scielo).

RELATO DE CASO

Mulher de 58 anos, hipertensa, deu entrada no Pronto Socorro do Hospital Escola de Valença (HEV) com queixa de enterorragia, dor abdominal, náuseas e vômitos há 2 semanas. Ao exame, apresentava-se hipocorada e com palpação dolorosa profunda em andar inferior do abdome e massa palpável ao toque retal. Foi realizada TC de abdome com contraste, que constatou imagem alongada, com aspecto "em alvo" em topografia retal, com insinuação do sigmoide, de gordura e de vasos no interior do reto, além de densificação da gordura insinuada e espessamento parietal concêntrico do reto, por provável edema submucoso, sugerindo intussuscepção intestinal. Foi notado ainda espessamento parietal do sigmoide compatível com lesão neoplásica (fig.1).

Indicou-se então abordagem cirúrgica e a paciente foi submetida a laparotomia mediana, identificando-se invaginação sem aderências do colo sobre o reto, e tumoração estenosante em reto proximal, não havendo acometimento peritoneal. Foi então realizada retossigmoidectomia à Hartmann.



Figura 1. TC abdominal. **Figura 2 e 3.** Exposição da invaginação do colo sobre o reto.

A biópsia do segmento intestinal retirado revelou adenocarcinoma moderadamente diferenciado e ulcerado do retossigmoide, infiltrando até a camada muscular própria, medindo cerca de 1,5 cm no seu maior eixo. Paciente após a alta foi encaminhado para acompanhamento ambulatorial em conjunto com a Oncologia Clínica.

DISCUSSÃO

O diagnóstico de intussuscepção no adulto apresenta sintomas inespecíficos, podendo se apresentar de forma aguda, subaguda ou crônica, o que torna o diagnóstico mais complexo. Os sintomas mais comuns são dor abdominal, náuseas e vômitos. A constipação nesta faixa etária é tão prevalente quanto à diarreia e à hemorragia digestiva. Embora sua prevalência seja controversa, a literatura concorda que massa abdominal é a manifestação menos frequentemente notada nestes pacientes, além de febre e perda de peso^{4,8}.

A tomografia computadorizada (TC) abdominal tem se mostrado o método mais sensível para a realização de tal diagnóstico^{2,3,4}.

Geralmente, pontos de transição entre segmentos livres e segmentos fixos de intestino aderidos ao retroperitônio são mais suscetíveis a se invaginarem. Intussuscepções colo-cólicas são menos comuns, o que ilustra uma certa particularidade topográfica no caso descrito^{8,9}.

Quanto à abordagem terapêutica, muitos autores concordam que a laparotomia é importante nos casos em que se suspeita de lesão orgânica. A maioria dos pacientes necessitam de tratamento definitivo e a ressecção cirúrgica do segmento acometido se apresenta como método mais utilizado, mas há divergências quanto à sua indicação e às margens de ressecção^{3,4,7,8}.

CONCLUSÃO

Em adultos, a intussuscepção intestinal é uma condição rara e apresenta um diagnóstico difícil pelo baixo grau de suspeição, associada à sintomatologia subaguda e inespecífica. Quase sempre está associada à neoplasia e requer intervenção cirúrgica tanto para a confirmação diagnóstica, quanto para ressecção cirúrgica do segmento acometido.

Palavras-chave: Intestino; tumoração; obstrução;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Schwartz (2013) Tratado de Cirurgia. Editora Revinter - 9:1245-1263.

Cunha FM, Figueiredo SS, Nóbrega BB, Oliveira GL, Monteiro SS, Lederman HM (2005) Intussuscepção em crianças: avaliação por métodos de imagem e abordagem terapêutica. RadiolBras - 3B(3):209-221.

Marinis A, Yiallourou A, Samanides L, Dafnios N, Anastasopoulos G, Vassiliou I, Theodosopoulos T (2009) Intussusception of the bowel in adults: A review. World J Gastroenterol – 15(4):407-411.

Ghaderi H, Jafarian A, Aminian A, Daryasari SAM (2010) Clinical presentations, diagnosis and treatment of adult intussusception, a 20 years survey. International Journal of Surgery – 8:318-320.

Lindor RA, Bellolio MF, Sadosty AT, Earnest F 4th, Cabrera D (2012) Adult intussusception: presentation, management, and outcomes of 148 patients. J Emerg Med – 43(1): 1-6.

Khan SJ, Desmarais AM, Joseph B, Amini R (2017) A Rare Case of Adult Onset Intussusception Complicated by Narcotic Dependence. Cureus - 9(1): e964. DOI 10.7759/cureus.964

Agha FP (1985) Intussusception in Adults. AJR – 146:527-531

Hanan B, Diniz TR, da Luz MMP, da Conceição SA ; da Silva RG ; Lacerda-Filho A (2007) Intussuscepção Intestinal em Adultos. Rev bras Coloproct - 27(4): 432-438.

Kaval S, Singhal BM, Kumar S, Singh CP (2014) Adult intussusception: An institutional experience and review of literature. Arch Int Surg - 4:25-30.

PREVALÊNCIA DE COMPLICAÇÕES PARA RECÉM-NASCIDOS EM GESTAÇÕES GEMELARES

Veronica Clemente Villar Martini¹, Fernanda Souza Leite² e
Maria Clara Vieira Teixeira³

¹ Docente – Curso de Medicina, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

² Discente – Curso de Medicina, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

³ Discente – Curso de Medicina, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Muito se discute os riscos de uma gestação gemelar para a mãe, contudo, não apenas ela é afetada como os gêmeos também, pois os riscos de anomalias cromossômicas e morbidade e mortalidade fetais são maiores em gestações múltiplas que em gestações únicas (MOORE, 2016). Dessa forma, fica evidente que se deve ter uma atenção especial quando nos referimos do ponto de vista fetal, destacando-se maior risco de indivíduos prematuros, restrição do crescimento intrauterino e malformação fetal, sendo o baixo peso ao nascimento e a prematuridade os grandes responsáveis pela morbimortalidade perinatal (FEBRASGO, 2013).

Essa pesquisa justifica-se pelo aumento de caso de gemelares e a busca por uma gestação segura, com bebês ainda mais saudáveis em seu nascimento, e pelo fato de muitos gêmeos terem complicações após o parto, podendo acometer apenas a um ou ambos ao mesmo tempo, como baixo peso, necessidade de um tratamento intensivo, levando, por vezes, à óbito.

Conforme o número de fetos aumenta, o risco aumenta gradualmente. Na maioria dos países, devido ao maior acesso ao tratamento de fertilidade, nascimentos

múltiplos são agora mais comuns, incluindo mulheres com falha na ovulação e mulheres que são tratadas com tecnologia de reprodução assistida para dar gonadotrofinas exógenas para causar a ovulação (MOORE, 2020).

O objetivo é observar e analisar dados de gestações gemelares afim de observar a prevalência de eventos que possam causar complicações para recém-nascidos nesta situação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa documental de RN gemelares nascidos no período de 01 de Setembro de 2018 a 17 de Setembro de 2020 no Hospital Maternidade Escola de Valença - que conta com estruturas importantes para atendimento de alta complexidade, como: leitos infantis e de maternidade, UTI neonatal e pronto-atendimento - que objetiva analisar os casos de maneira descritiva, comparando os dados relacionados ao estado físico e neurológico destes, obtidos por meio de prontuários com uma abordagem quantitativa, tendo em vista o grande número de complicações já relatadas anteriormente.

Os dados vão ser obtidos através de prontuários médicos dos bebês nascidos na condição de gemelares, observando o peso ao nascer, perímetro cefálico, perímetro torácico, perímetro abdominal e o tempo de gestação. Uma das dificuldades que será encontrada tem relação com a quantidade limitada de gestações gemelares. Os dados serão tabulados em Excel e analisados por meio da análise descritiva simples, testes estatísticos e gráficos.

RESULTADOS PARCIAIS

Por meio dos dados obtidos, observamos que o desenvolvimento fetal da grande maioria dos recém-nascidos gemelares apresentou divergências do estabelecido pelos padrões da literatura. De antemão, 24 dos casos avaliados apresentaram pré-maturidade – aproximadamente 67% das amostras –, dentre esses, mais de 1/3 nasceram com 34 semanas; quanto ao perímetro cefálico, 17 casos não chegaram ao valor mínimo como parâmetro: 33 centímetros. O perímetro torácico reflete um resultado mais alarmante – 23 casos não chegam ao valor mínimo padrão (30,5 centímetros). Apenas 1 recém-nato atingiu o valor padrão estabelecido esperado do perímetro abdominal entre 30,5 e 33 centímetros. O peso padrão esperado só foi

alcançado por 10 recém-natos, superando 2,5 kg, entretanto, nenhum analisado ultrapassou 3 kg.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das observações dos dados coletados e dos dados relacionados aos valores estabelecidos como padrão pela literatura foi possível detectar que os recém-nascidos de gestações gemelares podem apresentar alguma divergência com os valores padrão, mas não muito discrepante, como se era esperado na pesquisa. A observação desses valores se faz necessário, visto que os recém-nascidos podem precisar de algum suporte maior no nascimento. Ainda serão analisados dados mais aprofundados sobre os recém-natos, para um melhor entendimento quanto ao desenvolvimento e complicações possíveis que podem ter ao nascer.

Palavras-Chave: Gestação gemelar; Gêmeos; Recém-nascidos; Complicações na gestação gemelar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA. **Manual de Perinatologia: Parto na Gestação Gemelar**. 1. ed. Sao Paulo: [s. n.], 2013. 117 p. Disponível em: https://www.febrasgo.org.br/images/arquivos/manuais/Manuais_Novos/Manual_Prematuridade2.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

MOORE, Keith L.; PERSAUD, T.V.N.; TORCHIA Marck G. **Placenta e Membranas Fetais**. In: MOORE, Keith L.; PERSAUD, T.V.N.; TORCHIA MarckG. Embriologia Clínica. 10ª edição. Rio de Janeiro: StudentConsult, 2016. p. 107-139.

MOORE, Keith L.; PERSAUD, T.V.N.; TORCHIA Marck G. Placenta e Membranas Fetais .In: MOORE, Keith L.; PERSAUD, T.V.N.; TORCHIA Marck G. Embriologia Clínica. 11ª edição. Rio de Janeiro: StudentConsult, 2020. p. 92-121.

PREVALÊNCIA DE INFECÇÃO HOSPITALAR E O PERFIL DE RESISTÊNCIA AOS ANTIBIÓTICOS DAS CEPAS ISOLADAS NA UTI DO HOSPITAL ESCOLA DE VALENÇA

Débora Comin¹; Vagner Aparecido Lima Pereira¹; Elisabeth Valente Carvalho²

¹ Discente- Curso de Medicina, Centro Universitário de Valença - UNIFAA

² Docente- Curso de Medicina, Centro Universitário de Valença - UNIFAA

INTRODUÇÃO

A resistência aos antibióticos é um problema global e crescente que não é contrabalançado pelo desenvolvimento de novos agentes terapêuticos. A prevalência de resistência a antibióticos é especialmente alta em unidades de terapia intensiva, com surtos de organismos multirresistentes frequentemente relatado. Mesmo com a instituição de protocolos clássicos de prevenção de infecções, programas de vigilância e intervenções, como descontaminação seletiva com antibióticos e alternância entre as classes destes medicamentos o problema aumenta a cada ano (MULLER, 2018).

A escolha do regime antimicrobiano deve se basear nos padrões locais de suscetibilidade e nos efeitos colaterais previstos. O conhecimento atual e frequentemente atualizado da epidemiologia bacteriológica local aumenta a probabilidade de prescrever antibióticos iniciais apropriados (LUYT, 2014).

Relatórios periódicos de antibiograma atualizados regularmente ofertam um padrão a orientar o uso clínico dos antibióticos. O monitoramento das taxas de sensibilidade dos antibióticos utilizados é uma ação importante dos programas de gerenciamento de antibióticos. (CAMPION, 2018).

Para a administração de antibióticos na UTI deve-se seguir a identificação rápida de pacientes com infecções bacterianas, melhor seleção empírica do tratamento, adequando fármaco e dose após os resultados de cultura se tornar disponíveis, encurtando a terapia duração e redução do número de pacientes tratados desnecessariamente (LUYT, 2014).

Portanto o objetivo do presente trabalho é identificar a prevalência de micro-organismos isolados nas amostras de pacientes oriundos da UTI adulta e verificar o perfil de resistência bacteriana aos antibióticos das bactérias isoladas.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo retrospectivo com abordagem descritiva utilizando os prontuários dos pacientes da UTI do hospital Escola de Valença. Foram analisadas neste estudo, todas as culturas de material biológico com infecção. A identificação das amostras isoladas foi feita de acordo com as técnicas rotineiras de identificação bioquímica e microscópica. O teste de sensibilidade aos antimicrobianos foi realizado através do teste de disco difusão, segundo os padrões da ANVISA. O período analisado foi realizado de junho a agosto de 2020.

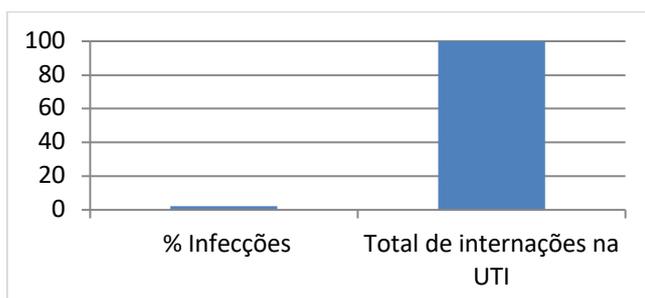
A análise dos dados coletados ao longo do desenvolvimento do projeto foi realizada por frequências absolutas e percentagens. Para tabulação e análise utilizou-se o programa Microft® Office Excel.

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Valença, com certificado de apresentação de apreciação e ética número 33500020.70000.5246 e recebendo sua aprovação com número de parecer 4.185.477.

RESULTADOS PARCIAIS

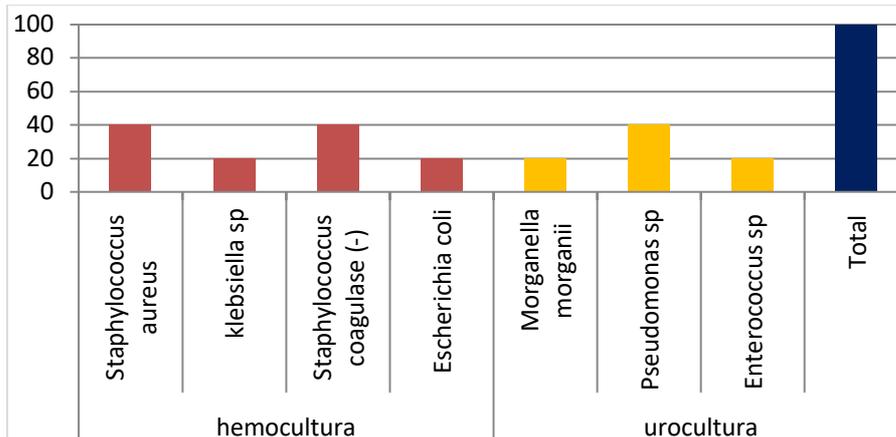
Nos meses de Junho, Julho e agosto, 353 pacientes foram internados na UTI do hospital escola de Valença. Nesse período foram notificados 8 casos de Infecção. Através desses dados será possível traçar o perfil microbiológico das infecções ocorridas na UTI. O percentual de infecções observada nesse período é de 2,3%, como segue ilustrado no gráfico 1.

GRÁFICO 1. Percentual de infecções de amostras colhidas em pacientes internados na UTI do Hospital Escola de Valença no período de junho a agosto 2020.



Fonte: do autor. Valença, 2020.

GRÁFICO 2. Identificação e porcentagem dos micro-organismos encontrados no exame de hemocultura e urocultura realizados no período de junho a agosto na UTI do Hospital Escola de Valença.



Fonte: do autor. Valença, 2020.

O perfil microbiano das infecções relacionadas aos pacientes da UTI, mostra que os principais micro-organismos isolados foram *Pseudomonas sp.* na urocultura e *Staphylococcus spp* nas hemoculturas.

Em relação a resistência aos antibióticos dos microrganismos isoladas na hemocultura destaca-se uma cepa de *Staphylococcus coagulase negativo*, com resistência a todos os antibióticos testados e uma cepa de *S. aureus* sensível apenas a amicacina e linezolida.

Ressalta-se também alto perfil de resistência aos antibióticos das cepas isoladas nas amostras de urocultura, como descritos a seguir:

TABELA 1. Perfil de resistência dos micro-organismos isolados, frente aos antimicrobianos testados a partir do exame de urocultura dos pacientes da UTI do Hospital Escola de Valença.

Microrganismo	<i>E. coli</i>	<i>M. morganii:</i>	<i>Pseudomonas sp.</i>	<i>Enterococcus sp.</i>
Resistência				
aos				
antibióticos				

Beta-lactâmicos	Amoxicilina/ clavulanato, Ampicilina; Piperacilina/ tazobactam	Amoxicilina/ clavulanato, Ampicilina, Cefalexina	Cefepima; Ceftazidima; Piperacilina/ tazobactam	Ampicilina
Quinolonas	Ciprofloxa- na; Levofloxa- cin a; Norfloxa- cina	Ciprofloxa- cina; Levofloxa- cina; Norfloxa- cina	Levofloxa- cin a; Ciprofloxa- cin a	Ciprofloxa- cin a; Levofloxa- cin a
Aminoglicosídeos	-	-	Amicacina; Gentamicina	Gentamicina
Glicopetídeos	-	-	-	Teicoplanina
Outros	-	Fosfamicina	-	-

Fonte: do autor. Valença, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos resultados mostram resultados parciais de infecção hospitalar e principais micro-organismos isolados da UTI de adulto do hospital escola. Vale ressaltar que o perfil traçado das infecções é particular do hospital Escola de Valença, variando de acordo com as características do próprio estabelecimento. Desse modo, a partir dos resultados obtidos pode-se traçar um perfil microbiológico próprio da UTI, sendo possível orientar quais os antimicrobianos devem ser instituídos empiricamente. Conseqüentemente, pode-se obter uma maior eficácia no tratamento e menor tendência ao aparecimento de micro-organismos multirresistentes, bem como redução do tempo de internação dos pacientes e de gastos do hospital.

Palavras-chave: UTI; Resistência Bacteriana; Antimicrobianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPION, M.; GAIL S. Antibiotic Use in the Intensive Care Unit: Optimization and De-escalation. **Journal of Intensive Care Medicine**, vol. 33, n. 12, p. 647–655, 2018.

LUYT C.E.; BRÉCHOT N.; TROUILLET J.L.; CHASTRE J. Antibiotic stewardship in the intensive care unit. **Crit Care**, v.13, n.18 (5): 480, 2014.

MULLER, A.E.; HUTTNER, B.; HUTTNER, A. Therapeutic Drug Monitoring of Beta-Lactams and Other Antibiotics in the Intensive Care Unit: Which Agents, Which Patients and Which Infections?. **Drugs**, v. 78, p. 439–451, 2018.

A REGULAMENTAÇÃO DOS CORPOS E A PEDAGOGIA QUEER: DISCUSSÕES SOBRE OS TRANSEXUAIS NA ESCOLA

Paloma Azevedo de Almeida¹; Eunice Aparecida Sampaio de Oliveira².

¹Discente do Curso de Pedagogia – Centro Universitário de Valença (UNIFAA);

²Docente do Curso de Pedagogia – Centro Universitário de Valença (UNIFAA).

INTRODUÇÃO

Diariamente jovens evadem das escolas. Os motivos são os mais variados possíveis, como necessidade de entrar para o mercado de trabalho, gravidez na adolescência, descrença em relação ao próprio estudo etc., e um dos motivos que são evitáveis de acontecer pela escola e que ainda é muito recorrente é: o preconceito e discriminação em relação aos jovens transexuais.

A escola como um lugar onde esses jovens deveriam se sentir seguros acaba sendo para muitos motivos do desespero. Com o bullying e o preconceito que esses jovens se deparam, a escola se torna lugar de sofrimento e dor. A educação deveria ser um espaço onde as pessoas se sintam livres para serem o que são, sem estereótipos e julgamentos, mas o que realmente temos visto é um espaço onde o que é valorizado é a padronização. Diante desse cenário as instituições escolares encontram um grande desafio, o que gera a necessidade de reavaliação de suas práticas pedagógicas antes praticadas em um currículo tradicional para uma prática inclusiva e emancipatória. Como afirma Louro:

Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora, as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as “novas” práticas, os “novos” sujeitos, suas contestações ao estabelecido. A vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada. O anseio pelo cânone e pelas metas confiáveis é abalado. A tradição imediatista e prática leva a perguntar: o que fazer? A aparente urgência das questões não permite que se antecipe qualquer resposta; antes é preciso conhecer as condições que possibilitaram a emergência desses sujeitos e dessas práticas. (LOURO, 2008, p.28-29)

Percebemos então a necessidade de uma política educacional abrangente, onde o que deve ser levado em conta são as individualidades desses jovens e suas especificidades. Essa pesquisa busca questionar e estudar o que leva esses jovens a evadirem das escolas e como a escola como auxiliadora poderia mudar esse quadro, passando de um lugar de constrangimentos para um lugar de possibilidades e crescimento.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para compreender melhor esses jovens, precisamos, primeiramente, compreender o que de fato é a transexualidade. Para alguns estudiosos, o sexo é algo biológico, é a genital que a pessoa nasce; já o gênero é como ela se identifica perante a sociedade. Para muitos, gênero é uma criação social. Por exemplo, ninguém nasce gostando de boneca, usando rosa, mas durante toda sua construção de personalidade as pessoas ao seu redor vão falando o que deve e o que não deve ser usado para cada um. As pessoas determinam como cada um deve se portar, vestir, brincar e até quais devem ser suas profissões, somente por ter nascido com o sexo masculino ou feminino.

O transexual é aquele que não se identifica com o gênero ao qual foi “determinado” socialmente. Uma nova tendência que vem sendo estudada e tem ganhado o coração de muitos da área da educação é a pedagogia *queer*. A pedagogia *queer* é uma nova forma de ensinar e aprender. Nesse novo formato educacional, todas as especificidades dos alunos são levadas em conta. Nela, não é levada em conta a raça, etnia, gênero, todos os alunos são ensinados da mesma

forma, sem diferenciação ou determinismos. Essa pedagogia entende que a maior forma de se melhorar a educação, e não somente ela, mas toda a estrutura social, é compreender e respeitar o próximo.

RESULTADOS

Compreendemos até o momento que o bullying e o preconceito são o estopim para a evasão de muitos desses alunos, e que a falta de conhecimento das escolas, unido com um sistema educacional conservador, acaba propiciando esse abandono, pois o sistema educacional da forma como é atualmente não possibilita a autonomia necessária para esses educadores. Entendemos também que somente com uma educação mais igualitária e menos antiquada conseguiremos diminuir esses números.

A pedagogia *queer* chega para isso: nela é ensinado como atender à demanda desses jovens, trabalhando a verdadeira inclusão, sem fazer diferenças em brincadeiras, tratamento, designação de atividades, vestimentas, etc. Gerando assim, não só nos professores e funcionários da escola, mas também nos alunos, um sentimento de empatia para com os outros.

Assim, a necessidade de o sistema escolar debater abertamente esses temas e estarem abertas às urgências dos alunos, debaterem sobre suas necessidades, suas demandas. Algo que é de extrema importância também é uma educação sexual, para os jovens entenderem melhor o seu corpo, seus anseios, compreenderem os anseios dos outros, compreenderem as necessidades dos outros, que muitas vezes é bem diferentes das suas, e também é importante para diálogos afim de prevenir doenças ou uma gravidez precoce.

Sendo assim, entendemos que diálogos como esse precisam acontecer, e que, para uma educação sem evasão escolar por conta de bullying e preconceito, a escola precisa de uma reformulação e melhorias para com os alunos e em toda sua estrutura patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho nos apresentou as dificuldades das escolas para lidarem com os alunos LGBTQIA+, dando ênfase na evasão escolar dos alunos transexuais. Notamos que, a educação é um meio transformador na vida de muitos jovens, mas o preconceito e bullying são grandes agravantes para a continuação desses jovens nas escolas. Compreendemos que as escolas necessitam de novas pedagogias e novas

formas para uma transformação e maior permanência desses alunos. Um dos caminhos para a mudança, que notamos no presente artigo, é a pedagogia *queer*. A pedagogia *queer* chega ao século XXI mostrando que existem novas formas de ensinar com maior inclusão e menos conservadorismo.

PALAVRA-CHAVE: Transexuais; Escola; Preconceito; Evasão Escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** experiência vivida. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira editora, 1967.

BENJAMIN, Walter. **O autor como produtor.** In: Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Tradução: Maria Helena Kühner. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam:** sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira (Org.) O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, Cap. 6. p. 151, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** Feminismo e subversão da identidade. 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. 2ª Ed. Brasília, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OAKLEY, Ann. **Sexo e gênero/** Ann Oakley [traduzido Claudenilson Dias e Leonardo Coelho]. Revista feminismos. Vol. 4, N. 1, Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2016.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: CENÁRIOS, CONQUISTAS E DESAFIOS

Edmara Alves R. de Souza¹, Eunice A. Sampaio de Oliveira² e Júlio Cesar da Silva³

¹ Discente – Curso de Pedagogia, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

² Docente – Curso de Pedagogia, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

³ Tutor Presencial EaD, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) não é uma modalidade de ensino recente no país. De acordo com Alves (2011), iniciou-se nos primeiros anos do século XX (1904), com a publicação, em jornais, de anúncios de cursos por correspondência. Nos últimos anos, com o avanço tecnológico, a EaD surge renovada e revitalizada, devido, principalmente, às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), as quais possuem o poder de romper as barreiras de espaço e tempo, o que possibilitou uma renovação no processo de ensino e aprendizagem (SANTOS; NETO, 2009).

No Brasil, a EaD tornou-se oficial por meio de decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), sendo definida, no artigo 1º, como uma

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Dessa forma, a EaD pode ser caracterizada como uma modalidade de ensino que utiliza as TICs, permitindo que o processo educacional ocorra independente das barreiras geográficas e temporais. Essa característica contribui, nas palavras de Colpani (2018), para sanar as desigualdades sociais que impedem ou dificultam a aquisição do saber, além de ampliar o índice de escolaridade no território brasileiro.

Na EaD, diferente do que ocorre no ensino tradicional, o estudante é corresponsável pelo processo de aprendizagem sem a participação integral de um professor, o que permite a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de

competências e hábitos relacionados ao estudo, à profissão e à própria vida, respeitando o tempo e o local adequado para o estudante. Para o êxito desse processo, professor e tutor desempenham o papel de mediadores, tendo a possibilidade de atuar a distância, além de alternar a presença física e virtual. A mediação desses profissionais é realizada com o apoio de sistemas de gestão e operacionalização específicos e de materiais didáticos diversos que se utilizam dos diferentes suportes de informação (LIMA, 2008 *apud* SANTOS; NETO, 2009, p. 3).

Diante do crescimento e importância que a EaD adquire no cenário educacional brasileiro, este estudo teve como objetivo realizar uma análise do Censo EAD.BR 2018, realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), o qual contempla cursos regulamentados totalmente a distância, semipresenciais, livres corporativos e livres não corporativos, com o objetivo de mapear o cenário da EaD no Brasil e apresentar as principais tendências no setor.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma análise documental do Censo EAD.BR 2018, realizado pela ABED, em sua 11ª edição. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 10):

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. [...] O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e, na medida do possível, fazer a inferência.

RESULTADOS

Em 2018, o quantitativo de instituições participantes do Censo EAD.BR foi de 259, estando a maioria (43%) localizada na Região Sudeste, com a liderança do Estado de SP (52), seguido por MG (30) e RJ (28). A Região Norte teve a menor representatividade (5%). Esses dados não permitem afirmar que há uma concentração regional na EaD, apenas uma concentração de respondentes no Sudeste. Entre as instituições respondentes, destacam-se as privadas com fins lucrativos (80) e as privadas sem fins lucrativos (61).

Entre as instituições pesquisadas, 135 oferecem cursos regulamentados totalmente a distância; 110, cursos semipresenciais; 114, cursos livres não

corporativos; e, 59, cursos livres corporativos. A maior parte, 116, oferece cursos EaD e presenciais, seguida por aquelas que oferecem cursos EaD, híbridos e presenciais (103). Quanto à oferta de cursos totalmente a distância, 11 instituições estão inseridas no mercado há menos de 1 ano. Além disso, a maioria possui entre 1.000 e 4.999 alunos (80), com concentração do valor dos cursos totalmente a distância (44%) na faixa de R\$ 251,00 – 500,00. A maior parte das instituições (70%) possui polo de apoio presencial, estes, em sua maioria (86%), localizados no interior dos estados.

Quando se considera a faixa etária dos estudantes matriculados totalmente a distância, 39,9% estão na faixa entre 26-30 anos e 37% entre 31-40 anos. Esse dado reforça a busca pelo EaD por parte de um público já inserido no mercado de trabalho e responsável pela subsistência da família, o que exige, portanto, flexibilidade de horário e acesso ao estudo, ambos proporcionado pelo EaD.

Entre 2017 e 2018, houve um aumento de 266,52% na oferta de cursos totalmente a distância, que passaram de 4.570 para 16.750, com predominância de cursos de pós-graduação *latu sensu*, seguida por cursos tecnológicos. Quando se considera a área de conhecimento, entre os cursos totalmente a distância, destacam-se ciências sociais aplicadas (586) e ciências humanas, linguística, letras e arte (396).

Em 2018 foram contabilizadas 9.374.647 matrículas em cursos EaD, sendo 2.358.934 em cursos totalmente a distância. O maior índice de matrículas foi observado nos cursos superiores de licenciatura. No entanto, também foi observado aumento na taxa de evasão em cursos totalmente a distância: em 2017, 6% das instituições possuía uma taxa de evasão entre 26-50%. Em 2018, o quantitativo nesta faixa foi de 22,2%, um aumento de 16,2%.

Para garantir que os conteúdos ofertados aos alunos estejam corretos e atualizados, as instituições que oferecem cursos totalmente a distância produzem internamente seus materiais didáticos (66,7%) e prezam pela produção de conteúdos por mestres e doutores (64,4%). Quanto aos recursos educacionais disponíveis nos cursos totalmente a distância, destacam-se a teleaulas (92,6%), textos digitais (83,7%), livros eletrônicos (81,5%) e vídeos de diferentes gêneros que não sejam teleaulas (77,8%), sendo fórum e *e-mails* (95,6%) e *chat* (83,7%) os principais canais dos AVA para atendimento e comunicação com os alunos.

Quanto às práticas relacionadas à acessibilidade, 20,7% das instituições ofertam intérprete de Língua Brasileira de Sinais. Provas adaptadas (55,5%), computadores com recursos de acessibilidade (52,5%) e lupas e lentes de aumento

(28,1%) estão entre os principais recursos tecnológicos de acessibilidade ofertados. No AVA, verifica-se leitores para acessibilidade (48,1%), leitores de tela (40,7%) e intérpretes ou avatares de libras (34,8%) como os principais recursos de acessibilidade.

De acordo com o Censo EaD.BR 2018, de forma geral, o número de matrículas, índice de rentabilidade e volume de investimentos cresceram, respectivamente, 46,7%, 23,2% e 34,15% em cursos totalmente a distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do relatório permitiu identificar que o EaD é uma modalidade em crescimento no país, com potencial para modificar o cenário educacional brasileiro, uma vez que atende as necessidades de um público com características específicas. No entanto, ainda precisa ser explorada pelas instituições públicas e ampliada aos cursos de mestrado e doutorado, os quais, em sua essência, pressupõem maior autonomia e, portanto, adequam-se a este modelo de ensino. Por fim, faz-se necessário vislumbrar novas práticas e ferramentas para a EaD, de modo a romper com o modelo de ensino tradicional que ainda perpassa essa modalidade, a exemplo das teleaulas, bem como ampliar as práticas relacionadas à acessibilidade.

Palavras-Chave: Análise Documental; Censo EAD.BR 2018; Educação a Distância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, p. 83-92, maio 2011. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/235>. Acesso em: 12 out. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo EAD.BR:** relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2018. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/CENSO_DIGITAL_EAD_2018_PORTUGUES.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, ano 184, 20 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

COLPANI, R. Educação a distância: identificação dos fatores que contribuíram para a evasão dos alunos no curso de Gestão Empresarial da Faculdade de Tecnologia de Mococa. **EaD em Foco**, v. 8, n. 1, ago. 2018. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/688>. Acesso em: 12 out. 2020.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>. Acesso em: 12 out. 2020.

SANTOS, E. M.; NETO, J. D. O. Evasão na educação a distância: identificando causas e propondo estratégias de prevenção. **Paidéi@**, v. 2, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/view/101/96>. Acesso em: 12 out. 2020.

A IMPLEMENTAÇÃO DO MÉTODO EDUCACIONAL BILÍNGUE PARA ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL (2017 – 2020)

Jefferson da Cunha Barbosa¹; Kátia Aparecida Rodrigues Alves¹; Adriana Gloria de Sant`anna da Rocha²; Aline Aparecida de Souza Ribeiro²

¹ Graduado (a), Curso de Pedagogia, Centro Universitário de Valença - UNIFAA.

² Mestre. Docente - Curso de Pedagogia, Centro Universitário de Valença – UNIFAA.

INTRODUÇÃO

A Língua é o conjunto das palavras e expressões usadas por um povo, por uma nação, e o conjunto de regras da sua gramática, idioma. Além disso, é reconhecida como modo de expressão escrita ou verbal de um autor, de uma escola, de uma época (BOTELHO, 2002). Já a linguagem é o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre pessoas (BEHARES E PELUSO, 1997). A forma de expressão de um indivíduo, grupo, classe, vocabulário específico usual numa ciência, arte, profissão e outros. A linguagem serve para expressar ideias, sentimentos, modos de comportamento, além de compor um sistema de signos que serve de meio de comunicação entre indivíduos e pode ser percebido pelos diversos órgãos dos sentidos, o que leva a distinguir-se uma linguagem visual, uma linguagem auditiva, uma linguagem tátil (QUADROS, 2007).

Em se tratando de educação de surdos, foi elaborado em 2005 um decreto nº 5.626 que viabiliza a formação tanto do professor regente quanto dos intérpretes, viabilizando a educação bilíngue, previsto no artigo 11, inciso I. Fica exposto também, no artigo 14, letra D, que ao professor regente de classe cabe ter conhecimento das singularidades linguísticas manifestadas por seus alunos surdos, ou seja, usuário de Língua Brasileira de Sinais - Libras.

A Libras (Língua brasileira de sinais) é uma língua reconhecida desde 2002 (Lei nº 10.436, de 24 de abril) que surgiu como meio de facilitar a aprendizagem e desenvolvimento das pessoas com surdez. O objetivo desta língua é promover sua interação em um meio comunicativo, sendo a primazia do surdo o visual, a libras é fundamental nesse processo de aprendizagem, não podemos ignorar as diferentes condições de aprendizagem dos alunos que integram o sistema de ensino, a fim de proporcionar-lhes uma educação de qualidade (Barbosa, 2011).

No contexto atual, a escola inclusiva é aquela que atende as necessidades educacionais de seus alunos incluídos, ou seja, adaptadas ao aluno. E essas escolas, segundo o decreto supracitado, devem garantir uma educação bilíngue para os alunos surdos, onde a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa, sejam línguas de instrução na sala de aula e utilizada em todo o desenvolvimento do processo educacional do mesmo. De forma contrária esta modalidade ainda não é bem conhecida pelos educadores de escolas regulares inclusivas, e quando pouco conhecida são rechaçadas as hipóteses de tentativa para a implementação desse método. Conforme Quadros (2007), a inclusão do educando surdo está sendo uma

peça que não se encaixa no modelo educacional inclusivo, pois nota-se que não há ainda uma estrutura curricular direcionada a estes educandos.

Diante desse fato surgiu a seguinte questão, como está ocorrendo a implementação do método Educacional Bilíngue para alunos surdos na Educação Infantil? Sabe-se que a educação do sujeito surdo sempre foi um fato inquietante na comunidade escolar, pois por mais que se tente oferecer acessibilidade por meio do intérprete de Libras, este aluno sempre ficará aquém dos seus colegas ouvintes, devido o processo de ensino ser todo pensado e elaborado a partir da condição de oralidade e da utilização da Língua Portuguesa (BOTELHO, 2002). Portanto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a implementação do método Educacional Bilíngue para surdos na Educação Infantil.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia do trabalho será baseada na pesquisa bibliográfica de análise de artigos científicos produzidos sobre o assunto, de forma qualitativa/quantitativa, com pesquisa em bases de dados sobre a proposta adotada para o ensino bilíngue de alunos surdos na educação infantil.

Na primeira etapa foi realizado levantamento retrospectivo nas bases de dados de acesso público: LILACS, SCIELO e Google Scholar no período entre 2016 e 2020. As palavras-chave orientadoras da primeira etapa da pesquisa foram “LIBRAS”, “Educação Bilíngue para Surdos”, “Educação Infantil” para a base de dados LILACS, SCIELO e Google Scholar.

Na segunda etapa do trabalho foi estabelecido critérios de inclusão em relação aos estudos a serem encontrados: analisar os estudos que investiguem o ensino da Língua Brasileira de Sinais na educação infantil para crianças surdas; estudos que realizaram intervenção; estudos que tratem da educação bilíngue para surdos na educação infantil. Na terceira etapa foram excluídas pesquisas de revisão bibliográfica sobre a temática com os autores principais e que não tratem de educação bilíngue para surdos na educação infantil.

Na terceira etapa os artigos encontrados foram catalogados em um quadro com os seguintes componentes autor, amostra, objetivo e resultados do trabalho. Por fim foi realizada a discussão da temática com os artigos selecionados.

RESULTADOS

. Após o processo descrito no método encontramos na base de dados LILACS 0 artigos, no SCIELO 1 artigo, Google Scholar 816 artigos que somados contabilizam 817 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão descritos no método dos 817 artigos encontrados foram reunidos dois (2) artigos que atenderam aos critérios do estudo, assim distribuídos; zero (0) da base de dados LILACS, zero (0) da base de dados SCIELO, e cinco (5) do Google Scholar. Os cinco trabalhos investigados estão apresentados no quadro 1 em sequência e trazem os respectivos autores, amostra, objetivos, os resultados.

DISCUSSÃO

A Libras precisa ser a principal mediação do surdo com o mundo, a fim de priorizar a educação bilíngue, sendo incluída nas metodologias pedagógicas. Assim, este trabalho teve como objetivo geral analisar a implementação do método Educacional Bilíngue para surdos na Educação Infantil. Dessa forma, contribuindo para o desenvolvimento do surdo, tendo como objetivos conhecer a Libras e a possibilidade de constituição do ser surdo na mediação com o mundo (SILVA, 2018).

Vieira (2017) em estudo de caso com abordagem qualitativa teve como objetivo refletir e analisar as práticas pedagógicas construídos a partir de uma proposta bilíngue para educação de surdos. Nessa proposta, Libras está inserida como sendo a primeira língua utilizada pelo surdo e Língua Portuguesa como segunda Língua. Assim, tendo como objetivo central identificar a contribuição da Libras no desenvolvimento da pessoa com surdez, utilizando metodologias no processo de ensino aprendizagem para que os alunos aprendam de maneira efetiva. *Nesse contexto a comunidade surda vem lutando por seus direitos de cidadania, lutando pelo uso da Libras como seu meio de comunicação, tendo a oportunidade de aprender em uma escola de qualidade que respeite a diferença e promova os direitos humanos, assim estimulando políticas públicas voltadas para a educação dos surdos* (NASCIMENTO e GOYOS, 2017).

De Brito Rocha e De Souza (2018) *apresentam possibilidades para o trabalho docente que desde sua prática na educação infantil possa apresentar a seus alunos surdos e ouvintes duas línguas legítimas, Libras e Português. Com isso percebemos a contribuição na formação linguística, cultural na formação da pessoa, onde ouvintes*

aprendem uma nova língua e respeito as diferenças, amenizando essa barreira linguística o surdo tem a possibilidade de se interagir com os demais, e participar de todas as atividades propostas pelo docente.

Albres (2017) apresenta algumas reflexões sobre a atual educação de surdos em escolas inclusivas baseadas na perspectiva bilíngue, foi observado a falta de escolas que tenham efetivamente uma política educacional bilíngue, onde o surdo não tem a oportunidade de ter uma educação realmente inclusiva, na qual a Libras não é tratada como a primeira língua desse sujeito surdo.

A educação do sujeito surdo sempre foi um fato inquietante na comunidade escolar, pois por mais que se tente oferecer acessibilidade por meio do intérprete de Libras, este aluno sempre ficará aquém dos seus colegas ouvintes, devido o processo de ensino ser todo pensado e elaborado a partir da condição de oralidade e da utilização da Língua Portuguesa (BOTELHO, 2002).

Quadros (2007) aponta que a educação de surdos tem sido motivo de discussão, afinal as peças do quebra-cabeça da Educação Inclusiva não se encaixam. A educação de surdos não se encaixa porque a peça que serviria nesse quebra-cabeça deveria ter outra forma. A peça do quebra-cabeça das políticas públicas, entretanto, não é a peça que os surdos almejam. Na perspectiva dos surdos sua educação deveria ser norteada pela reivindicação de uma escola pública de qualidade em língua de sinais com professores bilíngues e professores surdos. Esta peça do quebra-cabeça seria, no entanto, a organização de uma educação Bilíngue em uma escola pública, norteada pelas lutas da comunidade surda, onde a implementação da política de inclusão esteja aberta aos movimentos e narrativas surdas possibilitando acordos, pois, mesmo estando insatisfeitos, os líderes surdos, ou seja, os militantes surdos desejam uma educação de qualidade para sua geração surda futura.

Os surdos são influenciados a aceitarem a frequentar tal ambiente inclusivo, entretanto devemos ressaltar que aceitar não é o mesmo que concordar, pois aos surdos não foi dada a oportunidade de opinar. Strobel (2008) ressalta a seguinte questão: “É inclusão a pessoa ouvinte resolver o que é melhor para o sujeito surdo sem “sentir na própria pele” as dificuldades e os sofrimentos dos surdos?”. O que mais instiga na inclusão do surdo tange no não respeitarem as opiniões dos próprios surdos, de não valorizarem sua participação como cidadão e elaborador de sua própria história, de não oferecer as oportunidades e incentivos para o desenvolvimento educativo do mesmo.

Resende e Lacerda (2013) discorrem sobre a importância da implementação da educação bilíngue na educação infantil, destacando que é um fato incorporado na legislação. No entanto é essencial ressaltar que ainda são poucos os espaços que implementaram as experiências educacionais bilíngues na educação infantil. Desta forma ocasionando o ingresso de alunos no ensino fundamental com pouco desenvolvimento de linguagem e, portanto, com poucas chances de compreensão dos conhecimentos em articulados na escola.

Os pesquisadores e profissionais analistas do mundo surdo ressaltam que a interação, a conversação, a contação de histórias em Libras devem ser estimulados e promovidos na escola (BRASIL, 2014). Torna-se importante justificar esta implementação, tendo em vista que a maioria das crianças surdas não tem acesso a essa língua no ambiente familiar. As aulas na educação infantil devem ter como pressuposto também a aquisição da linguagem e, portanto, os professores atuantes na educação infantil devem ser, prioritariamente, surdos/as e profissionais ouvintes fluentes em Libras, como referência de língua e da comunidade surda. Destaca-se que a relação entre as línguas e a prioridade dada a língua de sinais no processo educacional possa depender da presença de profissionais bilíngues na educação (DE JESUS e FERNANDES, 2017).

As barreiras na comunicação e o desconhecimento das necessidades educativas especiais na escola acabam gerando dificuldades no atendimento educacional dos alunos surdos. Por conta de uma tradição oralista existente muito tempo na escola e na sociedade, muitos professores ao receber o aluno surdo em sua sala de aula, sentam-no a frente e falam pausadamente para que ele faça a leitura labial e supostamente acompanhem os demais alunos. Na verdade, tal tradição acaba por levar o aluno com surdez a ficar cada vez mais distante de interagir com os outros alunos, por não encontrar um ensino de acordo com suas necessidades (GRIBOSKI 2008).

No Quadro 1 destacamos as publicações encontradas, com ênfase nos seguintes componentes autor, amostra, objetivo e resultados dos trabalhos. Desta forma, demonstrando o que se publicou de 2016 a 2020 sobre a implementação do método Educacional Bilíngue para surdos na Educação Infantil.

Quadro 1 - Autor, amostra, objetivo e resultados dos trabalhos

Autor	Amostra	Objetivo	Resultado
-------	---------	----------	-----------

<p>SILVA(2018)</p>	<p>Crianças na faixa etária de 0 a 5 anos</p>	<p>O Objetivo do estudo foi abordar o conhecimento da Libras e suas aplicações na Educação Infantil, proporcionando o conhecimento diante da aquisição linguística na faixa etária de 0 a 5 anos de idade.</p>	<p>Garantia a educação bilíngue no enfoque multicultural desde a educação infantil.</p>
<p>VIEIRA (2017)</p>	<p>Surdos de uma instituição de ensino reconhecida na grande São Paulo.</p>	<p>O objetivo do estudo foi refletir e analisar as práticas pedagógicas construídas a partir de uma proposta assumidamente bilíngue para Educação de Surdos, de uma instituição de ensino reconhecida na grande São Paulo.</p>	<p>Constatou-se a preponderância do uso da Libras como língua de comunicação e de instrução, empoderamento do surdo e de sua identidade, o papel do interlocutor usuário fluente da Libras, para a consolidação da língua por parte da criança surda.</p>

GOYOS (2017)	Crianças surdas na educação infantil	O objetivo geral é analisar as concepções de sujeito surdo, infância e educação subjacentes às políticas educacionais no cenário municipal e sua efetividade em relação ao direito à Libras como língua materna no contexto da educação infantil.	Apresentação dos princípios de uma educação bilíngue e sua contribuição na formação dos sujeitos surdo.
DE BRITO e DE SOUZA (2018)	Surdos e ouvintes da Educação Infantil.	Apresentamos possibilidades para o trabalho docente que, desde sua prática na educação infantil, apresente a seus alunos, surdos e/ou ouvintes, duas línguas legítimas: Libras e Português.	Consiste na apresentação dos princípios de uma educação bilíngue e sua contribuição na formação dos sujeitos surdos.
ALBRES (2017)	Surdos em escolas inclusivas baseadas na perspectiva bilíngue.	Um breve histórico a respeito das diretrizes educacionais baseadas na política de educação inclusiva	Constatamos que todas as redes apontam para a inclusão dos surdos no ensino comum, há pouco investimento em escolas bilíngues e

			em classes bilíngues.
--	--	--	--------------------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, com base na análise dos resultados encontrados, podemos promover reflexões sobre a questão do nosso trabalho, “como está ocorrendo a implementação do método Educacional Bilíngue para alunos surdos na Educação Infantil?”. Assim, no processo de desenvolvimento desde estudo, podemos entender que a inclusão é um processo determinado a ser cumprido, não importando os pros e contras ao que ele se refere. No entanto, através desta pesquisa, podemos comprovar que, diante da inclusão das crianças surdas em escolas regulares este processo não se torna satisfatório quanto a aprendizagem a construção da identidade surda enquanto sujeito surdo.

Diante disso entendeu-se que a inclusão do alunado surdo é possível, porém que se faça presente uma sala bilíngue neste espaço inclusivo, que atenda as peculiaridades dos sujeitos surdos como forma de efetivação da permanência do mesmo nas escolas regulares inclusivas. Este trabalho pretendeu contribuir para que se tenha novos olhares sobre inclusão do educando surdo, possibilitando a compreensão da realidade surda e mostrando que nada se torna impossível quando há verdadeira vontade de incluir, de aceitar o diferente, as limitações destes, mas que exige de nós, educadores, o compromisso com a promoção humana, com a formação de cidadãos críticos e competentes, e o surdo nunca deve estar fora deste alvo.

A contribuição dessa pesquisa para a Pedagogia se faz no momento em que percebemos a motivação para a reflexão, que a mesma vem causar, no sentido de inclusive vir a possibilitar a elaboração de novas estratégias pedagógicas, curriculares e até mesmo disciplinares no intuito de adaptar o ensino efetivo no pleno contexto inclusivo.

Palavras-chave: Libras. Educação Bilíngue. Inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, Neiva A. OS DIFERENTES CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO BILÍNGUE (LIBRAS. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 3, n. 3, p. 339-363, 2017.

BARBOSA, Leonarley Rodrigo Silva. A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional. **Revista Polyphonía**, v. 22, n. 1, 2011.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Autentica Editora, 2002.

BEHARES, Luiz Ernesto; PELUSO, L. A língua materna dos surdos: reflexões sobre o sentido da aquisição da linguagem pelos surdos. **Revista Espaço**, 1997.

BRASIL. **Relatório do Grupo de Trabalho designado por Portaria Ministerial para elencar Subsídios à Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2014. BRASIL. **Lei no 13.005, de 15 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providencias.

BRASIL (1996) Lei nº 9.394. **Diretrizes e bases da educação nacional**.

BRASIL (2002) Lei Federal nº 10.436. **Língua brasileira de sinais – LIBRAS**.

BRASIL (2005) Decreto nº 5.626. **Regulamentação da Lei nº 10.436/02**.

DA SILVA, Rosilda Garcia. Educação Bilíngue: Ludicidade no ensino de libras a partir da educação infantil. **Revista Multidisciplinar PeyKëyo Científico-ISSN 2525-8508**, v. 4, n. 1, 2018.

DE BRITO ROCHA, ValmiciMusquine; DE SOUZA GOMES, Jacqueline. EM DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO BILÍNGUE A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

DE JESUS, Jefferson Diego; FERNANDES, Sueli. Educação bilíngue para surdos/as: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 3, p. 1628-1648, 2017.

GRIBOSKI, Cláudia Maffini et al. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2008.

NASCIMENTO, Anne Caroline; GOYOS, Silva. O direito à libras como língua materna: um estudo sobre a política educacional de educação infantil para crianças surdas na rede municipal de ensino de Curitiba. 2017.

QUADROS, RM de; PERLIN, Gladis. Estudos surdos II. **Petrópolis, RJ: Arara Azul**, v. 267, 2007.

RESENDE, Alice Almeida Chaves de; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do Estado de São Paulo: dissonâncias. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 3, p. 411-424, 2013.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

VIEIRA, Claudia Regina. **Educação bilíngue para surdos: reflexões a partir de uma experiência pedagógica**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DO LUTO INFANTIL: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA BRASILEIRA¹

Glenda Ramos Ebert de Mello², Louizia Pinto Lima³, Daniela Cristina Belchior Mota⁴

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Na cultura contemporânea ocidental, em geral as questões suscitadas pela morte trazem consigo certa angústia e rejeição, ainda que esta seja esperada em algum momento da vida. O enfrentamento da própria finitude é algo considerado popularmente como indesejável, fazendo com que o tema só seja abordado quando ocorre o falecimento de alguém próximo. Após o ocorrido, geralmente o assunto não se torna objeto de diálogo e volta ao lugar obscuro e quase intocável que habitava antes. Assim como os tabus se desenvolvem social e historicamente, as concepções de morte e de infância também se transformaram no decorrer do tempo. Nesse sentido, Ariès (1977) narra que, assim como na Idade Antiga, durante a Idade Média os conceitos de morte e luto eram entendidos de forma mais livre. Porém, uma

mudança brusca tornou o luto na Idade Moderna sinônimo de reclusão, dando grande importância aos rituais e ao período do luto.

Compreendemos luto como um processo no qual a pessoa se reestrutura e se reorganiza diante de sua perda, sendo então, um desafio multidimensional, apresentando-se nos âmbitos cognitivo e emocional (FRANCO; MAZORRA, 2007). Não sendo apenas ligado à morte, o luto pode representar diversas outras perdas, tais como relacionadas às frustrações do dia a dia, separações ou adoecimentos. Baseado em uma revisão da literatura brasileira, o presente estudo objetivou sistematizar o conhecimento acerca do luto a partir da perspectiva das crianças, identificando como se dá a elaboração do luto na infância, os possíveis sintomas, os fatores influentes na sua elaboração e como tais fatores repercutem no universo infantil.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização da presente revisão narrativa, consideramos as bases de dados Scielo e Lilacs, as quais possibilitaram a pesquisa de estudos científicos com relação ao tema de luto infantil. As bases de dados foram consultadas no período de junho de 2020 a agosto de 2020, sendo utilizados os descritores “luto” (and) “infância” e “luto” (and) “criança”. Os estudos foram buscados individualmente em “todos os índices” (all indexes). Foram selecionados os trabalhos que eram brasileiros e correspondiam ao tema da vivência do luto na infância, sendo então, excluídos artigos que não eram publicações brasileiras ou não falavam da vivência do luto infantil além de artigos que mesmo presentes nas bases de dados, não estavam disponíveis para a leitura. Para a formulação dos resultados, os estudos foram lidos integralmente e analisados criticamente.

RESULTADOS PARCIAIS

As buscas nas bases de dados resultaram na seleção de 15 publicações brasileiras, as quais estão descritas na tabela a seguir:

<i>Título do estudo</i>	<i>Autores</i>	<i>Referencial teórico</i>	<i>Tipo de estudo</i>	<i>Objetivo</i>
Lidando com a morte e o Luto por meio do brincar: a criança com câncer no hospital	Almeida (2005)	Não especificado	Pesquisa qualitativa	Compreender a vivência da criança com câncer e seu entendimento acerca da doença e da hospitalização por meio do brincar.
Luto infantil e Capacidade Criativa - A Experiência de Perder um Irmão	Andrade, Mishima-Gomes e Barbieri (2018)	Psicanálise winnicottiana	Pesquisa qualitativa	Abracar as relações infantis e seus desdobramentos psicológicos a partir da perda de um irmão.
Morte Repentina de Genitores e Luto Infantil: Uma Revisão da Literatura em Periódicos Científicos Brasileiros	Anton e Favero (2011)	Não especificado	Revisão bibliográfica	Revisar a bibliografia nacional acerca do luto infantil advindo de mortes repentinas dos genitores.
Caminhos na elaboração de um luto	Batistelli (2010)	Psicanálise winnicottiana	Relato de experiência	Relatar a elaboração do luto de uma criança por meio de análise.
Infância, perda e educação: diálogos possíveis	Carvalho e Carvalho (2019)	Fenomenologia	Pesquisa qualitativa	Compreender as relações entre infância, perda e educação.
Criança e luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor	Franco e Mazorra (2007)	Psicanálise	Pesquisa qualitativa	Compreender as consequências da perda e luto no universo de fantasias infantil.
Educadores e a morte	Kovács (2012)	Não especificado	Estudo teórico	Compreender a morte como pauta do contexto escolar.
Morte na Família: Um Estudo Exploratório Acerca da Comunicação à Criança	Lima e Kovács (2011)	Não especificado	Pesquisa qualitativa	Compreender a comunicação entre família e criança diante da morte.
O luto de uma criança: o processo em psicoterapia	Marin e Gonçalves (2012)	Abordagem sistêmica	Relato de experiência	Compreender o processo de luto de uma criança.
A criança com câncer em iminência de morte - Revisão da literatura	Melo e Valle (2004)	Não especificado	Revisão bibliográfica	Compreender a dinâmica entre a criança com câncer e a iminência de morte.
Concepção de morte na infância	Sengik e Ramos (2013)	Psicologia cognitiva	Pesquisa qualitativa	Relatar por meio de fala de crianças suas respectivas concepções de morte.
As representações da morte e do luto no ciclo de vida	Silva et. al (2012)	Não especificado	Pesquisa qualitativa	Definir as representações de morte e luto no decorrer do ciclo de vida.
O luto em instituições de abrigamento de crianças	Tinoco e Franco (2011)	Perspectiva etológica	Pesquisa qualitativa	Identificar fatores de risco e proteção envolvidos no luto vivenciado em instituições de abrigamento.
Terapia Comportamental Infantil na relação mãe e filho ante o luto materno – um relato de caso	Tsutsumi e Menezes (2017)	Terapia Comportamental Infantil	Relato de experiência	Relatar um atendimento psicoterapêutico após perda por suicídio com base na Terapia Analítico-Comportamental
Visão da Criança sobre a Morte	Vendruscolo (2005)	Não especificado	Pesquisa qualitativa	Correlacionar literatura a experiências clínicas infantis acerca da morte.

Tabela 1- Publicações brasileiras sobre luto e perda na infância

As autoras Franco e Mazorra (2007) apresentaram a visão do luto pela abordagem psicanalítica, proposta por Freud em sua grande obra, *Luto e Melancolia* (1917), como uma experiência de trabalho de adaptação do ego em função da perda do objeto amado. A sua elaboração, portanto, se refere ao momento em que o investimento libidinal desse objeto gradualmente começa a ser investido em outros objetos, sendo importante salientar que não há uma desvinculação total deste objeto que foi perdido, acontecendo apenas uma ressignificação.

Autores como Klein (1970, 1996), Bowlby (1960, 1993) e Winnicott (2000), referidos por Franco e Mazorra (2007), perceberam o pesar do luto já em crianças entre quatro e sete meses de idade, quando o luto se dá por pessoa muito próxima ou em caso de separação. A partir dos dezesseis meses de idade, capacidades

cognitivas e emocionais estariam disponíveis para elaboração do luto mais próxima da elaboração de um adulto, porém não é possível compará-los, afinal o psiquismo da criança ainda se encontra em formação. A perda de uma figura de vínculo, é então sentida primeiramente como desamparo pela criança, seguida pelo sentimento de saudade, raiva e medo do abandono.

Dando continuidade ao levantamento da literatura, torna-se essencial evidenciar a visão cognitiva desse evento perante as crianças. Apoiando-se em Torres (1999), as autoras Sengik e Ramos (2013) destacaram conceitos relacionados a esse fato, sendo estes: irreversibilidade (como alusão ao próprio nome, a não possibilidade do corpo retornar ao estado anterior), não-funcionalidade (interrupção das funções necessárias à vida) e universalidade (todos os que estão vivos podem morrer).

Torres (1978) referenciada por Lima e Kovács (2011), investigou em uma amostra de 183 crianças entre quatro e treze anos de idade, as representações de morte no pensamento infantil, onde a autora foi capaz de identificar três níveis de compreensão sobre este evento de acordo com as fases de desenvolvimento cognitivo. No nível 1, as crianças do subperíodo pré-operacional (2 a 7 anos) não têm um contraste claro sobre seres inanimados e animados e ainda não compreendem a morte com o conceito de irreversibilidade, admitindo a vida no processo de morrer. No nível 2, as crianças do 1º subperíodo de operações concretas (7 a 11 anos) conseguem entender os processos de vida e morte e por isso atribuem o conceito de não funcionalidade a pessoa falecida, conseguindo compreender a morte como algo definitivo, embora ainda não saibam dar explicações consistentes sobre o tema. Já no nível 3, as crianças do subperíodo operatório formal (de 11 anos até a idade adulta), possuem uma concepção clara e bem delineada sobre os seres animados e inanimados, já sendo capaz compreender o conceito de universalidade da morte sobre os seres animados (PAPALIA; FELDMAN; MARTORELL, 2013).

Um fenômeno amplamente discutido dentro da temática do luto infantil é o que alguns autores chamam de "Conspiração do Silêncio" (MELO; VALLE, 2004; LIMA; KOVÁCS, 2011). Esse é compreendido como uma omissão coletiva de um evento de morte, pautada em conceitos de infância que visam a proteção extrema da criança quanto a qualquer obstáculo da vida, como já dito por Ariès (1986). Porém, o efeito dessa omissão é o oposto do que popularmente se espera, podendo causar sentimentos de angústia, frustração, desamparo, desesperança e confusão na criança (MELO; VALLE, 2004; SENGIK; RAMOS, 2013). Apesar do senso comum defender o

contrário, a criança dispõe de todas as habilidades necessárias para lidar com o seu luto, a menos que o silenciamento ocorra ao seu redor (MELO; VALLE, 2004).

Portanto, a má elaboração desse luto no período da infância pode ser associada a diversas complicações psicossomáticas, não somente enquanto criança, podendo estender-se também na vida adulta. Nesse sentido, ao analisar os artigos nacionais sobre o tema, verificou-se a falta de um consenso sólido que embase orientações gerais aos responsáveis, professores e profissionais da saúde, os quais podem lidar frequentemente com crianças enlutadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a fazer uma revisão da literatura brasileira, sistematizando o conhecimento acerca do luto a partir da perspectiva das crianças. Como se pôde verificar, ainda há muito a ser estudado sobre essa questão, dessa forma, novas pesquisas sobre o assunto tornam-se de fundamental importância, principalmente a nível nacional, onde verificou-se uma baixa incidência de investigações relacionadas ao luto infantil.

Palavras-Chave: Luto infantil, morte, infância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. Lidando com a morte e o luto por meio do brincar: a criança com câncer no hospital. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v.55, n.123, p.149-167, 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000659432005000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2020.
- ANDRADE, M. L.; MISHIMA-GOMES, F. K. T.; BARBIERI, V. Children's Grief and Creativity: The Experience of Losing a Sibling. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v.23, n.1, p.25-36, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141382712018000100025&lang=pt. Acesso em: 21 jun. 2020.

ANTON, M. C.; FAVERO, E. Morte Repentina de Genitores e Luto Infantil: Uma Revisão da Literatura em Periódicos Científicos Brasileiros. **Interação em Psicologia**, Porto Alegre, v.15, n.1, p.101-110, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/16992/16423>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ARIÈS, P. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Ed especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A., 1978.

BASTISTELLI, F. Caminhos na elaboração de um luto. **Jornal de psicanálise**, São Paulo, v.43, n.79, p.155-162, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010358352010000200010. Acesso em: 21 jun. 2020.

CARVALHO, E. C.; CARVALHO, L. V. Infância, perda e educação: diálogos possíveis. **Psicologia em pesquisa**, Juiz de Fora, v.13, n.3, p.73-92, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198212472019000300004. Acesso em: 21 jun. 2020.

FRANCO, M. H. P.; MAZORRA, L. Criança e luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.24, n.4, p.503-511, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000400009. Acesso em: 21 jun. 2020.

KÓVACS, M. J. Educadores e a morte. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.16, n.1, p.71-81, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000100008. Acesso em: 21 jun. 2020.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. 10. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LIMA, V. R.; KÓVACS, M. J. Morte na Família: Um Estudo Exploratório Acerca da Comunicação à Criança. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v.31, n.2, p.390-405, 2011. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932011000200014&lang=pt. Acesso em: 21 jun. 2020.

MARIN, M.; GONÇALVES, N. T. O Luto de uma Criança: O processo em Psicoterapia. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 53-62, 2012.

MELO, L.; VALLE, E. A criança com câncer em iminência de morte: revisão da literatura. **Acta Oncológica Brasileira**, São Paulo, v.24, n.3, p. 671-675, 2004. Disponível em: [https://accamargo.phlnet.com.br/Acta/AOB200424\(3\)p.671-5.pdf](https://accamargo.phlnet.com.br/Acta/AOB200424(3)p.671-5.pdf). Acesso em: 21 jun. 2020.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.20 n.2, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321002007000200001&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 26 fev. 2020.

SENGIK, A. S.; RAMOS, F. B. Concepção de morte na infância. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v.25, n.2, p.379-387, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000200015. Acesso em: 21 jun. 2020.

SILVA. et. al. As representações da morte e do luto nos ciclos de vida. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, São Paulo, v.15, n.4, p.185-206, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/10100/12634>. Acesso em: 21 jun. 2020.

TINOCO, V.; FRANCO, M. H. P.O luto em instituições de abrigamento de crianças. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.28, n.4, p.427-434, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000400003. Acesso em: 21 jun. 2020.

TSUTSUMIA, M. M. A.; MENEZES, A. B. de C. M. Terapia Comportamental Infantil na relação mãe e filho ante o luto materno – um relato de caso. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v.19, n.3, p.53-62, 2017. Disponível em: <https://s3-sa-east->

1.amazonaws.com/publisher.gn1.com.br/rbp.celg.org.br/pdf/v19n3a05.pdf. Acesso em: 21 de jun. de 2020.

VENDRUSCOLO, J. Visão da Criança sobre a Morte. **Simpósio: Morte: valores e dimensões**, Ribeirão Preto, v.38, n.1, p.26-33, 2005.

AVALIAÇÃO DE NECESSIDADES DE SAÚDE MENTAL E QUALIDADE DE VIDA DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA

Angélica da Silva Ângelo, acadêmica do 6º período do curso de Psicologia do Centro Universitário de Valença, Daniela Cristina Belchior Mota, doutora em psicologia, professora do Centro Universitário de Valença.

INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais comuns, caracterizados principalmente pela presença de sintomas de depressão e ansiedade, além de diversas queixas inespecíficas e somáticas, afetam indivíduos em diferentes faixas etárias. Contudo, quando presentes em jovens, podem ser manifestações iniciais e menos específicas de transtornos mentais mais graves, além de causarem prejuízo nas relações sociais e no aproveitamento escolar dessa população (LOPES et al., 2016).

Assim, os transtornos mentais destacam-se como desafios a serem enfrentados na oferta assistencial. Antes do diagnóstico formal de um transtorno psiquiátrico, já é possível encontrar indícios de sofrimento psíquico intenso. A identificação precoce de transtornos mentais comuns pode ajudar na proposição de medidas de prevenção e de cuidado mais específicas (LOPES et al, 2016).

Além dos transtornos mentais comuns, há uma crescente percepção social de que o suicídio entre jovens tem aumentado, a qual tem sido corroborada por pesquisas. Com base em revisão de dados em estudos nacionais e séries recentes para o Brasil, Ribeiro e Moreira (2018) evidenciaram elevadas estimativas de adolescentes e jovens brasileiros como vulneráveis ao suicídio, e de modo crescente. Portanto, os atos suicidas nos jovens são um problema de extrema relevância na atualidade. A nível

internacional, o suicídio é a segunda causa de morte na faixa etária dos 15 aos 29 anos (OMS, 2015).

Além de avaliar as condições de saúde mental, é fundamental a identificação dos fatores de risco e os fatores de proteção, os quais, como o próprio nome diz, protegem e geram fortalecimento para o enfrentamento das adversidades da vida e do sofrimento psíquico. A identificação de tais fatores poderá contribuir para a maior efetividade da implantação das estratégias preventivas e assistenciais, condizentes com as necessidades vivenciadas.

No contexto brasileiro, a ampla desigualdade social e a pobreza geram um processo de exclusão social – fator de risco que impacta fortemente a produção de sofrimento psíquico no país. A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Poder-se-ia dizer que os novos excluídos são seres descartáveis. "Os desdobramentos dessa exclusão atingem a quase totalidade da vida social, visíveis na gestão do território, nas formas de difusão culturais e nos problemas educacionais"(Virgínia Fontes, 1995:29).

A negação das perspectivas futuras, a restrição drástica de horizontes possíveis de vida, é um desafio que precisamos coletivamente superar. Impedir um jovem de sonhar com um futuro é "*prendê-lo em uma realidade desoladora*" (CRUZ, 2001). Para a superação desta problemática contemporânea, o contexto escolar tem um papel fundamental, pois caracteriza-se como um espaço coletivo que abrange um número significativo de jovens; sendo também uma etapa da vida com potencial chance para a manifestação de fortes pressões sociais, com consequentes frustrações e desajustes emocionais.

OBJETIVOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa, que tem como objetivo geral realizar uma avaliação de necessidades de saúde mental e de qualidade de vida dos estudantes com idade acima de 11 anos, inseridos Escola Municipal Maria Medianeira. Para atingir este objetivo, a pesquisa foi baseada a partir da autoaplicação

de quatro instrumentos padronizados, os quais possibilitarão a realização de um levantamento acerca de:

- (1) Capacidades e dificuldades vivenciadas;
- (2) Autoestima dos estudantes;
- (3) Potenciais situações de violência psicológica;
- (4) Satisfação com o suporte social.

Esta amostra inicialmente formada constituirá os dados preliminares da pesquisa.

Preliminarmente, 30 adolescentes participaram da pesquisa, e serão realizadas análises de dados iniciais, a fim de se explorar as primeiras variáveis descritivas e principais correlações. Em caráter participativo, espera-se que os resultados desta pesquisa possam ser discutidos juntamente com o corpo docente da escola, fomentando efetivas estratégias de suporte psicológico aos estudantes que necessitem e construção de programas de promoção da saúde mental.

MATERIAL E MÉTODOS

A coleta parcial de dados da presente pesquisa ocorreu em 2019 e envolveu a realização de um levantamento das necessidades em saúde mental dos estudantes da Escola Municipal Maria Medianeira, situada no município de Valença. Os adolescentes com idade acima de 11 anos foram convidados a responderem aos seguintes instrumentos:

- (1) Questionário Sociodemográfico: é composto por 14 perguntas, tendo como objetivo principal coletar informações para formar o perfil da amostra. Como não há um único questionário deste tipo comum à todos os tipos de pesquisa, de forma geral os pesquisadores criam seu próprio questionário sociodemográfico, seguindo os critérios que julgam como necessários de serem contemplados para a pesquisa.
- (2) Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ-Por): Voltado para uma avaliação da saúde mental infanto-juvenil, é composto por 25 itens, sendo 10 itens sobre capacidades, 14 itens sobre dificuldades e um item neutro. Está dividido em cinco subescalas, cada uma com cinco afirmações, a saber: sintomas emocionais, problemas de conduta, hiperatividade, problemas de relacionamento com colegas e comportamento pró-social.

- (3) Escala de Autoestima: a escala é composta por 10 itens fechados, tendo cada item 4 categorias de resposta, sendo, portanto, uma escala tipo Likert de 4 pontos, variando entre “concordo totalmente” e “discordo totalmente”. Trata-se, também, de uma medida unidimensional, sendo cinco itens referentes ao autovalor positivo e cinco itens relacionados à autoimagem negativa. A validação da versão brasileira contou com uma amostra de 1.151 estudantes, tendo como recomendação final o uso da escala em pessoas da população em geral com idades entre 10 a 50 anos.
- (4) Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS): A partir de uma adaptação transcultural realizada com uma amostra de 1.023 estudantes do ensino superior do Brasil e de Portugal, obteve-se uma versão modificada da ESSS com 12 itens, avaliando “Satisfação com Amizades”; “Intimidade”; “Satisfação com a família” e “Atividades Sociais”. Para uso na presente pesquisa, será requerido autorização prévia dos autores responsáveis por tal adaptação.
- (5) Escala de Violência Psicológica: Composta por 19 itens, que avaliam a ocorrência de violência psicológica.

RESULTADOS PARCIAIS

O projeto encontra-se em fase de estudos teóricos, tendo-se em vista o contexto atual de pandemia, a ampliação da coleta de dados precisou ser adiada, pois a mesma iria realizar-se no âmbito escolar. Acreditamos que com a ampliação da amostra, teremos acesso à dados mais fidedignos e sólidos, pois os resultados da presente pesquisa poderão ser utilizados para embasarem a construção de estratégias promocionais e preventivas, de enfoque ampliado, e que considerem a contribuição do corpo docente. Entre as estratégias preventivas a serem desenvolvidas, é importante considerar o desenvolvimento de ações dinâmicas, dialógicas e que promovam a participação dos estudantes; fomentando a discussão dos fatores de risco para o sofrimento psíquico intenso, tais como a baixa autoestima e a desesperança, e os fatores protetivos, tais como a construção de sentido de vida. Tais estratégias poderão ainda maximizar a oferta de ajuda, potencializando a construção de vínculos entre professores e estudantes.

CONSIDERAÇÕES

Com os estudos teóricos realizados, a partir de reflexões sobre a exclusão, podemos entender e fazer um paralelo entre a baixa priorização das políticas públicas de prevenção e promoção em saúde mental no Brasil, e a conseqüente lacuna de tratamento e o quanto essa questão está interligada com os processos sociais, como desigualdade social, econômica e política. Há também a questão de pensar que pobreza e exclusão são conceitos vistos como sinônimos, o que traz um conceito chamado de “Desafiliação”, onde o sujeito não está incluído e inscrito em estruturas básicas que lhe proporcione uma qualidade de vida. Há um déficit de conhecimento com relação aos principais fatores de risco e de proteção, que impactam a morbidade psiquiátrica da população juvenil. Nessa direção, o presente estudo poderá contribuir com a pesquisa nesta área, trazendo conhecimentos ainda escassos no país.

Palavras-chave: avaliação de necessidades, saúde mental, qualidade de vida, exclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SAWAIA, BADER org., As artimanhas da exclusão, análise psicossocial e ética da desigualdade social, EDITORA VOZES, 2ª EDIÇÃO, Petrópolis; 2001.

CRUZ, N. et al. Nem Soldados Nem Inocentes: *juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2001.

LOPES, C. S. et al . ERICA: prevalência de transtornos mentais comuns em adolescentes brasileiros. Rev. Saúde Pública, São Paulo , v. 50, supl. 1, 14s, 2016.

RIBEIRO, J. M.; MOREIRA, M. R. Uma abordagem sobre o suicídio de adolescentes e jovens no Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 23, n. 9, p. 2821-2834, Sept. 2018.

WHO (2006). *Report of the WHO Technical Consultation on the Assessment of Prevention and Treatment Systems for Substance Use Disorders*. Geneva, Switzerland.

DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EVOLUÇÃO DIGITAL NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS: UM PANORAMA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Carlos Antonio da S. Carvalho¹, Drieli Tozzato da S. G. Lameira² e Júlio C. da Silva³

¹ Docente, Cursos de Administração e Gestão de RH, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

² Discente, Curso de Gestão de Recursos Humanos, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

³ Tutor Presencial EaD, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

INTRODUÇÃO

As organizações, ao longo do tempo, passaram por intensas transformações, as quais modificaram a forma como a empresa se relaciona com os seus *stakeholders*. Essas adaptações resultaram de um mercado cada vez mais globalizado, dinâmico, competitivo, tecnológico e mutável, conforme expõe Ribeiro (2012). Ainda segundo o autor, essas mudanças representam os maiores desafios externos às instituições, que para se adaptarem, passaram a valorizar o capital humano, utilizando-o de forma estratégica, seja na busca de soluções eficazes, seja no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Diante desse cenário, a área de Recursos Humanos (RH) das empresas tem evoluído ao longo dos anos, alcançando, atualmente, uma posição de destaque, pois como afirmam Pontelo e Cruz (2012), contribui com sua competência intrínseca de conhecer, compreender, divulgar e internalizar a cultura de uma organização. Essa característica do setor é fundamental para que as empresas se ajustem ao panorama de constantes mudanças.

Há algum tempo (KENOBY, 2020), o RH era reconhecido pela responsabilidade que tinha sobre as relações entre funcionários e empresa, e também era chamado de Departamento Pessoal, com a obrigação de cuidar de todos os trâmites burocráticos, como geração de folhas de pagamento, controle de férias, admissão, rescisão e outras atividades. No entanto, nas palavras de Macedo (2018), para se adequar às exigências do mercado, a área de RH passou por vários modelos, sempre acompanhando a evolução dos setores industriais e de serviços.

Dentre as mudanças, uma que se observa e que vem transformando a realidade das empresas e a forma como elas se relacionam com os seus

colaboradores é o uso da tecnologia, que é utilizada de diversas formas, inclusive, na automatização de tarefas da área, o que otimiza o tempo, melhora os processos e facilita o alcance das metas (KENOBY, 2020). Além disso, a adoção da tecnologia pela área de RH fornece o apoio necessário para que a gestão organizacional seja mais madura, mensurável e baseada em dados (SER, 2020).

Ao utilizar a tecnologia na Gestão de Pessoas, obtêm-se inúmeros benefícios, pois as novas ferramentas possibilitam a automatização dos processos operacionais da área e a extração de dados que subsidiam a tomada de decisão sobre pessoas (LG, 2019), o que melhora a experiência e o engajamento dos colaboradores e, conseqüentemente, torna a área de RH propulsora da produtividade dentro das organizações.

Diante do cenário global de intensas mudanças que exigem constantes adaptações das empresas, da posição estratégica alcançada pela área de RH e dos benefícios proporcionados pela tecnologia quando esta é aplicada na gestão de pessoas, este estudo teve como objetivos identificar os desafios, estratégias e a forma como ocorre a evolução digital das empresas no setor de Recursos Humanos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa documental, que consiste, de acordo com Gil (2008), na análise de materiais que ainda não sofreram tratamento analítico, bem como na possibilidade de reelaborá-los de acordo com o objetivo do estudo. Para análise, utilizou-se o documento “Censo RH”, elaborado em 2019 pela empresa Sólides. O censo realizado anualmente pela instituição busca compreender os principais desafios, estratégias e evolução tecnológica na área de RH.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 3.113 empresas, sendo que algumas não responderam a todos os questionamentos apresentados. A maioria, 702, disseram possuir mais de 500 colaboradores. Aproximadamente, metade das organizações classifica-se como de médio ou grande porte, com mais de 99 funcionários. Na distribuição por setor, prevalece o segmento de serviços (57,4%), seguido por comércio (19,6%) e indústria (16,1%).

Para 187 empresas, o setor de Departamento Pessoal (DP) está unido ao de RH. Em 206 instituições, o setor de RH ainda é considerado como “Administrativo” e, em 132 instituições, é posto em “Atendimento ao Cliente”. Esses dados apontam que para algumas empresas, o RH ainda não alcançou ou não é considerado um setor estratégico.

Para identificar o quanto as atividades voltadas aos colaboradores são evoluídas, o censo classificou vários processos que são realizados internamente nas organizações, tendo como base a percepção dos profissionais respondentes. As classificações foram divididas entre “muito bem desenvolvido”, “bem desenvolvido”, “pouco desenvolvido” e “não possui”.

Das empresas investigadas, a maioria, 40,50%, disseram não possuir ferramentas para gerir o fluxo de Recrutamento e Seleção (R&S); 36,62% possuem ferramentas pouco desenvolvidas; 18,05%, bem desenvolvidas e, 4,59%, muito bem desenvolvidas. Em relação à presença de banco de talentos e mapeamento comportamental, a maioria das organizações apontou pouco ou nenhum desenvolvimento.

Quanto à prática de treinamentos, 50,11% das empresas afirmaram possuir processos pouco desenvolvidos nesse sentido. Já 16,76% disseram não utilizar essa ferramenta internamente. Esse cenário merece atenção, pois a realização de treinamentos é uma opção para as organizações investirem no capital humano e se destacarem no mercado. O percentual de empresas que não possuem um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) ou o tem pouco desenvolvido é, respectivamente, de 43,91% e de 40,60%.

No que se refere à Avaliação do Desempenho, das empresas que responderam a esse tópico, 31,54% não aplicam esse processo; 43,94% têm os processos voltados para este fim pouco desenvolvidos e 24,28% os apresentam bem desenvolvidos. Apenas 18,27% das instituições têm os processos referentes a planos de cargos e salários bem desenvolvidos, contra 38,86% que não os possui. No quesito pesquisa demissional, 40,66% das empresas não possuem ferramentas adequadas para conduzir essa atividade.

No tocante à pesquisa de clima organizacional, 37,77% dos respondentes afirmaram não realizá-la na instituição, enquanto 9,12% disseram tê-la muito bem desenvolvida. Das empresas participantes, 21,52% não realizam cadastro dos colaboradores, o que pode comprometer o acompanhamento mais próximo do capital

humano. O percentual de empresas que possuem processos pouco desenvolvidos para gerir indicadores de rotatividade é de 36,07%.

Quando se analisa a abertura de vagas, verifica-se que 6,7% das organizações disponibilizam 4.000 vagas por mês. O quantitativo de currículos recebidos mensalmente, em algumas empresas, é de 10.000, o que representa uma média diária de 333,33 currículos. Esse cenário aponta para a necessidade de inserir a tecnologia nos processos de RH, de modo a reduzir o número de atividades mecânicas.

Embora as áreas de DP e RH desenvolvam atividades diferenciadas, foi observado que em 52,10% das organizações os colaboradores desempenham funções inerentes as duas áreas, sendo maior a utilização de softwares para otimização das atividades pela área de RH. Porém, 55,12% das empresas disseram que não investem em tecnologias para o setor de RH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças estão cada vez mais aceleradas, atingindo, principalmente, o mercado, o que exige das organizações estratégias para sobreviverem. A análise documental aqui realizada aponta que as empresas possuem poucas ferramentas para gerirem seus processos. Em relação ao capital humano, o cenário é semelhante, com ações de treinamentos, mapeamento de pessoal, planos de desenvolvimento individual, avaliações do desempenho, planos de cargos e salários, pesquisas de clima organizacional, análises demissionais e outros processos aquém do desejado. Sendo assim, percebe-se que para muitas instituições o setor de RH ainda é precário, exigindo mudanças e ações estratégicas para que estas sobrevivam e/ou sobressaiam no cenário atual.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação; Mudanças Mercadológicas; Recursos Humanos; Tecnologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KENOBY. **Tecnologia na gestão de Recursos Humanos**:conheça as principais. Kenoby, 2020. Disponível em: <https://kenoby.com/blog/tecnologia-na-gestao-de-recursos-humanos/>. Acesso em: 27 out. 2020.

LG. **RH 4.0**: novas tecnologias e os impactos na gestão de pessoas. LG, 2019. Disponível em: <https://www.lg.com.br/blog/rh-4-0-impactos-novas-tecnologias/>. Acesso em: 27 out. 2019.

PONTELO, J. F.; CRUZ, L. A. M. **Gestão de Pessoas**: manual de rotinas trabalhistas. 6. ed. Brasília: Senac, 2012.

RIBEIRO, A. L. **Gestão de Pessoas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SER. **Tecnologia no RH**: qual a importância de sua aplicação? Ser, 2020. Disponível em: <https://sertms.com/blog/tecnologia-no-rh/>. Acesso em: 27 out. 2020.

SÓLIDES. **Censo RH**. Sólides, 2019. Disponível em: <https://censo.solides.com.br/2019/>. Acesso em: 27 out. 2020.

DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONTRIBUIÇÕES DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VALENÇA (UNIFAA) À SUSTENTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE VALENÇA/RJ

Bruna Gonçalves Menezes¹; Carlos Antonio da Silva Carvalho²

¹ Discente do Curso de Gestão de Recursos Humanos – Centro Universitário de Valença (UNIFAA);

² Docente (Mestre) dos Cursos de Gestão – Centro Universitário de Valença (UNIFAA)

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local é proveniente de vários fatores, dentre eles, os negócios instalados na região, o nível de empregabilidade, a infraestrutura local, enfim o contexto econômico, ambiental e social, os quais responsáveis pela capacidade de geração de receitas para a localidade e seu desenvolvimento sustentável (CAMARGO, 2003).

As instituições de ensino, principalmente as de nível superior (IES), trazem diversas contribuições para a sociedade e por isso o interesse pela investigação destas contribuições. Para Castells (2003), as IES representam um elemento essencial para a produção de mão de obra qualificada, de indivíduos inovadores e novas ideias, sendo “visível que o raio de atuação das atividades de uma universidade se converte em uma força de atração, englobando diferentes agentes, que contribuem distintamente para gerar um crescimento econômico-social em âmbito local/regional” (ALVES e GUMBOWSKY, 2017, p. 59).

Dada a relevância, este trabalho trata do papel do Centro Universitário de Valença (UNIFAA) no processo de desenvolvimento da comunidade local (Valença/RJ). A instituição possui diversos programas e serviços que atendem à cidade de Valença/RJ, como, por exemplo, o Hospital-Escola que atende 100% pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos valencianos e municípios vizinhos, a geração de renda para a população por meio dos milhares de empregos diretos e indiretos, os programas de proteção e tratamento à fauna e à flora do município.

OBJETIVOS

Como problema de pesquisa definiu-se: Qual o papel e a influência do UNIFAA no desenvolvimento do município de Valença/RJ?

Convergindo ao problema, **o objetivo do trabalho** é pesquisar as contribuições do UNIFAA à sustentabilidade do município de Valença/RJ. A partir daí elaborar uma agenda de propostas que venham a contribuir com o desenvolvimento do município de Valença/RJ pela IES.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa com as seguintes características: exploratória, descritiva, bibliográfica e documental (GIL, 2009). Além disso, trata-se, também, de pesquisa quantitativa, sendo utilizados dados obtidos por meio de fontes públicas. É uma pesquisa qualitativa, utilizando-se do método dedutivo e de estudo de caso, sendo realizadas as análises das informações apuradas, colocando os autores as suas impressões acerca dos achados da pesquisa.

Para atingir os objetivos do trabalho, foi definida uma agenda, considerando: levantamento de publicações em bases de dados, construção do referencial teórico, pesquisa de dados demográficos do IBGE (2020) sobre a região e dos serviços prestados pela referida Instituição.

RESULTADOS PARCIAIS

A cidade de Valença é, entre os 92 municípios do Rio de Janeiro, o segundo maior do Estado em extensão territorial (1.300,767 km²), com uma população estimada em 76.869 habitantes, distribuídos por seus seis distritos: Valença (Distrito-Sede), Juparanã, Santa Isabel do Rio Preto, Pentagna, Parapeúna e Conservatória (IBGE, 2020).

Ainda que de senso comum, Costa, França e Veloso (2015) reforçam que as organizações tem o seu papel na sustentabilidade de uma sociedade, o que se conhece por “Responsabilidade Social Empresarial”, sendo em linhas gerais, o conjunto de todas as obrigações e ações que uma organização deve assumir como contrapartida à sua existência na sociedade.

Um dos projetos de responsabilidade social mais conhecido do UNIFAA é o “FAA em Ação”, que tem como proposta a realização de atividades acadêmicas assistenciais à população de Valença e municípios vizinhos. O projeto visa, também, complementar e enriquecer os conteúdos desenvolvidos em sala de aula, promover o aprimoramento acadêmico, a inserção do aluno na comunidade e a responsabilidade social, levando para as comunidades alguns cuidados necessários para a promoção do bem estar e da saúde (UNIFAA, 2020).

A Clínica Veterinária do Curso de Medicina Veterinária/UNIFAA oferece diversos serviços voltados à saúde dos animais, visando o tratamento de doenças e preservação da vida do animal. Além disso, por meio do projeto Castração Itinerante, que consiste em um centro cirúrgico móvel, atende a cidade de Valença e seus distritos e municípios vizinhos (UNIFAA, 2020).

A Clínica Odontológica do Curso de Odontologia/UNIFAA atende à população valenciana, no sentido de ajudar na melhoria da qualidade da saúde bucal, oferecendo várias especialidades (UNIFAA, 2020).

O Hospital Escola Luiz GioseffiJannuzzi, com atendimento 100% SUS, atende ao município e a região. Possui uma estrutura moderna, que além de propiciarem o aprendizado dos futuros médicos e enfermeiros em formação pelo UNIFAA, realizam pronto atendimentos e com marcação antecipada. Neste mesmo local, se encontra a Faculdade de Medicina e a Maternidade Escola, que localiza-se a poucos metros do Hospital, contando com UTI Neonatal, leitos de enfermaria e um pronto atendimento obstétrico e infantil (UNIFAA, 2020).

Por meio dos cursos da área da Saúde (Enfermagem, Medicina e Psicologia), o UNIFAA presta atendimento nos diversos Postos de Saúde do município, mantendo um programa ativo de cuidados à saúde da população.

O NEO – Núcleo de Estágios & Oportunidades, disponibiliza serviços de Gestão de Carreira e de Consultoria Empresarial, entendendo como parte da missão institucional oferecer aos alunos e egressos condições e oportunidades para promover o desenvolvimento de suas carreiras ou, até mesmo, criem seu próprio negócio (UNIFAA, 2020).

Visando criar maior oportunidade de acesso ao ensino superior, o UNIFAA oferece uma política de descontos nas mensalidades e bolsas por meio dos convênios com dezenas de organizações (empresas e órgãos públicos) de Valença e vários municípios (UNIFAA, 2020).

Com objetivo de minimizar o impacto social causado pela pandemia Covid-19, a Fundação Educacional Dom André Arcoverde (FAA), mantenedora do UNIFAA, aderiu ao movimento “Não Demita”, mantendo os seus colaboradores empregados neste período difícil para todos. “Aderir a um programa de iniciativa empresarial privada e que tem como objetivo evitar demissão em massa, significa, para a FAA, a consolidação de nossa preocupação com o bem estar da coletividade. A FAA tem, por natureza, uma estrutura intensiva em mão de obra. Nossas decisões têm reflexos importantes na nossa comunidade local e regional. Ajudar a preservar o maior número de empregos possível, neste momento, foi nossa motivação para aderirmos ao movimento” - Antônio Carlos DahbarArbex, presidente da FAA.

Como forma de auxiliar os Microempreendedores Individuais e as Micro Empresas de Valença e região, o UNIFAA, através de seu Núcleo de

Empreendedorismo e Consultoria (NEC), criaram o “Projeto Reação”. Para isso, um time de professores especialistas da instituição estão à disposição para auxiliar nos desafios da gestão de um negócio. O “Projeto Reação” foi estruturado para um atendimento rápido, seguro e resolutivo para os empreendedores locais. (UNIFAA, 2020).

CONSIDERAÇÕES

As ações do UNIFAA à sociedade corroboram com os estudos de Fava-de-Moraes (2000), o qual evidenciou a importância do Massachusetts Institute of Technology (MIT), à economia do Estado de Massachusetts, e no exterior.

O UNIFAA possui diversas ações de responsabilidade social que trazem vários benefícios para os moradores do município de Valença, seus distritos e cidades vizinhas, sendo a FAA o segundo maior empregador do município, gerando renda para a população por meio dos milhares de empregos diretos e indiretos. Destacam-se, também, os programas de proteção e tratamento à fauna e à flora do município, denotando um importante papel desta entidade à vida desta comunidade.

Em suma, infere-se que a FAA e o UNIFAA possuem relevante contribuição no processo de desenvolvimento local e, conseqüentemente, sustentabilidade no contexto pilares ambiental, social e econômico.

Palavras-Chave: Acidente do trabalho; Segurança do Trabalho; Saúde Ocupacional; Qualidade de Vida no Trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. A. B. GUMBOWSKY, A. **Impactos econômicos da Universidade do Contestado (UnC) no desenvolvimento do município de Canoinhas, SC.**

INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 55-68, out./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/inter/v18n4/1518-7012-inter-18-04-0055.pdf>>. Acesso em: 03 mar 2020.

CAMARGO, A.L.B.C., **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios.** Campinas: Papyrus, 2003.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VALENÇA (UNIFAA). Disponível em: www.unifaa.edu.br/blog. Acesso em: 07 nov 2020.

COSTA, E. A. R. H. ; FRANÇA, S. L. B.; VELOSO, L. H. M. **Responsabilidade Social Empresarial**: Fatos e Motivações. Cadernos Zygmunt Bauman, v. 5, p. X, 2015.

FAVA-DE-MORAES, F. **Universidade, inovação e impacto socioeconômico**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 8-11, jul./set. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000300003&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 07 nov 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/valenca/panorama>>. Acesso em: 07 mar 2020.

QUALIDADE DE VIDA ENTRE ACADÊMICOS E EGRESSOS DO CURSO DE GESTÃO DE PESSOAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA-RJ

Anne Jeferson Corrêa da Silva¹, Fernanda Nunes de Sousa², Júlio Cesar da Silva³ e Rafael Pereira Guilherme⁴

¹ Docente, Cursos de Administração e Gestão de RH, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

² Docente, Curso de Odontologia, Centro Universitário São José - UniSãoJosé

³ Tutor Presencial EaD, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

⁴ Discente, Curso de Gestão de Recursos Humanos, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

INTRODUÇÃO

A existência de um conceito de qualidade de vida ainda não é unânime entre os pesquisadores do tema (PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012), embora exista

consenso sobre sua relevância social e científica. O conceito atual de qualidade de vida mais difundido é o da Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo definido como “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1995, p. 1403).

Considerando que o conceito de qualidade de vida difundido pela OMS engloba o bem estar espiritual, físico, mental, psicológico e emocional, bem como os relacionamentos sociais (família e amigos), saúde, educação, condições de habitação, saneamento básico e outros fatores (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1995), a qualidade de vida do homem só é compreendida quando este é avaliado em sua totalidade.

Neste sentido, pode-se dizer que a opção por uma carreira, formação e atuação no mercado de trabalho relacionam-se com o nível de qualidade de vida do indivíduo, uma vez que exercem influências sobre sua existência. Portanto, torna-se válido e necessário avaliar a formação e atuação profissional nas diferentes áreas profissionais, visto que ambas podem influenciar o nível de qualidade de vida.

Hoje, no atual cenário de valorização das pessoas pelas organizações, cabe ao gestor de Recursos Humanos (RH) a tarefa de gerenciar o capital humano (CHIAVENATO, 2015), conduzindo-o de forma eficiente para que se alcancem os objetivos desejados. Para tanto (RIBEIRO, 2012), o profissional de RH deve possuir características como dedicação, habilidades para negociar e motivar, preocupação com as pessoas, preparo profissional, dentre outras.

Além da formação e das competências citadas por Ribeiro (2012), o profissional de RH também deve fornecer e/ou garantir às pessoas sob sua responsabilidade qualidade de vida. E para que isso seja possível, é condição *sinequa non* que o próprio gestor de pessoas possua um nível de qualidade de vida considerado adequado ou satisfatório segundo as recomendações existentes.

O presente estudo tem como objetivo geral avaliar o nível de qualidade de vida dos acadêmicos e egressos de um curso de tecnologia em Gestão de Pessoas no município de Valença-RJ. Constituem objetivos específicos identificar o nível de qualidade de vida entre ingressantes, concluintes e egressos do referido curso. Decorrente do problema de pesquisa, as seguintes hipóteses nortearão o desenvolvimento da investigação: ingressantes no curso de Gestão de Pessoas no município de Valença-RJ possuem nível de qualidade de vida maior do que formandos

e egressos do respectivo curso e egressos possuem nível de qualidade de vida semelhante aos formandos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de campo, descritivo, de abordagem quantitativa. A amostra, do tipo não probabilística, definida pelo critério de acessibilidade, é composta por acadêmicos do primeiro e quarto períodos e por egressos de um curso de Tecnologia em Gestão de Pessoas de um centro universitário localizado em Valença-RJ, que concordaram em participar do estudo após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para coleta dos dados, realizada entre dezembro de 2019 e agosto de 2020, utilizou-se um questionário autoaplicável, dividido em duas partes: perfil dos participantes e identificação do nível de qualidade de vida. A segunda parte foi obtida através da versão brasileira do Questionário de Qualidade de Vida SF-36, composto por oito fatores/domínios: Função física (PF), Desempenho físico (RP), Dor Corporal (BP), Saúde Geral (GH), Vitalidade (V), Função Social (SF), Desempenho Emocional (RE) e Saúde Mental (MH). Após a coleta, os dados serão tabulados e submetidos à análise estatística descritiva e inferencial, com intervalo de confiança de 95%. Em caso de distribuição normal dos dados, verificada com o auxílio do teste *Shapiro-Wilk*, será utilizado o teste ANOVA, caso contrário, serão aplicados testes não paramétricos.

RESULTADOS PARCIAIS

A amostra foi composta por 148 sujeitos, sendo 27 ingressantes, 61 formandos e 60 egressos. Entre os pesquisados, predomina o sexo feminino (95) em relação ao masculino (53). Quanto à faixa etária, a maioria possui entre 21 e 30 anos (75). Entre os egressos, a maior parte (25) tem entre 6 meses e 1 ano de formada, seguida daqueles que estão formados há mais de 1 ano e meio (20). Quando questionados se estão satisfeitos de forma geral com o curso, tanto formandos (55) quanto egressos (50) afirmaram que sim. Entre os alunos formados, 12 disseram cursar outra graduação, 16 uma pós-graduação e 32 afirmaram não continuar estudando. Dos pesquisados, 96 trabalham, sendo que apenas 16 atuam na área de recursos humanos. Em relação à prática de atividades físicas, 84 afirmaram realizar contra 64

que disseram não. Entre os praticantes, a maioria (30) indicou praticar atividades físicas 3 vezes por semana. Quando questionados quanto à classificação, de forma geral, do nível de qualidade de vida, 74 o classificaram como bom. A tabela 1 apresenta a média geral e por sexo de cada domínio do SF-36 entre ingressantes, formandos e egressos.

Tabela 1: Média domínios SF-36 entre ingressantes, formandos e egressos

DOMÍNIOS SF-36	MÉDIA DOMÍNIOS SF-36								
	INGRESSANTES			FORMANDOS			EGRESSOS		
	ERAL	ASCULIN O	EMININO	ERAL	ASCULIN O	EMININO	ERAL	ASCULIN O	EMININO
CAPACIDADE FUNCIONAL	7,77	5,00	6,13	7,62	2,91	4,18	8,50	4,37	4,58
LIMITAÇÕES POR ASPECTOS FÍSICOS	7,77	5,00	6,13	9,83	0,41	9,45	0,83	7,70	2,91
DOR	6,37	1,20	3,00	0,04	5,16	0,24	2,45	7,25	9,25
ESTADO GERAL DE SAÚDE	2,29	8,00	1,00	9,37	4,70	5,91	1,08	5,37	8,22
VITALIDADE	1,85	6,00	0,90	1,22	6,45	1,35	6,91	7,29	0,00
ASPECTOS SOCIAIS	3,61	0,00	9,88	5,98	6,56	9,12	7,50	5,52	2,15
LIMITAÇÕES POR ASPECTOS EMOCIONAIS	1,72	3,33	9,09	7,92	8,05	1,35	3,88	9,72	0,00
SAÚDE MENTAL	6,66	6,8	8,90	0,32	4,00	1,45	3,13	0,33	8,33

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Cada domínio do SF-36 gera um valor que varia de 0 a 100, onde zero (0) corresponde a um pior estado de saúde e cem (100) a um melhor estado. Cada dimensão deve ser analisada de forma individual, inexistindo um único valor que

resuma toda a avaliação, o que impede incorrer no erro de não identificar os verdadeiros problemas relacionados à saúde do sujeito investigado (ROCHA; FERNANDES, 2007).

A análise descritiva permite identificar que o grupo de ingressantes possui, de forma geral, valores de domínios superiores aos grupos de formandos e egressos. Por outro lado, egressos apresentaram, de modo geral, em cada domínio, média superior a dos formandos. Portanto, observa-se, de forma geral, que o grupo de formandos possui um nível de qualidade de vida menor do que o de ingressantes e egressos (tabela 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados parciais permitiu, por meio da estatística descritiva, caracterizar a amostra pesquisada e identificar, de modo geral, o nível de qualidade de vida de cada grupo, considerando a análise de cada domínio do instrumento SF-36. Em relação à qualidade de vida, observa-se que ingressantes e egressos possuem, de modo geral, valores de domínios do SF-36 maiores que os dos formandos, o que indica que esses grupos possuem nível de qualidade de vida melhor quando comparados aos sujeitos que já se graduaram no curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos. A próxima etapa do estudo será a submissão dos dados para análises estatísticas com o objetivo de comprovar ou refutar as hipóteses estabelecidas inicialmente.

Palavras-chaves: Curso Tecnológico; Estudantes; Gestão de Pessoas; Instrumento SF-36; Qualidade de Vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos:** o capital humano das organizações. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de Vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 241-50, abr./jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092012000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2020.

RIBEIRO, Antônio de Lima. **Gestão de pessoas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROCHA, Vera Maria da; FERNANDES, Marcos Henrique. Qualidade de vida de professores do ensino fundamental: uma perspectiva para a promoção da saúde do trabalhador. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 23-27, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852008000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. The World Health Organization Quality of Life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social science and medicine**, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, 1995. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8560308/>. Acesso em: 12 set. 2020.

UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DE TREINAMENTO ORGANIZACIONAL NO BRASIL NO PERÍODO 2019-2020

Eliana de Paiva Martins¹, Anne Jeferson C. da Silva² e Júlio Cesar da Silva³

¹ Discente – Curso de Gestão de Recursos Humanos, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

² Docente – Cursos de Administração e Gestão de RH, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

³ Tutor Presencial EaD, Centro Universitário de Valença – UNIFAA

INTRODUÇÃO

A globalização, segundo Silva (2019), proporcionou o crescimento de muitas organizações, no entanto, estas passaram a competir globalmente, o que exigiu a avaliação de estratégias para manter a competitividade em um mercado dinâmico, mutável e marcado pelas tecnologias. Diante disso, as empresas tiveram que rever os processos, focar na melhoria contínua, realizar uma análise dos pontos positivos e negativos que impactam seus negócios, além de investir na capacitação de pessoal e no desenvolvimento de novos negócios e serviços (SILVA, 2019).

E para atender a essa nova demanda imposta pela globalização do mercado econômico, uma alternativa é a realização de treinamentos, uma vez que estes, conforme explica Freire (2020), possibilita às organizações aumento de produtividade e motivação, a obtenção, por parte dos colaboradores, de soluções e inovações referentes aos problemas diários e auxilia na retenção de talentos, já que promove a valorização. Essas são características essenciais para garantir competitividade às instituições.

Discorrendo sobre o assunto, Chiavenato (2015, p. 399) define treinamento como “um processo educacional focado no curto prazo e aplicado de maneira sistemática e organizada pelo qual as pessoas adquirem conhecimentos, habilidades e competências em função de objetivos organizacionais previamente definidos”. Dessa forma, o treinamento se utiliza de práticas educacionais para desenvolver nos colaboradores as competências necessárias para atingir determinado objetivo com êxito. Seu foco está no presente, ou seja, visa preparar os funcionários para realizarem imediatamente suas tarefas dentro da empresa, promovendo melhoria no desempenho atual, correção de falhas e dificuldades, mudança de comportamento e, conseqüentemente, aperfeiçoamento e desenvolvimento contínuo dos indivíduos.

Pode-se afirmar, de forma geral, que um programa de treinamento possui três objetivos: qualificar, aperfeiçoar e atualizar. Qualifica no sentido de desenvolver em seu público alvo as competências necessárias para realizar determinada tarefa. Aperfeiçoa quando aprimora as competências de um indivíduo, levando-o a realizar de forma mais eficiente e eficaz as atividades diárias. Por fim, atualiza ao transmitir aos sujeitos novos conhecimentos, novas práticas e atitudes, imprescindíveis àqueles que desejam se adaptar e sobreviver em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo.

A área de treinamento pode apresentar, de acordo com Marras (2016), dois tipos distintos de objetivos: específicos e genéricos. Quanto às etapas, possui quatro, as quais devem ser planejadas e seguidas para que se obtenha o resultado desejado, sendo estas o Levantamento das Necessidades de Treinamento (LNT), Planejamento e Programação, Execução e Avaliação (CHIAVENATO, 2015). Ainda para o autor, os treinamentos promovem mudanças comportamentais, a exemplo de desenvolvimento de atitudes, transmissão de informações, criação de competências individuais, desenvolvimento de habilidades e conceitos e, para isso, faz-se necessário avaliar a

eficácia do treinamento a nível de reação, conhecimento, comportamento, impacto e Retorno sobre o Investimento (ROI).

Frente ao cenário global de intensas transformações que impõe às organizações novas formas de adaptação, este estudo teve como objetivo realizar uma análise sobre o panorama do treinamento nas empresas brasileiras no período 2019-2020.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar o objetivo desejado, optou-se pela pesquisa documental, que consiste, nas palavras de Gil (2008, p. 45), na análise de “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. O documento utilizado foi a 14ª edição do Panorama do Treinamento no Brasil: indicadores e tendências em Gestão do T&D – 2019-2020, elaborado pela Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABED, 2020), em colaboração com a Escola de Negócios Integração.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 533 empresas, distribuídas pelos seguintes setores: serviço (43%), indústria (29%), administração pública (13%), comércio (11%) e ONGs (4%). O número médio de colaboradores foi de 2.589, sendo que a maioria das organizações (42%) possuía de 1.001 a 5.000 funcionários.

Em 2019, o investimento anual em treinamento e Desenvolvimento (T&D), por colaborador, foi de R\$ 652,00, uma redução de 12,60% quando comparado ao ano de 2018. A indústria é o setor que mais investe anualmente em T&D por colaborador, com um valor de R\$ 754,00. O Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT) é o critério principal utilizado pelas empresas para definir a verba anual de T&D (60%), seguido pela previsão (56%), tendo como parâmetro os valores de anos anteriores, e o planejamento estratégico (53%).

A média de horas de treinamento por colaborador, no Brasil, é de 15h. O setor de serviços é o que possui a maior média, 18h. Já o comércio, a menor, 8h, com uma média de 680 colaboradores para cada profissional de T&D. O índice de absenteísmo nas ações de T&D é de 14%. Todas as empresas que possuem mais de 5.001 funcionários afirmaram ter um orçamento anual de T&D definido. As universidades

corporativas é uma realidade em 20% das instituições, sendo o setor de indústria (23%) o que mais utiliza essa estratégia.

Quanto à distribuição dos gastos com as ações de T&D, 50% refere-se a atividades terceirizadas, 38% a despesas internas e 12% a cursos curriculares, considerando ensino fundamental, médio e superior.

Quando se avalia a distribuição de investimentos em T&D por nível hierárquico, o quantitativo é equilibrado, sendo 50% direcionado para não líderes e 50% para líderes – alta liderança (20%) e gerência e supervisão (30%). Para não líderes, destaca-se o investimento em treinamentos técnicos; para líderes, em desenvolvimento comportamental.

Entre os setores pesquisados, os principais conteúdos que farão parte do programa de treinamento no próximo ano são comunicação (indústria), atendimento ao cliente (serviço), vendas (comércio) e trabalho em equipe (administração pública). Para todos os setores, comunicação estará presente nos treinamentos.

Quanto à forma de entrega dos treinamentos, 71% das empresas disseram realiza-los presencialmente, 13% *on-line* (EaD não ao vivo), 6% *on-line* (EaD ao vivo), 6% sem utilização de tecnologia (apostilas, manuais etc) e 4% com o uso de tecnologias móveis (celular, *tablet*).

A avaliação de reação (68%) é a mais utilizada para avaliar os impactos e resultados das ações de treinamento, seguida pela avaliação de aprendizado (26%), de aplicabilidade (21%), de resultados (7%) e de ROI (2%). Entre os setores, os indicadores mais utilizados para avaliar resultado, impacto ou até ROI são cumprimento do plano de treinamento, para indústria (40%) e serviço (30%), produtividade, para o comércio (57%) e melhoria de processos, para a administração pública (50%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental possibilitou identificar que as ações de treinamento e desenvolvimento fazem parte das organizações brasileiras, com destaque para o setor industrial, embora se observe, de forma geral, otimizações e reduções de investimentos em T&D. Outro fator observado é a redução da utilização do EaD em T&D. Hoje, com a expansão do ensino a distância e com o crescimento exponencial das possibilidades ofertadas pelo uso das tecnologias, o EaD pode ser uma alternativa para ampliar ações de T&D, principalmente no setor de comércio, que menos utiliza as tecnologias para a realização de seus treinamentos

Por fim, diante da importância que tem para as empresas e para os funcionários que nelas atuam, o treinamento não deve ser visto como um gasto, mas sim como um investimento, o qual proporciona inúmeros benefícios, contribuindo para o crescimento e sobrevivência das organizações em um mercado cada vez mais competitivo, bem como para a capacitação e valorização do capital humano.

Palavras-Chave: Globalização; Mercado Econômico; Organizações; Treinamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABTD. **Panorama do Treinamento no Brasil:** indicadores e tendências em Gestão do T&D – 2019-2020. ABED, 2020. Disponível em: <https://integracao.com.br/wp-content/uploads/2020/02/pesquisa-panorama-do-treinamento-no-brasil-2019.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos:** o capital humano das organizações. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

FREIRE, H. **Qual a importância do treinamento e desenvolvimento de funcionários?** Etalent, 2020. Disponível em: <https://etalent.com.br/artigos/treinamento-e-desenvolvimento-defuncionarios/#:~:text=Logo%2C%20uma%20das%20formas%20de,empresa%20e%20resultados%20na%20pr%C3%A1tica>. Acesso em: 14 out. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos:** do operacional ao estratégico. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SILVA, R. **O mercado globalizado.** Administradores.com, 2019. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-mercado-globalizado>. Acesso em: 14 out. 2020.

ANÁLISE DO PERFIL DE RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA DE TAPHYLOCOCCUS SPP ISOLADOS DE DIVERSAS INFECÇÕES DE CÃES E GATOS ATENDIDOS NA POLICLÍNICA DA UNIFAA

Mariotini, A.B.¹; Valente, E. C.²

¹ Discente da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA/FAA), Valença, RJ, Brasil.

² Docente da Faculdade de Medicina Veterinária de Valença, Centro de Ensino Superior de Valença (CESVA/FAA), Valença, RJ, Brasil.

INTRODUÇÃO

As infecções bacterianas são muito frequentes em cães e gatos. Alguns fatores de risco são bem definidos para o favorecimento do crescimento bacteriano tais como: alterações das defesas imunológicas do hospedeiro e a presença de fatores de virulência nas bactérias que as tornam mais virulentas (JOHNSON, et al., 2003).

A resistência bacteriana aos antibióticos é um fenômeno multifatorial. O uso indiscriminado desse medicamento tanto na medicina humana quanto na veterinária, durante os últimos anos, é um dos responsáveis pelo rápido aumento de cepas resistentes aos antibióticos. A correta antibioticoterapia é o meio mais eficaz para se preservar essa medicação e defendê-la da resistência produzida pela má utilização. Assim, torna-se evidente a importância da realização de testes de sensibilidade aos antimicrobianos, bem como o papel do médico veterinário no correto tratamento das infecções bacterianas. Tais ações são fundamentais para minimizar a disseminação de cepas resistentes e seu impacto nas Saúdes Animal e Pública. (CARVALHO, et. al.,2014).

Diversos fatores devem ser considerados na escolha do antimicrobiano ideal para o tratamento das infecções bacterianas, além do perfil de sensibilidade das bactérias, o estado de saúde do paciente, os efeitos colaterais do medicamento, a comodidade da posologia e o custo (DUARTE et al, 2002).

Nosso estudo fornecerá ao médico Veterinário informações importantes para a elaboração e implementação de estratégias de tratamento das diversas infecções bacterianas em animais.

OBJETIVO

Analisar o perfil de sensibilidade aos antibióticos com relação as cepas de *Staphylococcus aureus* causadoras de infecção em cães e gatos atendidos na Policlínica Veterinária, correlacionando com a prescrição empírica de antimicrobianos realizada pelos médicos Veterinários.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo retrospectivo e prospectivo com abordagem descritiva utilizando procedimento de análise dos exames de cultura e antibiograma, de infecções de cães e gatos, realizados no laboratório de Microbiologia da UNIFAA.

Foram incluídas no estudo, todas as culturas de material biológico de cães e gatos que foram atendidos na Policlínica Veterinária do curso de Medicina Veterinária do UNIFAA. Foram excluídos do estudo os animais que estiveram, no período do exame, fazendo uso de antibiótico, para evitar resultado de cultura falso negativo.

O estudo utilizou os dados dos exames microbiológicos realizados no período de janeiro de 2019 a setembro de 2020. Nosso foco foi o agente etiológico *Staphylococcus* spp analisando seu perfil de sensibilidade e resistência aos antimicrobianos. A análise dos dados coletados ao longo do desenvolvimento do projeto foi feita utilizando-se frequências absolutas e percentagens. A ferramenta utilizada será Software Epiinfo na versão 7.1. Para montagem dos gráficos foi utilizado o programa Excel.

RESULTADOS PARCIAIS

Foram analisados 19 culturas e antibiogramas provenientes de infecções de diversos sítios anatômicos de cães e gatos atendidos na Policlínica da UNIFAA, sendo que 15 amostras de cães e apenas 4 de gatos.

Os antibióticos utilizados no antibiograma foram os mesmos que normalmente são utilizados para tratamento das infecções de cães e gatos tais como, Oxacilina,

Amoxicilina, Ampicilina, Sulbactam, Cefalexina, Cefalotina, Cefoxitina, Gentamicina, Tobramicina, Azitromicina, Enrofloxacina, Ciprofloxacina, Norfloxacina, Cloranfenicol, Sulfametoxazol.

Os resultados mostraram que os micro-organismos isolados de infecções em cães foram *Staphylococcus*spp, em nove amostras e bastonetes, da família *Enterobacteriaceae*, em duas amostras. Ressalta-se também presença de *Pseudomonas*spp em amostra de secreção bronquial. Não houve crescimento bacteriano em três amostras analisadas.

Destaca-se presença de *Staphylococcus*spp, proveniente da falange distal de um cão, resistente a todos os antimicrobianos testados. Também foi observado alto perfil de resistência aos antibióticos de cepas de *Staphylococcus*spp e *E. coli* proveniente de lesão ulcerada em membro posterior direito também apresentando alto perfil de resistência a todos os antibióticos utilizados.

Os maiores índices de resistência bacteriana aos antibióticos estiveram relacionados a Cloranfenicol com 100%, Cefoxitina com 75%, Azitromicina e Ciprofloxacina com 67%, Oxacilina, Cefalexina, Cefalotina e Tobramicina com 58% e Ampicilina com 42%. Os microrganismos isolados em tres amostras felinas foram *Staphylococcus*spp, apresentando elevado perfil de resistência aos antibióticos Gentamicina, Tobramicina, Azitromicina, Norfloxacina com 50% e Enrofloxacina, Ciprofloxacina e Sulfametoxazol com 75%

CONSIDERAÇÕES

O elevado percentual de cepas bacterianas resistentes a vários antibióticos, com destaque para as cepas de *Staphylococcus*spp, é um fenômeno que dificulta a intervenção terapêutica nos animais acometidos, além de possibilitar que estes disseminem cepas resistentes para o ambiente e para a população humana. Assim, torna-se evidente a importância da realização de testes de sensibilidade aos antimicrobianos, bem como o papel do médico veterinário no correto tratamento das infecções bacterianas. Tais ações são fundamentais para minimizar a disseminação de cepas resistentes e seu impacto nas Saúdes Animal e Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência aos antibióticos, infecção bacteriana, cães e gatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Vania M. *et al* .Infecções do trato urinário (ITU) de cães e gatos: etiologia e resistência aos antimicrobianos. **Pesq. Vet. Bras.**, Rio de Janeiro , v. 34, n. 1, p. 62-70, Jan. 2014. Disponível em: fromhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-736X2014000100011&lng=en&nrm=iso Acesso em: 10 mar 2019.

DUARTE G, et al. Infecção urinária na gravidez: análise dos métodos para diagnóstico e do tratamento. **Rev Bras Ginecol Obstet.**, v. 24, n. 7, p. 471-477, 2002. Acesso em: 5 jan 2020.

JOHNSON J.R et al. Identification of urovirulence traits in Escherichia coli by comparison of urinary and rectal E. coli isolates from dogs with urinary tract infection. **J. Clin. Microbiol.** V. 41, p.337-345, 2003. Acesso em: 19 maio 2020.